

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**Percepção ambiental e seu conteúdo mínimo para
transformações socioambientais: Estudo de caso em São
Francisco Xavier, distrito de São José dos Campos, SP.**

AMANDA CRISTINA COSTA PRADO

**São Carlos- SP
2025**

Percepção ambiental e seu conteúdo mínimo para transformações socioambientais: Estudo de caso em São Francisco Xavier, distrito de São José dos Campos, SP.

AMANDA CRISTINA COSTA PRADO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Ambientais¹.

Orientador(a): Prof. Dr. Juliano Costa Gonçalves

São Carlos-SP
2025

¹ Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Prado., Amanda Cristina Costa

Percepção ambiental e seu conteúdo mínimo para transformações socioambientais: Estudo de caso em São Francisco Xavier, distrito de São José dos Campos, SP. / Amanda Cristina Costa Prado. -- 2024. 141f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Juliano Costa Gonçalves

Banca Examinadora: Érika Fernandes Pinto, Rafael Orsi, Luciano Elsinor Lopes, Rodolfo Figueiredo, Érica Pugliesi, Davi Fortes

Bibliografia

1. Percepção ambiental. 2. Unidade de Conservação. 3. Sociologia ambiental. I. Prado., Amanda Cristina Costa. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Amanda Cristina Costa Prado, realizada em 29/10/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Juliano Costa Gonçalves (UFSCar)

Prof. Dr. Luciano Elsinor Lopes (UFSCar)

Prof. Dr. Rodolfo Antônio de Figueiredo (UFSCar)

Prof. Dr. Rafael Alves Orsi (UNESP)

Profa. Dra. Érika Fernandes-Pinto (ICMBio)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

Dedicatória

Dedico esta tese à minha mãe, pela sabedoria do dia a dia, acolhimento carinhoso e por ser a melhor vó do mundo. Dedico com carinho ao meu pai (in memoriam) que um dia me disse que eu devia me aventurar em um doutorado e tinha toda razão. Dedico também a todas as crianças, em especial minha filha Cecília, que são o melhor motivo para continuar estudando na área socioambiental. Delas são o futuro e eu espero estar contribuindo para que vivam num ambiente com menos riscos e com mais saúde.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Deus, pelo conforto de saber que sou sua filha.

Agradeço à minha mãe, a quem dedico esta tese, com muita gratidão por cada uma das ajudas que me permitiram alcançar o doutorado. *In memoriam* dedico também ao meu pai, meu anjo da guarda que me ensinou tantas lições que me ajudam tanto. Obrigada minha filha Cecília, que veio no meio do doutorado e, apesar dos trancamentos para te acompanhar, me ajudou a entender o porquê e o como viver melhor. Amo vocês!

Agradeço ao meu irmão Neto e ao meu tio Lauro, pela nossa família quase nada perfeita, mas muito cheia de amor. Obrigada às minhas primas, tias, primos e tios, de sangue ou não, que me dão suporte e carinho sempre que preciso e os procuro. Obrigada aos meus amigos, seria impossível sem os momentos de descontração com vocês. Todos me apoiaram com seus jeitos próprios e através do laço que nos une.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Assim, agradeço à CAPES pela bolsa concedida. E à Secretaria do PPGCam, especialmente o Vinícius que sempre forneceu todas as informações de maneira clara e cuidadosa. Agradeço também ao corpo docente do PPGCam, esta equipe competente que me proporcionou aulas incríveis e ótimas oportunidades para *networking*, além do auxílio na extensão de prazo e trancamentos.

Agradeço ao Juliano Costa Gonçalves, meu orientador, pela paciência, persistência e apoio nesta e em outras empreitadas acadêmicas que fizemos juntos. Obrigada por ser um profissional assertivo, acompanhando todo o processo de perto e ao mesmo tempo me dando autonomia para perseguir a solução dos desafios com minhas próprias mãos. Conselhos valiosos e apoio incondicional para meus estudos acadêmicos. Agradeço também a orientação atenciosa no estágio de docência na disciplina de Projetos Socioambientais.

Agradeço o Professor Luciano Elsinor Lopes pelo grande auxílio com seus comentários e indicações de modificações na tese. Além disso agradeço por ter participado das valorações quantitativas na análise dos dados, que apesar de muito ricas, ficaram para um próximo trabalho.

Agradeço ao professor Rodolfo Figueredo, pelas indicações de obras na área da Percepção Ambiental, proporcionando um salto qualitativo nas análises aqui apresentadas, e pelas prestativas correções para a qualificação da tese. Agradeço também pela refinada

orientação no estágio de docência, na disciplina de Etnobotânica e Ecologia Humana.

Agradeço à Professora Dra. Erica Pugliesi pelo auxílio na qualificação, como presidente da banca, e pela rica companhia na primeira visita ao território estudado, seu olhar cuidadoso me levou a enxergar mais e melhor o território que analisamos na tese.

Agradeço a Professora Solange Lima Guimarães, pelas sugestões na qualificação da tese, e pela paciência e capricho em me apresentar novas referências que passaram a ser parte do escopo principal desta pesquisa. Agradeço à Dra. Erika Fernandes Pinto, pelas indicações na qualificação da tese, trazendo os meandros da valoração cultural da natureza para perto de nós. Obrigada por indicar um caminho tão interessante que culminou nas conclusões deste trabalho. À Prof. Dra. Marluza da Rosa pelos ensinamentos na área de Análise do Discurso, que inspiraram os conceitos analíticos dessa tese e me proporcionaram um aprendizado valioso, para a vida toda.

Obrigada aos meus colegas da pós graduação, onde alguns se tornaram amigos e quissá estaremos próximos nos capítulos vindouros da vida. Obrigada Cris, Hilde e Carlão da UFOP que são grande referência para mim, principalmente pois sei que nossa amizade vai além da academia.

Obrigada ao Gestor Renato Lorza e ao Conselho Gestor da APA-SFX que permitiram a realização deste trabalho e auxiliaram com logística de hospedagem e entrevistas. Obrigada por abrirem espaço para minha pesquisa e apoiarem a atividade de campo. Espero que o trabalho lhes seja útil para a gestão dos próximos anos da APA.

Obrigada Paula e Mayra, pelo convite para esta pesquisa e por terem me incentivado e me apoiado durante o campo em SFX e pelo exemplo maravilhoso de profissionais ambientais que vocês são. Obrigada aos moradores de São Francisco Xavier que me concederam momentos valiosos nas entrevistas. Agradeço, especialmente ao Ronaldo Souza pelas bibliografias e conselhos. Obrigada, ao Matheus e à Milena pelas entrevistas e dedicação ao tema.

Obrigada Bruce, você me fez companhia durante metade do percurso e tornou tudo mais leve e divertido.

Obrigada aos professores deste caminho por terem me proporcionado a entrada e a especialização dentro dos estudos socioambientais, onde me sinto confortável e útil atuando em prol das comunidades parceiras. Desejo que este caminho seja cada vez mais reconhecido e respeitado, trazendo mudanças para os problemas socioambientais de nosso tempo.

Obrigada aos artistas que encheram meu caminho de música e poesia, tornando cada dia mais incrível. A arte é necessária e impulsiona a conscientização ambiental. Que ela se torne, cada dia mais, uma ferramenta para um mundo melhor.

Obrigada!

“As coisas findas, muito mais que lindas, estas ficarão” (Adélia Prado)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC-	Análise do Conteúdo
AD-	Análise do Discurso
APA-	Área de Preservação ambiental
APA SFX-	Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier
ATER-	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID-	Banco Interamericano do Desenvolvimento
CEP-	Comitê de Ética em Pesquisa
CC-	Conservação Colaborativa
CT-	Comunidade Tradicional
COTEC-	Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal
CS-	Conflitos socioambientais
EA-	Educação Ambiental
FD-	Formação Discursiva
FF-	Fundação Florestal
FINATEC-	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
GA-	Gestão Ambiental
GEF-	Global Environment Facility
ICMBio-	Instituto de Conservação e Manejo da Biodiversidade
MCTIC-	O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
ONU-	Organização das Nações Unidas
PA-	Percepção Ambiental
PRAD-	Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas
PSA-	Pagamento por Serviços Ambientais
RDS-	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX-	Reserva Extrativista
SNUC-	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SFX-	São Francisco Xavier
SisGen-	Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado

SE- Serviços Ecológicos

SJC- São José dos Campos

UC- Unidade de Conservação

VCN- Valoração Cultural da Natureza

ZEIS- Zonas de Interesse Social

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Quadro com conceitos analíticos utilizados na tese	20
Figura 2: Mapa de localização da APA SFX. Fonte Henrique (2018)	28
Figura 3: Quadro com os Valores Culturais da Natureza. Fonte: Fernandes-Pinto (2017).	30
Figura 4: Fotos de entrevistados em SFX. Foto: Amanda Prado	38
Figura 5: Relações entre os conceitos analíticos desta tese	44
Figura 6: Características de um território. Fonte: Raffestin (1993).....	51
Figura 7: Características das territorialidades. Fonte: Haesbaert (2004)	52
Figura 8: Quadro com os componentes da Conservação Colaborativa	60
Figura 9: Metodologias da governança ambiental.	63
Figura 10: Placa de estabelecimento de turismo de aventura na praça central do distrito. Foto: Amanda Prado.....	69
Figura 11: Exemplo de morros ocupados por gado, à esquerda, e reflorestado com uma casa de veraneio. Foto: Amanda Prado.....	87
Figura 12:Quadro dos principais conflitos socioambientais em SFX e seus conflitos secundários ou adjacentes.	108
Figura 13: Quadro com as características dos conflitos ambientais e respectivas ferramentas de gestão ambiental.....	111
Figura 14: Fundação Cassiano na praça central do distrito, com detalhe para quadra de esportes ao lado direito. Foto: Amanda Prado.....	116

Sumário

Sumário.....	10
Resumo	12
Abstract.....	13
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Uma breve análise da PA em UCs: revisão bibliográfica em busca de lacunas	26
1.2 Justificativa: Motivações e bases da pesquisa para uma visão integradora	28
1.3 Objetivos	33
1.3.1 Geral	33
1.3.2 Específicos.....	33
CAPÍTULO 2: MATERIAIS E MÉTODOS	33
2.1 Área de estudo: Porque SFX e como o território se estrutura?	33
2.2 Contexto atual: Desafios e oportunidades em SFX.....	35
2.3 Coleta de dados e delineamento amostral	37
2.4 Aquisição de licenças	38
2.5 Análises.....	39
CAPÍTULO 3: PERCURSO TEÓRICO.....	40
3.1 O papel do imaginário na PA: esquecimentos e imaginações sobre o ambiente percebido	45
3.2 A memória e a historicidade: tramas e teias de significado e a cocriação de realidades possíveis.....	47
3.3 Espaços, paisagens e suas conexões com a identidade	49
3.4 Sobre territórios, territorialidades e identidades	51
3.5 Sobre Serviços Ecossistêmicos e Conflitos Socioambientais	53
3.6 Os estudos de percepção ambiental em processos de licenciamento ambiental: críticas e desafios	55
3.7 Pelos meandros da Conservação Colaborativa e dos Valores Culturais de Natureza	59
3.8 Gestão e governança ambientais: ferramentas para o cuidado com a natureza.....	61
3.9 A Área de Proteção Ambiental como microcosmo da realidade exterior	64
CAPÍTULO 4: SÃO FRANCISCO XAVIER: CONSTRUÇÃO E PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO DISTRITO	66

4.1 A história do Distrito de SFX.....	66
4.2 Desenvolvimento do distrito.....	70
4.3 Meio ambiente.....	77
4.4 A APA	83
4.5 Turismo	88
CAPÍTULO 5: ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	94
5.1 O mito de origem: esquecimento sobre os indígenas.....	94
5.2 A criação da UC e o paraíso na terra.....	97
5.3 Os moradores antigos x os “forasteiros”	99
5.4 A sustentabilidade como redenção	102
5.5 O progresso no território: oportunidades que conduzem para novos paradigmas.....	104
5.6 Não queremos ficar igual a Campos do Jordão.....	106
5.7 Injustiça ambiental e economia: os ricos podem tudo.....	107
5.7 Instrumentos de gestão ambiental para os conflitos socioambientais	110
CAPÍTULO 6: CONCLUSÕES.....	121
6.1 Referências bibliográficas.....	124
Anexos	137

Resumo

A compreensão das influências que atuam na relação entre ser humano-meio ambiente, visando o ajustamento de condutas individuais e coletivas para modificar o paradigma do desenvolvimento em prol da sustentabilidade socioambiental, é fundamental para enfrentar a atual crise socioambiental. Neste contexto, a Percepção Ambiental (PA) é importante aliada do poder público quanto à leitura da realidade social, configurando-se como meio de apoio à Gestão Ambiental (GA), especialmente em Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável, onde são necessários esforços mais consistentes para conjugar conservação e manejo do meio ambiente. Para aprofundar e aprimorar os conhecimentos sobre como a PA pode ser utilizada para tal, esta tese foi desenvolvida na Área de Proteção Ambiental (APA) São Francisco Xavier. Apresentamos cinco conceitos analíticos transversais e quatro termos chave que orientam a análise da Percepção Ambiental em UCs como na APA estudada. Os conceitos analíticos são: historicidade, identidade, memória, imaginário e territorialidade. Os termos chave são: a UC, o meio ambiente, o turismo e o desenvolvimento. Realizamos pesquisa bibliográfica e documental, observação, entrevistas semiestruturadas e fotodocumentação para ilustração da tese. Foram analisadas as diferenças na percepção ambiental de moradores novos e antigos. A Análise de Conteúdo (AC) foi utilizada nos dados obtidos em conjunto com os conceitos analíticos e com os termos chave do arcabouço teórico. Notou-se que existe um conflito socioambiental mais conspícuo que é o territorial e que influi na identidade e pertencimento dos moradores. Propomos medidas de Gestão e Governança Ambientais para amenizar os conflitos dentro desta dinâmica. Além disso, propomos um vínculo entre PA, Valores Culturais de Natureza (VCN) e Conservação Colaborativa (CC), como áreas de estudos que são conectadas em seu cerne, podendo surgir soluções inovadoras se trabalhadas em conjunto e consonância neste contexto.

Palavras-chave: percepção ambiental, unidades de conservação, conflitos socioambientais, valores culturais de natureza, conservação colaborativa.

Abstract

Understanding the influences that act on the relationship between human beings and the environment, aiming at adjusting individual and collective behaviors to change the development paradigm in favor of socio-environmental sustainability, is essential to face the current socio-environmental crisis. In this context, Environmental Perception is an important ally of the government in interpreting social reality, configuring itself as a means of supporting Environmental Management, especially in Protected areas of Sustainable Use, where more consistent efforts are needed to combine conservation and environmental management. To deepen and improve knowledge on how environmental perception can be used for this purpose, this thesis was developed in the protected area of São Francisco Xavier. We present five analytical concepts and four key terms that guide the analysis of Environmental Perception in Protected Areas such as the area studied. The analytical concepts are: historicity, identity, memory, imaginary and territoriality. The key terms are: protected area, environment, tourism and development. We conducted bibliographic and documentary research, observation, semi-structured interviews and photo documentation to illustrate the thesis. The differences in environmental perception of new and old residents were analyzed. Content Analysis (CA) was used on the data obtained together with the analytical concepts and key terms of the theoretical framework. It was noted that there is a more conspicuous socio-environmental conflict, which is territorial and that influences the identity and belonging of residents. We propose Environmental Management and Governance measures to mitigate conflicts within this dynamic. In addition, we propose a link between Environmental perception, Cultural Values of Nature and Collaborative Conservation, as areas of study that are connected at their core, and innovative solutions can emerge if worked together and in harmony in this context.

Keywords: environmental perception, protected areas, socio-environmental conflicts, cultural values of nature, collaborative conservation.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

É necessário repensar a intrínseca relação ser humano-ambiente. A compreensão desta relação, com sociedades alterando ecossistemas e ecossistemas limitando ou proporcionando o desenvolvimento humano, reitera a interdependência entre o meio ambiente e a humanidade e traz a concepção de coexistência entre as demais espécies e nós. Complementarmente, os símbolos, as representações, o imaginário e a memória sobre a natureza, dentre outros constructos imagéticos e de fundo sociológico, nos atravessam na constituição de nossa psiquê (Lima- Guimarães, 2009). Assim sendo, a Percepção Ambiental (PA) é um resultado de nossas interações materiais e imateriais com o meio ambiente, constituindo-nos e transformando-se em diferentes interpretações, valores e atitudes para com o outro e com a natureza (Tuan, 1980). O intuito, neste caso, é diminuir a distância entre nós e o meio ambiente, de forma que nos vejamos como parte da natureza e ao mesmo tempo respeitemos os processos ecológicos e sociais intrínsecos e de grande importância, tanto para a conservação da biodiversidade quanto para a plenitude da experiência humana.

Neste âmbito, ressaltamos que a busca por qualidade de vida das sociedades humanas modernas tem sido, na maioria das vezes, associada a um modo predatório de utilização dos recursos ambientais, gerando a crise socioambiental em que há degradação de ecossistemas, extinção acelerada de espécies, queimadas, introdução de espécies exóticas, superexploração, esgotamento de recursos, desastres ambientais, mudanças climáticas, dentre outros. Miranda (2012), em um estudo da Fundação Oswaldo Cruz, traz alguns números que ilustram o crescimento das atividades econômicas e da população mundial no século passado e o impacto causado na natureza como consequência. Ela diz que neste século, fomos capazes de dobrar a expectativa de vida, mas não sem um preço alto. Por exemplo, a autora cita que aumentamos a população quatro vezes e aumentamos o nosso consumo de alimentos e água em seis vezes, aumentando em doze vezes a produção de CO₂. Já a atividade econômica foi aumentada em vinte vezes, excedendo a capacidade de carga do planeta em trinta por cento (Miranda, 2012).

A consequência deste excedente é a crise socioambiental, que tem um viés de distribuição dos impactos nocivos que causa, sendo estes concentrados nas populações mais pobres ou mais vulneráveis socioambientalmente. Miranda (2012), reforça esta ideia

e traz números que exemplificam o alto grau de impacto socioambiental da atualidade. Segundo esta autora, 300 milhões de pessoas desempregadas na atualidade somam-se aos 1 bilhão de famintos e sem acesso à água, o que impõe taxas de mortalidade infantil muito altas, e dessa forma ela explica porque o atual modelo está falido pois não funciona em igualdade para todos (Miranda, 2012).

Dentro deste entendimento, Bursztyn e Bursztyn (2012) assinalam que o tema de conservação ambiental e diminuição de desperdícios para a saúde do planeta ganhou enorme projeção na atualidade, como elemento de mobilização política e formação de opinião pública. Além disso, o autor Moraes (2002) diz que vivenciamos uma crise universal “feita de muitas crises”, por exemplo na compreensão que o homem tem de si mesmo, fundamentada na falta de consciência de si mesmo e do sentido da relação homem-mundo, essencialmente espiritual; nos projetos de vida dos povos, destacando-se a valorização do ter mais em prejuízo do ser mais; na comunhão do ser humano com o seu mundo; risco da própria sobrevivência da espécie humana e de outras espécies de vida diante das agressões ao meio ambiente; crise nas instituições humanas, desvio dos objetivos que nasceram das reais necessidades humanas. Lima Guimarães (2009) complementa e diz que nestes tempos atuais, não só presenciamos como testemunha perplexa, mas também vivenciamos e sofremos os efeitos adversos das várias crises axiológicas, direta e indiretamente, objetiva e subjetivamente.

Assim, a crise socioambiental tem, na sua raiz, a necessidade de uma ressignificação da forma de compreensão do ambiente pelos seres humanos: partindo de uma postura antropocêntrica, materialista, degradadora para uma postura ambientalista, ecossistêmica e conservacionista. Segundo Tuan (1980), para modificar a relação entre homem e natureza, é preciso auto-compreensão, pois sem ela não podemos esperar por soluções duradouras para problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. Problemas humanos (econômicos, políticos ou sociais) dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos (Tuan, 1980). Para o autor, a auto-compreensão necessária à humanidade tem raízes no escrutínio destes fatores (motivação, valores e atitudes), que podem ser analisados a partir de estudos de Percepção Ambiental (PA) (Tuan, 1980).

A auto-compreensão, segundo Tuan (1980), seria a autoanálise do

sujeito/indivíduo, ou de um coletivo, a respeito das influências que determinam nossas motivações, formando nossos valores, e por fim, induzem ou geram, em maior ou menor grau, nossas atitudes. Assim, com esta autorreflexão, ou propriocepção, estaríamos aptos a agir na realidade, como cidadãos neste presente histórico que compartilhamos, impedindo crimes e crises socioambientais, num grau mais elevado de participação sociopolítica, dentro das necessidades socioambientais do território que ocupamos.

O foco, neste caso, é a diminuição dos impactos que são causados por nós por meio da má gestão e fraca governança socioambiental, e de forma recíproca, abalam a qualidade de vida humana, das demais espécies e a saúde do planeta. Bursztyn e Bursztyn (2012) informam que “política e gestão ambiental aparecem como vetores necessários à construção da base institucional e dos mecanismos de regulação das práticas humanas, na busca da razão perdida e da inclusão do habitat (*oikos*) na lógica (*logia*) de organização (*nomia*) do progresso humano” (Bursztyn, Bursztyn, 2012. Pág 27). Dentro dessa perspectiva, nota-se uma discordância entre ter e ser, que é herança do capitalismo no qual vivemos na atualidade, de forma que segundo Georgescu Roegen (2012), o domínio dos fenômenos que a ecologia abrange é mais amplo que o domínio coberto pela ciência econômica, de tal modo que a economia deveria ser absorvida pela ecologia, e não ao contrário.

Já Marques (2015) articula a ideia dizendo que no capitalismo, o meio físico é compreendido como um recurso, sendo um subsistema do sistema econômico. Ele argumenta que há uma inversão da taxis que promove:

um ordenamento hierárquico do mundo incompatível com sua concepção ecológica. A faculdade de subordinar as metas econômicas ao imperativo ambiental não pertence, portanto, as coordenadas mentais do capitalismo (Marques, 2015, pág 227).

Assim, dada a dificuldade da prática plenamente sustentável no capitalismo, é necessário, ao menos, buscar formas de diminuir os malefícios advindos de tais impactos socioambientais e evitar que estes acarretem mais perdas. Para isso, a gestão e a governança ambiental devem envolver a sociedade na manutenção e monitoramento da qualidade ambiental e das políticas públicas que atuem na conciliação entre objetivos de

desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental (Bursztyn e Bursztyn, 2012).

A sustentabilidade, conforme tem sido aplicada, busca uma readequação do desenvolvimento per si, afastando-se da ideia de que o progresso e o espírito capitalista advindos da modernidade, manifestos na capacidade de se produzir e lucrar cada vez mais, se sobrepõem às idealizações idílicas de sociedades frugais e fraternas, que marcaram as formulações de utopias até então (Bursztyn e Bursztyn, 2012). Por utopia socioambiental, entende-se um imaginário sobre a função de sua existência (a natureza), que se relaciona à salvação do meio ambiente, conforme descrito pelos autores (Bursztyn e Bursztyn, 2012).

Esta ideia de utopia socioambiental possui eco no ramo de estudos dos Valores Culturais da Natureza (Fernandes-Pinto, 2017), que valoriza e fomenta uma percepção simbólica e espiritual da natureza como grande motivador da conservação, capaz de promover um re-encantamento humano pela natureza; e, há também, a Conservação Colaborativa que postula a necessidade de os programas de conservação englobarem todos os sujeitos e instituições nos processos decisórios e na ação socioambiental, aumentando nossa interação e nossa capacidade de atuarmos em grupo visando o bem estar ambiental de todos (Maretti, Furlan e Irving, 2021). Estes dois termos conceituais são abordados em várias seções da tese e estão mais explorados e detalhados no Capítulo III, fazendo parte do arcabouço teórico, bem como dos resultados e recomendações desta tese.

Seguindo o raciocínio dentro destas duas áreas de pesquisa citadas acima, concordamos com Bursztyn e Bursztyn (2012) dizendo que o maior risco que corremos atualmente vem de desvios de conduta dos seres humanos, que não se mantêm fiéis aos aprendizados sobre o meio ambiente, e dessa forma está sempre projetando o problema sobre outros seres humanos ao invés de assumirem sua parcela de responsabilidade com a conservação da natureza. Segundo os autores, os seres humanos tendem a se evadir das normas sociais com esta motivação, demonstrando uma renúncia a obedecer às normas acordadas em grupo. Estes autores postulam que “no mundo do contrato social (o crédito ao conceito aqui é para o próprio Rousseau), delegamos o poder de regulação ao Estado e ao mesmo tempo tentamos nos evadir, como se a regulação coletiva só fosse legítima se aplicada aos outros” (Bursztyn e Bursztyn, 2012. Pág. 147).

Dessa forma, o escrutínio das nossas motivações ao evadirmos as regras

combinadas devem ser analisadas, buscando amenizar e transformar estas discordâncias da sociedade em relação ao meio ambiente. Para tal, as investigações científicas sobre PA analisam a intersecção entre o mundo material, ou o meio ambiente percebido sensorialmente, e o mundo das ideias, ou dos pensamentos e do imaginário. Estes, por sua vez, geram motivação ou deserção perante o meio ambiente, sendo traduzidos em valores que, finalmente, promovem as ações/ atitudes perante o meio ambiente imediato ou, no outro extremo, causam inação e imobilidade (Oliveira, 2012).

Logo, percebe-se que na luta contra a crise socioambiental é necessário uma verdadeira revisão de valores humanos, especialmente adotando os Valores Culturais de Natureza, que envolvem outra relação entre seres humanos e a natureza, incluindo valores espirituais, simbólicos, e culturais associados a práticas sociais sustentáveis (Fernandes-Pinto, 2017). A valoração cultural da natureza, vai além do valor financeiro e da concepção de que a natureza só vale se for nos servindo utilitariamente. Valoriza-se, então, toda a gama de sentimentos e sensações positivas para com a natureza (Fernandes Pinto, 2017)

Da mesma forma, a Conservação Colaborativa permite que cidadãos e instituições não se evadam dos compromissos socioambientais, e façam parte das soluções por meio de ferramentas mais participativas e colaborativas (Maretti, Furlan e Irving, 2021). Ambas as áreas de pesquisa são beneficiadas por estudos de percepção pois estes ajudam a embasar as ações de Educação Ambiental que são a base para a revalorização cultural da natureza, reencantamento do mundo e para auxiliar o planejamento de ações colaborativas.

O reencantamento do mundo trata-se de um movimento intelectual e cultural que busca resgatar a dimensão mágica, espiritual e emocional da vida humana, em resposta ao desencantamento causado pelo avanço da modernidade, racionalização e secularização. Este termo foi popularizado por diversos pensadores (Weber, 2001; Naess, 1989; Berman, 1981) e se opõe à visão desmistificada do mundo que prevaleceu desde o Iluminismo (Fernandes- Pinto, 2017)

Já dentro do escopo da PA, precisamos compreender que cada percepção individual existe, por si, porém está conectada aos outros seres humanos e ao meio ambiente, com diferentes Valores Culturais de Natureza (VCN) e diferentes percepções e interpretações relacionadas ao meio habitado. Como seres sociais, existimos em função

da convivência em grupo em ambientes de afeto, ou lugares, assim, somos sujeitos políticos, além de estarmos, também, conectados através de símbolos e representações sociais da natureza, por exemplo, que nos afetam mesmo se não sabemos dessa influência (Ingold, 2000; Durkheim, 1995). Somos conectados pelas territorialidades, sendo o território, e a própria paisagem que o abarca, parte de um continuum que conecta a percepção cognitiva à interpretação do meio ambiente e à valoração que se faz da natureza de forma dialógica (Lima Guimarães, 2009).

Sendo a PA fortemente subjetiva, as formas de análise destes aspectos são de difícil produção em contextos investigativos, mercadológicos ou de licenciamento. A grande maioria dos estudos de percepção realizados em licenciamentos ambientais, por exemplo, considera apenas as citações literais dos entrevistados. Assim existe uma enorme lacuna de compreensão entre o que diz a academia sobre a PA e o que é executado no dia a dia do licenciamento ambiental e das UCs. O problema se estende para estudos considerados em conselhos gestores de paisagens protegidas, onde o estudo das territorialidades pode ser bastante aquém do ótimo possível, por meio de desenhos interdisciplinares (Haesbaert, 2004).

Nesta tese, defendemos o argumento de que com a utilização de cinco conceitos analíticos que selecionamos, é possível tornar a análise delicada da PA mais objetiva, pois será então feita a partir destes cinco conceitos em vez de exigir a leitura exaustiva dos tratados de PA e ainda assim não abarcar o contexto e os pontos de vista que podem trazer avanços, se debatidos e trabalhados. E ao mesmo tempo torna a PA mais profunda e complexa, em contrapartida à lacuna de qualidade diante do que vem sendo executado na “vida real” de empresas, prefeituras e em conselhos gestores. Os cinco termos são historicidade, memória, imaginário, identidade, territorialidade. Estes estão descritos no quadro a seguir. Além dos cinco termos, incluímos o termo “território” que se relaciona à territorialidade e aos demais termos citados no quadro, porque este termo é essencial para o pleno entendimento dos demais conceitos citados.

Figura 1: Quadro com conceitos analíticos utilizados na tese.

Termo	Conceito	Referências Bibliográficas
Imaginário	Representações simbólicas e imaginativas que uma sociedade constrói sobre si mesma e o mundo ao seu redor. Influencia a forma como os indivíduos e grupos percebem a realidade e se conectam culturalmente.	CASTORIADIS, Cornelius. The Imaginary Institution of Society . Cambridge: Polity Press, 1987.
Memória	Capacidade de armazenar, reter e recuperar informações e experiências passadas. Pode ser individual ou coletiva, sendo essencial para a formação da identidade pessoal e cultural, além de influenciar a continuidade das tradições.	HALBWACHS, Maurice. On Collective Memory . Chicago: University of Chicago Press, 1992.
Historicidade	Dimensão temporal da vida humana, que considera como eventos passados moldam a sociedade e a cultura ao longo do tempo. Importante para entender a evolução das identidades e das relações com o território.	ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos . Campinas: Pontes Editores, 2001.
Território	Espaço físico ocupado por um grupo ou indivíduo, que possui significados culturais, históricos e emocionais específicos. É uma parte fundamental da identidade e do senso de pertencimento.	RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder . São Paulo: Ática, 1993.
Territorialidade	Práticas e estratégias usadas para afirmar e manter o controle sobre um território. Reflete a conexão afetiva e simbólica dos habitantes com seu espaço, sendo um elemento crucial na construção da identidade cultural e social.	HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
Identidade	Conjunto de características, crenças e valores que definem um indivíduo ou grupo. É formada por elementos como a memória, o imaginário e a historicidade, e está fortemente ligada ao território e à territorialidade.	HALL, Stuart. Cultural Identity and Diaspora . In: Rutherford, J. (ed.). Identity: Community, Culture, Difference . London: Lawrence & Wishart, 1990.

Fonte: Elaborado pela autora

Mais conceituações e reflexões sobre a percepção ambiental e os cinco termos escolhidos nessa tese para tratar da PA visando a GA estão detalhados no Capítulo III. Estes termos são base para a análise realizada nesta tese, e visam não somente conceituar, mas também difundir e apresentar uma possibilidade de conteúdo mínimo para estudos de percepção ambiental para subsidiar a gestão ambiental.

Além dos cinco conceitos analíticos, escolhemos também os termos chave a serem entrelaçados aos descritos acima, quando da análise da PA em UCS, sendo, o meio ambiente, a unidade de conservação, o desenvolvimento e o turismo. Outros temas, como mineração, pesca ou extrativismo podem ser adicionados a estes conceitos chave dependendo da realidade da UC, porém os pontos aqui citados são comuns à todas as APAs e por isso, foram escolhidos para guiar o desenho desta tese e para integrar a análise da PA em conselhos gestores.

Neste primeiro momento, na introdução, basta ao leitor compreender que estes conceitos estão todos conectados, de forma que é necessário compreender como eles se relacionam e como podem ser articulados numa visão mais abrangente do meio ambiente. Neste sentido, Lima Guimarães (2009), explica as numerosas relações às quais nos referimos antes, e acrescenta a necessidade de uma contínua revisão da trama que se forma à partir da abordagem ampla na qual a percepção se baseia. Ela afirma que a multiplicidade dos processos de coexistir e conviver com a natureza enquanto seres humanos resulta em “interações complexas, imbricadas e simultâneas”, e assim devem ser escrutinadas, compreendidas e melhoradas (Lima Guimarães, 2009, pág 17).

Neste âmbito a percepção ambiental é uma poderosa ferramenta de análise e de compreensão dos desafios humanos frente à crise ambiental e axiológica. Seu estudo pode ser utilizado na Gestão e Governança Ambientais e na Educação Ambiental, buscando novas formas de apropriação do natural. Assim, a PA, seus conceitos e atravessamentos são minuciosamente perscrutados nesta tese. Por agora, foquemos na definição de PA da Professora Lívia de Oliveira (2012) que adotamos nesta tese, enquanto um valor que se faz do meio ambiente experienciado e percebido:

Quando se trata de percepção ambiental, trata-se, no fundo, de visão de mundo, de visão de meio ambiente físico, natural e humanizado, na maioria é sociocultural e parcialmente é individual; é experiência em grupo ou

particularizada; é uma atitude, uma posição, um valor, uma avaliação que se faz do nosso ambiente (Oliveira, 2012. Pág. 61).

Neste entendimento, a faceta ecológica está inclusa de forma subjetiva ou ancorada na experiência do sujeito, sendo relatados por exemplo percepções sobre a qualidade ambiental e as formas possíveis de relacionamento em um território, abrangendo, inclusive, os conflitos socioambientais dentro de uma paisagem ou dentro de uma UC, conforme nos propomos a fazer nesta tese.

Isto pois, nas Unidades de Conservação da Natureza (UCs), tais estudos são estratégias especialmente úteis na criação, governança e gestão destes espaços protegidos. As UCs são uma das estratégias utilizadas atualmente para a conservação da biodiversidade e para o ordenamento territorial localizado e são definidas como:

Espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção aos recursos ambientais ali presentes (SNUC, 2000).

Atualmente, no Brasil, são admitidas UCs de Proteção Integral (nas quais é admitido apenas o uso indireto dos recursos) e UCs de Uso Sustentável (nas quais é permitido o uso direto dos recursos, desde que respeitadas as normas ambientais), de forma que nestas últimas são necessários esforços mais consistentes para compatibilizar a presença humana e a conservação ambiental.

As categorias de UC de Uso Sustentável podem ter conselhos consultivos ou deliberativos, que serão presididos pelo chefe da UC (SNUC, 2000). Os demais representantes do conselho devem incluir membros dos órgãos públicos e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, cultura, turismo, dentre outros; e membros da sociedade civil, incluindo a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região, população residente e do entorno, incluindo as comunidades tradicionais, antigas no território, e os indígenas, além dos representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica, dentre outros (SNUC, 2000).

Um dos desafios dos Conselhos Gestores é conciliar a sustentabilidade local e a convivência de diversos grupos com percepções diferentes sobre o meio ambiente e que,

portanto, utilizam e relacionam-se com os recursos de forma diversa, afetando diretamente no status de conservação da área. Neste contexto de gestão compartilhada de UCs, a Percepção Ambiental (PA) da população se torna importante aliada para o poder público quanto à leitura da realidade social, configurando-se como meio de apoio à Gestão Ambiental (GA) destes territórios (Rodrigues *et al.*, 2012).

Em se tratando de UCs, especialmente em Áreas de Proteção Ambiental (APAs), nas quais a presença de imóveis particulares e muitas atividades produtivas são permitidas, são necessárias adaptações do sistema socioecológico, para que os modos de vida de comunidades tradicionais e de moradores antigos sejam realocados/remanejados ou reestruturados/reposicionados, frente à chegada de novos moradores, moradores de segunda residência e turistas, que migram para o local. Berkes (2017) discute a relação entre comunidades tradicionais e áreas de conservação, explorando como a criação de UCs pode impactar a dinâmica social e econômica dessas comunidades. Este fluxo de pessoas para a região pode culminar em conflitos socioambientais com o aumento do desmatamento, a poluição de corpos hídricos, a devastação de nascentes, a especulação imobiliária, a turistificação, a gentrificação e a desterritorialização/reterritorialização dos habitantes nativos.

A turistificação é definida pela ocorrência da priorização dos interesses de turistas em detrimento dos moradores locais e a gentrificação ocorre quando mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas excluem moradores antigos que não conseguem mais manter um modo de vida associado a determinado lugar, pois ele foi transformado. E a desterritorialização/ reterritorialização ocorre quando algum fator promove a ruptura das territorialidades físicas ou simbólicas de uma comunidade (Haesbaert, 2004). Assim, a comunidade se vê impelida a encontrar outras territorialidades para se reterritorializar, lembrando que este movimento de desterritorialização e reterritorialização são cíclicos e nunca se encerram (Haesbaert, 2004).

Dentro deste argumento exposto no penúltimo parágrafo acima, temos a motivação para o presente estudo de caso, sendo que em São Francisco Xavier, nossa área de estudo, a presença massiva de moradores novos, em contraposição aos antigos moradores, mostra-se como um elemento que necessita de entendimento para a melhoria dos conflitos e do bem-estar da população. Há o risco de gentrificação e turistificação, bem como da desterritorialização/ reterritorialização. Estes elementos serão investigados

no capítulo de resultados, num exercício de compreensão sobre o que está ocorrendo ou o que pode acontecer num futuro próximo.

Como forma de contribuir com estas investigações, a análise dos conflitos socioambientais foi realizada a partir dos cinco termos chave, bem como dos cinco conceitos analíticos relatados acima. Porém, para sugerir melhorias a estes aspectos, além dos instrumentos de gestão ambiental que são muito úteis nesse caso, e são sugeridos nos capítulos finais desta tese, afirmamos ser de extrema necessidade que ocorra uma revalorização dos aspectos simbólicos e espirituais das relações dos moradores com o meio ambiente. Esta revalorização pode se dar a partir dos Valores Culturais da Natureza e, finalmente poderemos apontar soluções estratégicas com a utilização da Conservação Colaborativa, aumentando a participação pública e as motivações de participação em projetos de meio ambiente.

Sobre a PA, que é uma ferramenta em ambas as áreas de pesquisa citadas, apesar de sua importância ricamente descrita e de ser recomendada por órgãos internacionais desde meados de 1970, a percepção é geralmente negligenciada por se tratar de um aspecto de valoração e caracterização sociocultural, e que leva em conta motivações subjetivas, sendo, muitas vezes, subestimado dentro de um contexto capitalista e tecnicista enquanto argumento para defesa do meio ambiente saudável, em contraposição a valorações econômicas do meio ambiente e a estudos que versam nas ciências exatas ou biológicas (Lefebvre, 1991).

Assim, é importante esclarecer os conceitos e procedimentos dos estudos em percepção de forma prática, demonstrando os métodos e formas de transformar os resultados em ações. Estudos de opinião podem ser confundidos ou erroneamente nomeados como estudos de percepção, sendo que os de percepção dedicam-se a investigar a subjetividade por trás das falas e comportamentos dos entrevistados e os de opinião, geralmente, consideram apenas as declarações literais, dividindo-as em porcentagens e citando trechos de forma literal.

Esta tese, defende uma nova forma prática de se acessar a PA, por meio da análise de conteúdo realizada com os cinco conceitos analíticos selecionados para o estudo da PA de forma interdisciplinar. Os conceitos analíticos (historicidade, memória, imaginário, território e identidade) são percorridos durante a discussão do corpus como um arcabouço teórico que nos ajuda a interpretar e desvelar os motivos por trás das falas sobre os temas

chave. Além disso apresentamos os termos chave para o estudo da PA em UCs. Os termos chave para UCS são o meio ambiente, a unidade de conservação, o desenvolvimento e o turismo.

Tais temáticas foram escolhidas pois são, geralmente, determinantes do território físico e simbólico percebido pelos moradores de uma APA e que estão relacionados ou são dependentes da GA desta Unidade de Conservação (UC). Além disso, se é verdade que cada grupo de moradores possui características singulares, também é verdade que o que dizem se inscreve na historicidade, em uma memória discursiva, nas possibilidades de ressignificar o já-dito, além do imaginário contido na relação entre ser-humano e ambiente.

Desta forma, a partir de observação investigativa preparatória para a pesquisa na APA- SFX e conversas preliminares com os gestores e analistas da UC, notou-se que estes fatores, os temas chave, eram influentes e preponderantes na GA local, assim como os conceitos analíticos aqui selecionados. Todavia, as temáticas a serem abordadas em uma pesquisa de percepção podem ser alteradas conforme o local e objetivo da pesquisa, podendo serem incluídos assuntos como mineração e pesca, ou outros que forem específicos da região em estudo.

Assim, por considerar características e influências socioculturais e sociopolíticas, este estudo assume uma perspectiva multidisciplinar, estabelecendo um diálogo das Ciências Ambientais com a Sociologia Ambiental e com a Ecologia Humana - ao pesquisar a interação do ser humano com o ambiente (enfocando elementos perceptivos, ambientais, culturais, econômicos, políticos e valores ambientais) e os conflitos socioambientais na APA de SFX. Há também um diálogo com a geografia humana ao focar aspectos relacionados com o espaço, o lugar e o território, utilizando o conceito de toponímia.

Diante do exposto, faz-se necessário o investimento em estudos de PA dos moradores de UCs e especialmente, de APAs, com vistas a gerar insumos para amenizar os conflitos socioambientais e garantir a preservação dos recursos, além de estimular a adoção de práticas sustentáveis nas áreas. Para efeito desta pesquisa, consideramos os moradores antigos e os moradores novos, cujas percepções, dentro de uma UC, são úteis para balizar os conflitos socioambientais, investigar e caracterizar a ocorrência de turistificação, gentrificação e desterritorialização/reterritorialização dos habitantes.

Agora, após esta explicação introdutória, passaremos à justificativa do trabalho e posteriormente, passamos aos objetivos gerais e específicos que nos conduzirão pela tese. Vamos nos aproximar paulatinamente da complexidade deste estudo conforme vamos avançando nos capítulos sobre o percurso teórico, após a explanação sobre a metodologia. Boa leitura!

1.1 Uma breve análise da PA em UCs: revisão bibliográfica em busca de lacunas.

Iniciando a busca por pesquisas pares a esta, para nos basearmos no que têm sido feito no Brasil, em termos de Percepção Ambiental em Unidades de Conservação, realizamos pesquisas sobre estes dois termos nos seguintes repositórios científicos: Scielo, Google Acadêmico e Periódicos CAPES. O resultado nos mostra uma variedade de metodologias para o estudo da PA, com pouca coesão entre as metodologias escolhidas para esta avaliação. Mostra também que as lacunas desta área de pesquisa se concentram em: subjetividade da PA, que dificulta a utilização da análise em espaços mais objetivos, como conselhos gestores e em políticas públicas; falta de comparatividade entre os trabalhos de PA devido à diversidade das iniciativas; e necessidade de incorporação do aspecto social, em comparação com o natural, que é vastamente explorado; dentre outros. Acreditamos que a proposta apresentada nesta tese está em consonância com as necessidades apontadas nos diversos estudos analisados.

A percepção ambiental (PA) em Unidades de Conservação (UCs) é um campo de estudo que conecta dimensões educacionais, sociais e ecológicas. Analisar como diferentes grupos interagem com esses espaços naturais permite compreender as dinâmicas entre conservação e sociedade, revelando tanto avanços quanto lacunas. Nesta seção, exploramos contribuições recentes sobre o tema, destacando métodos utilizados, insights alcançados e as questões ainda em aberto, sob uma perspectiva crítica e integradora.

A educação ambiental em UCs emerge como uma estratégia primordial para transformar a percepção dos visitantes sobre o meio ambiente. De acordo com Sansolo (2021), atividades como trilhas interpretativas e programas educativos ajudam a moldar comportamentos mais conscientes, ampliando o entendimento sobre biodiversidade e sustentabilidade. No entanto, o autor ressalta que os impactos dessas intervenções frequentemente carecem de análise longitudinal, deixando em aberto como essas ações afetam o comportamento a longo prazo. Essa lacuna aponta para a necessidade de metodologias mais sistemáticas, que capturem as mudanças comportamentais em diferentes momentos após as atividades educativas.

O envolvimento das comunidades locais é outra dimensão crucial para o sucesso das UCs, especialmente em contextos onde o conhecimento tradicional pode enriquecer o manejo sustentável. Reyes-García (2009) explora como a percepção ambiental de comunidades rurais é moldada por suas práticas diárias e dependência dos recursos naturais. Esse olhar etnográfico revela a riqueza de saberes locais, mas também expõe um desafio: a ausência de estudos comparativos entre diferentes regiões ou grupos culturais. Tais comparações poderiam oferecer uma visão mais abrangente das interações sociais e ecológicas, favorecendo políticas que reconheçam e valorizem as diversidades locais.

Outro ponto de destaque são as trilhas interpretativas, abordadas por Medeiros et al. (2019) como ferramentas dinâmicas para engajar visitantes e promover mudanças cognitivas significativas. As trilhas estimulam uma experiência imersiva, conectando os participantes à importância da conservação ambiental. Ainda assim, lacunas persistem, como a falta de estudos sobre a perspectiva dos guias ou condutores que lideram essas atividades. Além disso, há uma necessidade de explorar como diferentes formatos de trilhas afetam públicos diversos, como crianças, idosos ou grupos escolares.

As percepções das comunidades rurais que vivem no entorno das UCs também são fundamentais para reduzir conflitos socioambientais e aumentar a eficácia das estratégias de conservação. Silva (2017) analisa a relação dessas comunidades com o Parque Estadual da Serra do Conduru, na Bahia, destacando que uma abordagem inclusiva e participativa é essencial para integrar percepções locais ao planejamento e manejo ambiental. Porém, o autor aponta que ainda falta um diálogo mais estruturado entre as políticas públicas e os dados de percepção ambiental, o que limita a efetividade das ações implementadas.

Por fim, os métodos utilizados para estudar a PA em UCs têm se diversificado, oferecendo novas formas de acessar as representações simbólicas e cognitivas do ambiente. Pereira (2020) sugere o uso de técnicas visuais, como a análise de desenhos, complementadas por entrevistas estruturadas, para compreender de forma mais profunda como diferentes grupos percebem e interagem com o ambiente natural. No entanto, o autor destaca a ausência de padronização metodológica entre estudos, o que dificulta comparações robustas e generalizações dos resultados. A integração de métodos qualitativos e quantitativos surge como uma alternativa promissora para superar essas limitações.

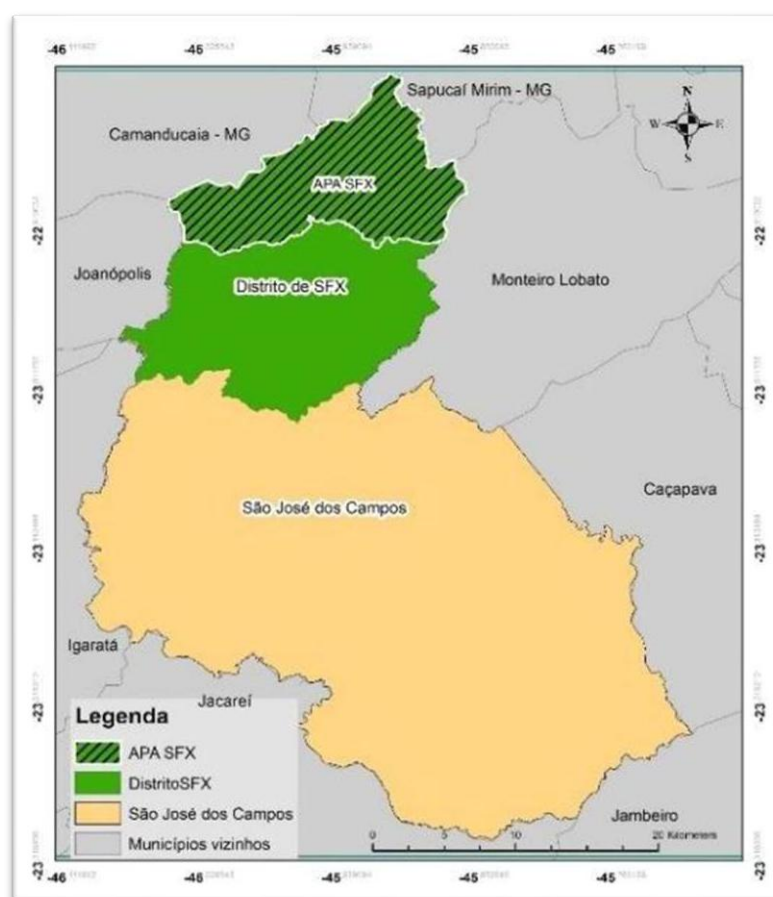
Dessa forma, a percepção ambiental em UCs apresenta-se como um campo de investigação vibrante, mas repleto de desafios. As contribuições revisadas apontam para a importância de conectar as dimensões educacionais, sociais e metodológicas, permitindo que estratégias de conservação sejam não apenas eficazes, mas também culturalmente sensíveis. Essa integração é essencial em um cenário global onde a crise ambiental demanda soluções

inovadoras e sustentáveis, ancoradas na valorização das interações humanas com o meio natural.

1.3 Justificativa: Motivações e bases da pesquisa para uma visão integradora

São Francisco Xavier (SFX) é um distrito do município de São José dos Campos. O distrito de SFX está envolto por Áreas de Proteção Ambiental (APAs) que tem órgãos gestores em níveis federal, estadual e municipal.

Figura 2: Mapa de localização da APA SFX.



Fonte: Henrique, 2018.

A criação destas unidades de conservação ocorre em um momento de aumento da demanda turística na década de 90 do século XX. Em meados de 1990, muitos paulistanos, devido à proximidade de São Paulo, passaram a visitar o local em busca de um turismo de contemplação, ecoturismo e também em busca de um modo de vida mais

calmo e tranquilo, perto da natureza (Ruschmann, 2003). Este processo provocou especulação imobiliária e uma rearticulação dos modos de vida dos nativos que viviam principalmente do leite e do gado, com algumas hortas e roças familiares (Ruschmann, 2003; Henrique, 2018). Os moradores antigos passaram a trabalhar como caseiros ou vendedores nos inúmeros comércios que surgiram para atendimento às casas de veraneio ou segunda residência e aos turistas, ou ainda empregados de imobiliárias e de outros comércios, como o artesanato e lembrancinhas da cidade (Ruschmann, 2003).

Assim, visando compreender a percepção ambiental e os modos de vida de ambos os grupos, bem como os conflitos da relação entre os grupos, a presente pesquisa objetiva gerar uma forma de analisar conflitos socioambientais, confluências e dissonâncias de percepções entre os grupos. Além disso, visamos avançar da teoria de PA, de forma a compreender a relação dos seres humanos com a natureza e o meio ambiente, que ocasiona consequências para a qualidade de vida humana e para a integridade da biodiversidade de maneira sinérgica. A crise ambiental opera de forma associada entre sociedade e natureza, de forma que os problemas ambientais, só assim são denominados porque causam problemas aos seres humanos (Tuan, 1985). Há de se destacar que mesmo os termos meio ambiente e natureza, não são, em si, somente o conjunto dos seres vivos com o ecossistema, mas tratam-se de construções sociais que favorecem uma ordem, e geram benefícios para certos grupos, assim como causa demérito a outros grupos (Diegues, 2004).

Tal fato não altera a importância de falarmos sobre os problemas ambientais, haja vista a influência que estes acarretam às demais espécies e em nossas vidas, principalmente na manutenção da biodiversidade e suas funções ecológicas e por meio de uma grande gama de valores espirituais e simbólicos que permeiam nossa identidade (Fernandes-Pinto, 2017). Estes, são os Valores Culturais de Natureza, e são conceituados por Fernandes-Pinto (2017, pág 328) como “significados simbólicos, vínculos históricos e ancestrais, bens, saberes, tradições, percepções e práticas de grupos sociais (do passado ou contemporâneos) intrinsecamente interligados a paisagens, elementos da flora, fauna, relevo ou fenômenos naturais”. Esta autora entende que os Valores Culturais da Natureza proporcionam contribuições diretas e indiretas à conservação ambiental, sendo:

Como contribuições diretas entende-se ações que promovem a manutenção in situ da biodiversidade, estratégias de diversificação de espécies, de restauração florestal e a proteção direta de áreas, entre outras. Já as contribuições indiretas abrangem aspectos que enaltecem a beleza das áreas naturais, ampliam o conhecimento sobre as paisagens e seus elementos, sensibilizam para a importância da conservação, promovem experiências significativas ou fomentam uma conexão espiritual com a natureza (Fernandes-Pinto, 2017. p.328).

Para além dos benefícios ecológicos e monetários, temos diferentes tipos de Valores Culturais da Natureza que fornecem benefícios intangíveis ou imateriais, que segundo Fernandes-Pinto (2017) podem se dividir em:

Figura 3: Quadro com os Valores Culturais da Natureza.

Tipos de Valores Culturais da Natureza. Fonte: Fernandes-Pinto (2017. p. 329)
1.Experiências sensoriais e perceptivas
2. Oportunidades de lazer e recreação
3. Prática de esportes radicais e de aventura
4. Benefícios terapêuticos
5. Fonte de inspiração artística
6. Descobertas científicas e educação
7. Aspectos históricos
8. Vínculos etnológicos e identitários
9. Formas de manejo e produtos da sociobiodiversidade
10. Elementos orais e linguísticos
11. Conexões religiosas e espirituais

Fonte: Fernandes-Pinto, 2017.

Nota-se que a percepção está inclusa na primeira tipologia apresentada, destacando sua relevância enquanto fruto de experiências humanas. Além disso, a percepção está atrelada a outros valores como 5, 7, 8, 10 e 11. Nestes elementos a percepção atua como fonte de sentimentos (1,5) e de ‘matéria-prima’ que possibilitam a formação dos fenômenos citados (7, 8, 10 e 11), pois é a partir da PA que os fenômenos citados são percebidos, classificados e complexificados. Assim, a presente tese valoriza

este ramo de pesquisa e propõe-se a vincular PA e VCN na busca por soluções dentro da Conservação Colaborativa que sustentem estas relações implícitas.

De maneira interligada, destacamos a Conservação Colaborativa que, segundo Maretti (2001), destaca a importância da participação multissetorial, a inclusão das comunidades locais, a gestão integrada e a distribuição equitativa dos benefícios da conservação. Essa abordagem visa uma gestão mais eficaz e sustentável dos recursos naturais, reconhecendo e valorizando o papel fundamental das comunidades locais e suas práticas tradicionais (Maretti, 2001). A conservação colaborativa envolve a cooperação entre diversos setores da sociedade, incluindo governos, comunidades locais, ONGs e empresas privadas. Cada ator traz diferentes perspectivas, recursos e conhecimentos que são essenciais para a gestão sustentável dos recursos naturais (Maretti, 2001). Como resultado, a criação e a escolha de ferramentas de gestão ambiental mais eficazes, que possam adereçar, com maior precisão, a percepção ambiental de territórios chave, são importantes (Bursztyn e Bursztyn, 2012).

Assim, temos o intuito de contribuir para um modo de análise que aprofunda o conhecimento sobre as motivações e formação dos valores, e assim torna possível a inclusão da PA em atividades de gestão ambiental de áreas protegidas, gerando maior colaboração social no processo do manejo e conservação ambiental de lugares com natureza conspícua ou em territórios em risco.

Dentro desse escopo, o escrutínio da PA traz muito mais que uma lista de demandas sociais, ela compreende e descreve como os problemas ambientais “funcionam” nas comunidades estudadas (Oliveira, 2012). Ela identifica, descreve e explica as utopias socioambientais de um território (Bursztyn e Bursztyn, 2012). Ela também atua tornando os governos mais cientes das reais preocupações locais, auxiliando assim o delineamento de leis e diretrizes socioambientais de alta aderência às necessidades dos locais. Há também o aspecto simbólico, a partir do qual interpretamos o nosso meio e que, segundo Lima-Guimarães:

(...) abrange diferentes formas de decifrar e compreender os símbolos interjacentes em uma paisagem, tornando, assim, um mesmo lugar tão diferente para um indivíduo e outro, porque revelam o traçado de fronteiras tênues, sutis, existentes na percepção de um espaço material e outro imaginário, abrigando

paisagens interiorizadas em afetividade, numa significativa interrelação de elementos naturais e construídos. (Lima- Guimarães, 2002. Pág. 120)

Assim, a subjetividade e a complexidade da PA, dificulta a aplicação de ferramentas que possam servir de apoio à gestão ambiental. Acreditamos que a seleção do nosso arcabouço teórico é uma metodologia benéfica ao estudo da PA em UCs e esperamos que essa contribuição possa gerar maior concordância entre objetivos ambientais e sociais. O roteiro de perguntas é importante, nesse sentido, está disponibilizado nos anexos, e pode ser adaptado para outros recortes geográficos que desejem utilizar a PA na GA.

Reiteramos que a justificativa fundamental para a realização deste trabalho está no fomento à participação e à colaboração social na gestão ambiental, haja vista que ainda hoje existem áreas de preservação que são carentes de ferramentas efetivas que aderecem à escuta popular sobre o meio ambiente. Outra lacuna diz respeito à leitura da PA, que torna-se mais assertiva a partir das ferramentas expostas nessa tese. Este conhecimento pode ser utilizado na tomada de decisões em diversas escalas, sendo a historicidade, a memória, o imaginário, o território e a identidade fatores importantes para a constituição da PA.

Esta pesquisa surge neste contexto e se propõe a responder às seguintes perguntas: Quais as diferenças e semelhanças nas percepções ambientais que as categorias de moradores têm sobre a APA? Como estas diferentes percepções podem afetar o status de conservação da área? Quais as percepções ambientais são predominantes sobre a APA? Quais os conflitos socioambientais existentes na área? Como a percepção dos diferentes grupos de moradores se diferencia?

Além disso, dentro da perspectiva teórica, objetivamos testar a seleção dos conceitos analíticos para que estes tenham vez em estudos de PA variados e aproximem os mesmos de uma complexidade desejada para a compreensão de temas tão abrangentes, facilitando sua aplicação em estudos e ações socioambientais. Assim, os questionamentos a serem respondidos também incluem perguntas mais abrangentes, como: É possível tornar a análise da PA mais objetiva e assim melhorar seu uso em na gestão de APAs? Como utilizar a teoria da PA para dar sustentação a estudos e ações práticas mais complexas e profundas? Como criar um arcabouço teórico prático que

proporcione tanto a objetivação quanto a complexificação dos estudos em PA? Vamos buscar responder estas questões ao longo da tese.

Dessa forma, iniciamos a descrição dos objetivos e da metodologia que antecede a contextualização temática profunda desta tese, apresentada no percurso teórico e nos resultados.

1.3 Objetivos:

1.3.1 Geral:

- Descrever e analisar elementos e conceitos para a estruturação de uma metodologia de estudos de Percepção Ambiental.

1.3.2 Específicos:

- a) Estudar a percepção ambiental e os conflitos socioambientais na APA de São Francisco Xavier, distrito do município de São José dos Campos/SP.
- b) Estudar e comparar a percepção ambiental de dois grupos de moradores, sendo novos moradores e antigos moradores, buscando características distintivas;
- c) Fomentar a colaboração e a valorização cultural na gestão ambiental, por meio da Valoração Cultural da Natureza e a Conservação Colaborativa.

CAPÍTULO 2: MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de estudo: Porque SFX e como o território se estrutura?

São Francisco Xavier é -um distrito de São José dos Campos (SJC), polo tecnológico do Vale do Paraíba e do Brasil, a 97 km do município de São Paulo. Está localizado na Serra da Mantiqueira, com uma área de 322 km², altitude média de 720 metros e ponto mais elevado, com 2.082 metros. A vegetação natural da região, como aponta Medeiros (2005), é formada por: Mata Latifoliada, Mata de Araucária e Podocarpos, Campos Rupestres e Vegetação de Várzea. A região está situada no

Complexo da Mata Atlântica.

A APA SFX estadual, a qual esta tese se refere, ocupa 29% da área total do município, perfazendo uma área de 299,98 km² (Medeiros, 2005). Segundo informações dos locais, teve origem devido à passagem e pouso dos tropeiros que, vindos de Minas Gerais, iam comercializar em SJC, e foi oficialmente criado pela lei estadual nº 59, de 16 de agosto de 1892.

No final do século XX ocorreu o boom de desenvolvimento da atividade turística em SFX, com a chegada de diversos moradores de segunda residência, ou seja, que ocupam a residência apenas nos finais de semana e feriados (Santos, 2007). Nesta época, três legislações estabeleceram a região serrana de São Francisco Xavier como APA: O Decreto 87.561/82 (APA federal); a Lei nº 165, de dezembro de 1997 (APA municipal); e a Lei 11.262 de 08 de novembro de 2002 (APA estadual). A APA SFX (estadual, administrada pela Fundação Florestal) possui 11.800 hectares e foi criada com o objetivo de proteger a vegetação e a fauna local, em especial o animal símbolo da região, o macaco muriqui, também chamado de monocarvoeiro (Souza et al., 2006). A área possui Plano de Manejo e Zoneamento. Plano de Manejo instituído pela Resolução SMA 64/2008.

A gestão atual de seu Conselho Consultivo possui membros ligados ao poder público estadual e municipal e à sociedade civil (instituições de ensino e pesquisa, ONG ambiental, entidades de classe e associações de bairro) e é presidido pelo gestor da UC (Resolução SMA Nº 150, DE 23.11.2017). Em se tratando de uma UC composta por áreas predominantemente particulares, a gestão é realizada em parceria com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, particularmente com sua representação local, a subprefeitura de São Francisco Xavier. Abaixo seguem algumas fotos do trabalho de campo em São Francisco Xavier.

Sendo apenas um distrito, SFX está totalmente atrelado à São José dos Campos (SJC) como sede, estando inserido num sistema urbano e rural ao mesmo tempo. As decisões políticas e de gestão da APA são sempre submetidas às condições de SJC. Assim sendo, SFX corresponde a um balneário turístico reforçado politicamente pela cidade de SJC e sua gestão. Este fato agrava o perigo de turistificação e muitas vezes deixam os moradores do distrito de lado, não levando em conta as suas demandas específicas ou a proteção de seu modo de vida.

2.2 Contexto atual: Desafios e oportunidades em SFX

Na APA SFX, ocorreram processos de abandono de atividades produtivas na área rural, parcelamento de terras e especulação imobiliária (Ruschman, 2003). Um dos elementos promotores deste processo de aumento do valor das propriedades na APA SFX é o acesso aos recursos ambientais água, fauna e flora (Henrique, 2018). Contudo a especulação imobiliária é desconectada de metas e princípios de conservação ambiental, motivo pelo qual é fundamental pensar em formas de cogestão do território com outros órgãos responsáveis pela gestão territorial para refrear processos danosos (e muitas vezes irreversíveis) de parcelamento do solo e saneamento, com prejuízo ambiental.

Também ocorrem conflitos entre proprietários de terras e órgãos de gestão ambiental, devido à proibição de atividades antes realizadas, como corte de vegetação e queima dos resíduos domiciliares. Tais restrições alteram modos de vida e trazem consequências nas formas de apropriação do espaço. Segundo ORBE (2018; p. 03):

A área é ambientalmente protegida, está localizada em um dos segmentos mais densamente florestados com mata nativa do Estado de São Paulo e está sob risco de ocupação que, à revelia da legislação, tende a ser predatória. (...) é preciso buscar nova dinâmica e equilíbrio entre produção e manutenção florestal, com a utilização sustentada dos recursos, aliando conservação ambiental e desenvolvimento humano (Orbe, 2018, p. 03)

A proximidade de São Paulo, faz com que o local seja frequentemente procurado por turistas de alto poder aquisitivo, que vêm para os fins de semana, e alguns compram imóveis no local para segunda residência. Nas ruas centrais do distrito encontram-se uma variedade de estabelecimentos voltados para o atendimento de turistas, como bares, cervejarias, lojas, cafeterias, restaurantes. Também há várias imobiliárias que negociam imóveis no valor de milhões e que têm cachoeira privativa. Os estabelecimentos também vendem produtos locais e nos fins de semana há uma feira de produtos agroecológicos na praça central.

Assim, o local tem um grande potencial como estância ecoturística e para a produção orgânica de alimentos e produtos artesanais. Estas vocações estão sendo

fomentadas pelos órgãos ambientais sob bases sustentáveis, trazendo grande benefício para a população local. O presente projeto tende a contribuir para tal, encontrando conceitos chave a serem explorados para uma melhor participação da comunidade em projetos sustentáveis.

A APA SFX recebeu aporte financeiro para projetos de conservação por meio do Projeto Conexão Mata Atlântica – Projeto de Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e à Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica. O financiamento é feito com recursos do Global Environment Facility – GEF, por meio do Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID e tem como órgão executor dos recursos a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – Finatec. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), os órgãos ambientais e de pesquisa dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, integram o conjunto de instituições responsáveis pelo Projeto. As atividades consistem em ações que apoiam a conservação da água em áreas de mananciais de abastecimento, bem como a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade (Fundação Florestal, 2018).

Dentro da metodologia do Projeto Conexão Mata Atlântica, há o Componente 3 voltado ao trabalho socioambiental, no qual foram abordados três aspectos com proprietários rurais: Pagamento por Serviços Ambientais, visando remunerar proprietários que mantiverem a cobertura florestal em suas áreas; Cadeias Produtivas de Valor Sustentável, com o objetivo de fomentar a sustentabilidade de iniciativas comerciais locais que envolvam vários produtores, sobretudo as advindas do beneficiamento de produtos da biodiversidade; e Certificação Agrícola, Orgânica e Florestal, que consiste em adequar e reconhecer a produção agrícola e florestal local de acordo com parâmetros nacionais e internacionais de qualidade e sustentabilidade.

Neste contexto, surgiu a necessidade, vinda dos gestores da APA São Francisco Xavier, de que fosse realizado um estudo socioambiental com a comunidade, a fim de conhecer quem são e o que pensam os moradores sobre a APA. Tais informações serão utilizadas para melhor balizar ações participativas junto aos moradores. Logo, esta análise virá a incrementar a continuidade das ações do Projeto Conexão Mata Atlântica, ao reunir informações que serão utilizadas como resultado das ações do projeto, garantindo um trabalho de bases locais, partindo das realidades e especificidades do distrito. Além disso,

os resultados serão úteis para a gestão da UC como um todo, na medida em que irão contribuir para a construção de um conjunto de instrumentos e ferramentas de GA apropriado para o local.

2.3 Coleta de dados e delineamento amostral

Antes do registro fotográfico, da entrevista e da lista livre foi requerida a autorização do morador por meio do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram considerados apenas moradores maiores de idade. A forma de amostragem para as entrevistas foi através do método bola de neve (Vinuto, 2014), no qual o último entrevistado indica o próximo. A primeira entrevista foi feita com integrante do Conselho Gestor por indicação dos dirigentes da APA. O número de entrevistas foi verificado pela saturação qualitativa (Minayo, 2017), na qual a saturação é obtida quando nenhuma informação nova surgir nas entrevistas durante a análise de três a cinco entrevistados subsequentes. No total foram feitas 25 entrevistas, sendo 13 de novos moradores e 12 de antigos moradores. As definições de cada categoria de moradores, são as seguintes: Morador antigo: nascido ou habitante há 20 ou mais anos em SFX; Morador novo: migrante de outras regiões com menos de 20 anos em SFX. Abaixo seguem algumas fotos dos entrevistados.

Figura 4: Fotos de entrevistados em SFX.

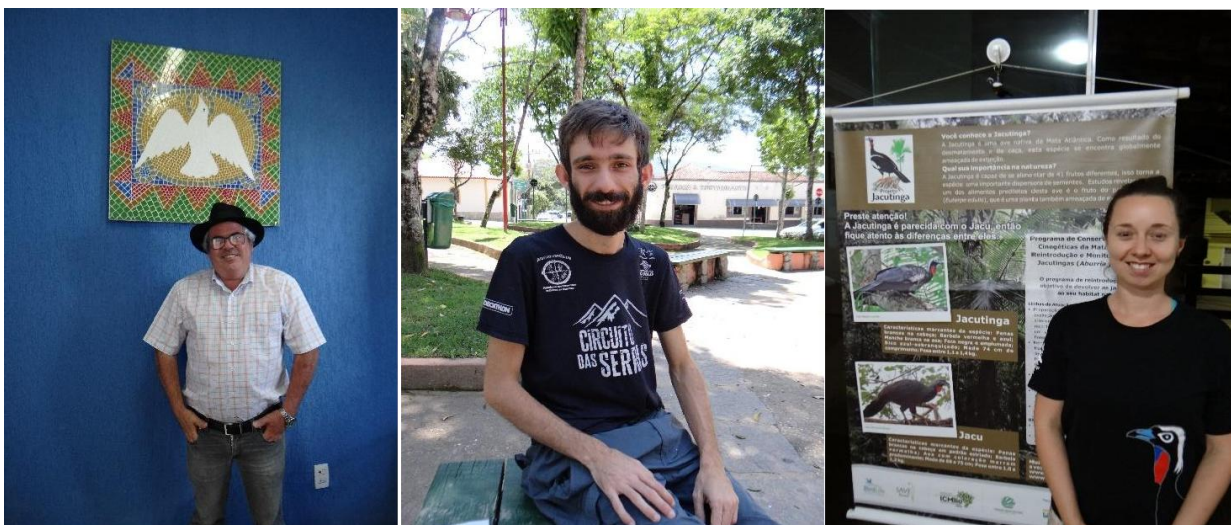




Foto: Amanda Prado.

2.4 Aquisição de licenças

O trabalho foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCAR (CAAE: 23488919.2.0000.5504), no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado-SisGen (Nº do cadastro: AC8423F) e na Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal- COTEC (PROCESSO SIMA N.o : 260108 – 010.139/2019). O projeto foi apresentado na reunião do Conselho Gestor da APA SFX no dia 18/02/2020, para solicitar autorização e parceria para a realização da pesquisa. A revisão bibliográfica iniciou-se em 20 de abril de 2018.

As entrevistas foram realizadas presencialmente no mês de março de 2020 e remotamente nos meses de abril, maio e junho devido à pandemia do Covid 19.

Pesquisa bibliográfica narrativa sobre PA; aspectos históricos, sociais, econômicos e ambientais de SFX; APAs e relação com a comunidade; conflitos socioambientais; gestão ambiental; serviços ecossistêmicos e percepção.

Observação, na qual o pesquisador observa a realidade dos sujeitos pesquisados e apreende aspectos da vida cotidiana que interferem no objeto de estudo. O pesquisador toma nota, registra em fotos, vídeos e áudios suas observações sobre os acontecimentos e analisa posteriormente buscando eliminar as tendências de seu próprio ponto de vista

Fotodocumentação com registro por imagens dos acontecimentos da pesquisa como entrevistas e entrevistados e moradores em atividades cotidianas.

Entrevista semi-estruturada realizadas por meio de um roteiro, contendo perguntas abertas e fechadas, previamente elaborado pelo pesquisador. Todavia, tanto o pesquisador quanto o entrevistado têm liberdade para explorar também assuntos pertinentes à pesquisa de forma livre e sem a necessidade de seguir à risca o que está escrito no roteiro de entrevista. Os questionários contêm, perguntas sobre o estado socioeconômico e sobre a visão de cada indivíduo sobre a APA, sobre o desenvolvimento do distrito e sobre o turismo.

2.5 Análises

Selecionamos cinco conceitos analíticos a serem acompanhados quando se estuda a percepção ambiental, sendo: historicidade, imaginário, memória social, identidade e territorialidade. As bases para o entendimento dos termos vieram do estudo da Análise do Discurso Franco- brasileira, com leituras de Pechêaux (1997) e Eni Orlandi (2001). Acrescenta-se também a leitura de Haesbaert (2004) sobre território, que reúne e explica a base teórica destes termos e em Tuan (1980) explica como eles se relacionam com a percepção ambiental em si.

Após estabelecer os conceitos analíticos que caracterizam o arcabouço teórico, realizamos uma Análise de Conteúdo, de forma que para cada elemento, buscamos compreender os conteúdos relacionados em cada tema. Os temas foram escolhidos a partir de observação investigativa preparatória para a pesquisa na APA- SFX e conversas preliminares com os gestores e analistas da UC, notou-se que os seguintes fatores eram influentes e preponderantes na GA local: a UC, o turismo, o desenvolvimento econômico do local e o meio ambiente. Todavia, as temáticas a serem abordadas em uma pesquisa de percepção podem ser alteradas conforme o local e objetivo da pesquisa, podendo ser incluídos assuntos como mineração e pesca, ou outros que forem específicos da região em estudo.

A análise da fotodocumentação não foi realizada, sendo destinada apenas para ilustração dos documentos finais. O diário de campo foi analisado a partir de leitura crítica dos acontecimentos e falas registrados, buscando analisar sobretudo as anotações sobre as expressões gestuais e as observações e manifestações que escaparam às falas dos entrevistados.

CAPÍTULO 3: PERCURSO TEÓRICO

Para compreendermos primeiro o que é a percepção, vamos partir da etimologia da palavra. A palavra percepção vem de perceber, do latim percipere (apreender pelos sentidos). Assim, um acontecimento perceptível é aquele que é captado por, pelo menos, um de nossos cinco sentidos. Porém esta primeira percepção, física, nunca se encerra em si, sendo acompanhada de uma corrente mental de pensamentos que dá sentido ao fenômeno acontecido. Segundo Marin (2003):

“A maioria dos dicionários de língua portuguesa definem a percepção como: ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; sensação; intuição; ideia; imagem; representação intelectual”.

Nota-se que as definições passam pela materialidade da percepção pelos cinco sentidos e pela subjetividade e imaginário ao usar palavras como sensação, imagem, intuição e ideia. De fato, existe uma combinação, ou oposição, dos campos e teorias para o entendimento da percepção, sendo que Ponty & Moura (1999) descrevem que a percepção é formada pelos sentidos e por meio de fenômeno associações e substituições que fazemos com nosso passado, com palavras, pessoas, lugares ou objetos. Os sentidos correspondem à parte objetiva e as associações à parte subjetiva.

Temos a impressão de que o fenômeno perceptivo se dá, de forma concomitante, fisicamente e mentalmente. Todavia, se nos aproximarmos dos estudos e teorias em torno da percepção, temos a literatura do filósofo Merleau-Ponty (Ponty e Moura, 1999), que diz que a percepção pelos cinco sentidos precede a racionalização mental ou a síntese reflexiva, como ele usou em sua obra para se referir ao ato de re-olhar de uma perspectiva mais ou menos distanciada, re- sentir, ressignificar, necessário à amplitude do horizonte perceptivo (Marin, 2003). Esta síntese reflexiva é a parte subjetiva da percepção e, segundo o autor, ela ocorre depois da percepção objetiva, pelos sentidos.

Henri Bergson (1999), também filósofo, já assume que o constructo intelectual prévio, ou o instinto/intuição, do indivíduo pode influenciar e direcionar a percepção pelos cinco sentidos. Dessa forma, a parte subjetiva ocorreria de forma anterior e posterior à

objetiva, durante o fenômeno da percepção. Ou seja, dependendo da ideia, imaginário e memória que o sujeito tem sobre determinado fenômeno, sua percepção sobre ele pode ser alterada, aumentada ou diminuída (Bitterbier, 2011). O medo de animais selvagens, por exemplo, construído a partir de lendas infantis ou de tradições menos conservacionistas ligadas à caça, pode levar moradores de zonas rurais a uma percepção de risco exagerada, levando em alguns casos até a avistamentos fantasiosos ou ao abate dos animais que não oferecem risco algum.

Bergson e Merleau Ponty têm abordagens discrepantes para compreender a percepção, porém também incorporam algumas similaridades e são representativas das principais visões de mundo que dominam a humanidade nos tempos atuais, sendo a primeira composta pelo idealismo e o empirismo e a segunda pelo o realismo e o materialismo (Marin, 2003). Dentre algumas comparações possíveis, destaca-se a diferença de que Merleau Ponty considera que o intelecto tem função referencial na percepção, ao organizar o caos sensível, e Bergson considera que o intelecto não é capaz de apreender o real, dedicando essa função, principalmente, à intuição.

Mas ambos classificam a percepção como sendo formada por dois constituintes, que seriam a o instinto/intuição e a inteligência, em Bergson, e o saber latente e a síntese reflexiva, em Merleau-Ponty, que têm definições similares, sendo o saber latente ou o instinto/intuição fruto de um constructo prévio do indivíduo e o saber intelectual ou inteligência fruto da reflexão e comparação. Nesta pesquisa, percorremos alguns passos de cada um dos dois caminhos citados anteriormente, necessários para a construção sobre PA em áreas e paisagens protegidas.

Para compreender o horizonte perceptivo dos entrevistados, é primordial compreender que o cérebro “julga”, seleciona, e organiza as informações captadas do ambiente que nos envolve o tempo todo e que este processo é individual e particular ao mesmo tempo que é compartilhado e social. Ele é individual pois todos podem perceber o mesmo fenômeno, porém, como indivíduos, cada um irá processar o ocorrido a partir de suas próprias experiências e vivências (Tuan, 1980). Após a recepção do estímulo, comparações são realizadas entre o fenômeno percebido e todos os outros fenômenos arquivados na memória do indivíduo, inclusive os imaginados e os imaginários, ou que só existem nas projeções do indivíduo, mas que são criadas a partir de experiências e emoções próprias. Como cada indivíduo tem sua própria memória e imaginação

individuais, fruto de sua própria cognição e da volição de suas emoções e conexões que faz com experiências anteriores, a percepção é individual e particular.

Assim, o processo da percepção também é social pois a partir do momento que somos seres sociais, ou sujeitos políticos, somos influenciados por conceitos, construções e representações sociais arraigados na cultura, por conhecimentos transmitidos pela tradição, pela memória social, pelas convenções sociais, por leis, dogmas e paradoxos da sociedade, dentre outros pontos de interseção entre o coletivo e o indivíduo (Oliveira, 2012; Halbwachs, 2006). Há o entendimento que os sujeitos existem enquanto membros de culturas próprias que nos limitam a certas representações e construções sociais intrínsecas à vida em grupo e elas direcionam nossas formas de pensar, perceber o mundo e agir (Tuan, 1980).

Neste âmbito, trazemos os conceitos da PA no *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality*, da ONU, no qual o conceito de percepção ambiental é entendido como “a forma que o ser humano sente e entende o ambiente natural e modificado, especialmente os influenciados por fatores sociais e culturais (ONU, 1973, p.09, tradução nossa). Assim vemos que , as primeiras conceituações da PA, ainda em meados de 1970, já aparecem com a inclusão da percepção social junto com a percepção ambiental, demonstrando ser esse um caminho híbrido desde o seu cerne.

Já a filósofa brasileira Marilena Chauí (2009) explica que a percepção ambiental é tida como “originária e parte principal do conhecimento humano, mas com uma estrutura diferente do pensamento abstrato que opera com ideias” e assim a percepção é diferente pois, segundo a autora trabalha “com perspectivas e perfis”. Assim a percepção para Chauí, é uma “conduta vital, uma interpretação, uma valoração do mundo, a partir de uma estrutura de relações entre nosso corpo e o mundo” (Chauí, 2009). Logo, nota-se que a PA toma contornos filosóficos também, a partir do momento que considera nossas reflexões e questionamentos culminando em nossas condutas, que se baseiam em comparações com outros grupos e indivíduos. Essa comparação é axiológica e atua no assujeitamento dos indivíduos a partir da reflexão sobre sua função e a natureza.

Já a percepção ambiental segundo Érika Fernandes Fernandes-Pinto (2017), refere-se à forma como os indivíduos e comunidades entendem, interpretam e interagem com o meio ambiente ao seu redor. Este conceito vai além do conhecimento ecológico, englobando valores, crenças e práticas culturais que moldam a relação das pessoas com

a natureza (Fernandes-Pinto, 2017). Fernandes-Pinto (2017) destaca que a percepção ambiental é crucial para a formulação de políticas ambientais eficazes, pois ela considera diversas perspectivas e saberes locais, promovendo uma abordagem inclusiva, participativa e colaborativa na gestão ambiental. Esta definição reitera o postulado anterior sobre o perfil difuso do meio ambiente e estudos de PA, sendo conjugado com as práticas culturais influenciando nossa relação com a natureza.

Já Solange Lima Guimarães (Lima Guimarães, 2009) alerta que é necessário concatenar os conceitos de forma a facilitar a compreensão do todo perceptivo envolvido na percepção cognitiva até à interpretação e valoração de paisagens, sendo que esta sequência de acontecimentos é útil para nossa compreensão do fenômeno. Acrescentamos que compreender a ordem na qual eles se processam, leva ao entendimento da relação entre eles e facilita sua compreensão, mesmo que na vida real muitas vezes eles podem ocorrer em ordens inversas ou ainda saltando um dos conceitos.

É por isso que (a percepção) nos permite perscrutar e desvendar os valores significativos do passado e do presente, bem como vislumbrar as expectativas relacionadas a prováveis situações futuras” (Lima Guimarães, 2009 pág.07).

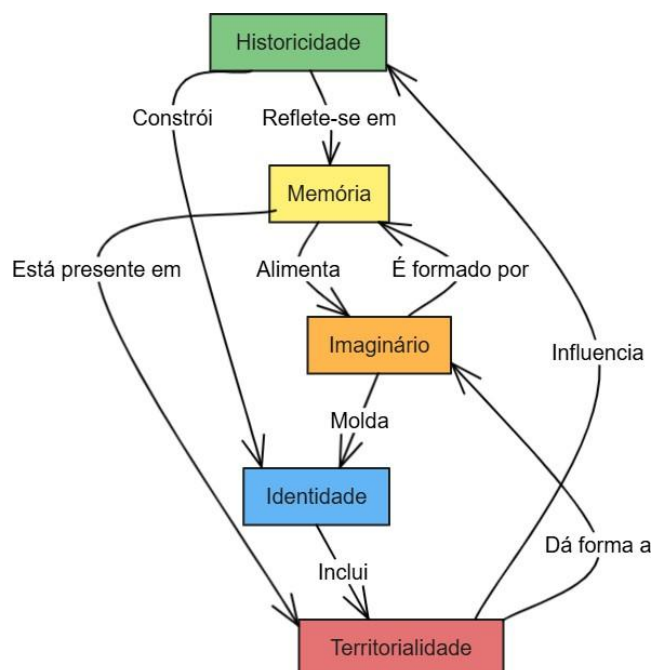
Na seara dos Valores Culturais de Natureza, a PA é tomada como uma forma importante de leitura dos valores simbólicos e espirituais da natureza. Os Valores Culturais da Natureza trazem elementos que vão além dos serviços ecossistêmicos que valorizam aspectos da natureza que são utilitários e monetários, tratando então de valores culturais, que motivam nossas ações pelo meio emocional, passional e representativos, ultrapassando também o olhar puramente ecológico do mundo e seu funcionamento. Assim, este tema abrange e valoriza os aspectos míticos e calcados na experiência do indivíduo (Fernandes-Pinto, 2017).

Por outro lado, a Conservação Colaborativa utiliza a PA para diagnosticar as demandas e melhores formas de colaboração no território de áreas protegidas (Maretti, Furlan e Irving, 2021). A Conservação Colaborativa ocorre por meio de parcerias institucionais e da descentralização do poder na gestão ambiental, fomentando uma maior responsabilidade social e política dos cidadãos e entidades representativas do meio ambiente. Assim, torna-se uma importante ferramenta teórico metodológica, a partir de

um novo paradigma de conservação, no qual o estado não é o único a realizar a gestão dessas áreas. Concordamos com esta posição e acrescentamos que perto dos estudos ecológicos e de biodiversidade, o termo Co-produção tem sido tomado como similar à Conservação Colaborativa. A co-produção em biodiversidade é um tema abordado por vários autores que discutem a colaboração entre cientistas, comunidades locais, governos e outros atores na gestão e conservação da biodiversidade (Berkes, 1991; Ostrom, 1990).

Retomando nossos conceitos analíticos, temos que a influência da memória e do imaginário, da identidade e do território, bem como da historicidade, também são de suma relevância em estudos de PA. Estes termos serão guias para a análise das entrevistas, sendo retomados diversas vezes nesta tese. Por este motivo, as próximas seções abordam questões essenciais para o entendimento destes fatores relativos à percepção em si. Para auxiliar na compreensão dos termos, fizemos este diagrama que mostra as relações entre os conceitos analíticos dessa tese:

Figura 5: Relações entre os conceitos analíticos desta tese



Fonte: Elaborado pela autora.

Para compreender plenamente a percepção, é crucial considerar o papel da imaginação e do imaginário, conforme faremos a seguir.

3.1 O papel do imaginário na PA: esquecimentos e imaginações sobre o ambiente percebido

Dentro da perspectiva individual, aquilo que povoa nossa imaginação é fruto do nosso centro psicológico criativo, construído a partir de experiências vividas, histórias que ouvimos, lemos e assistimos, somadas às nossas emoções próprias e pensamentos. A imaginação também é o lugar da fantasia, do impossível, dos extremos, é onde moram os sonhos, os medos e as certezas.

Diferentemente, o imaginário, conforme compreendido pela Análise do Discurso (AD) refere-se como sendo moldado pelo esquecimento, que é a falsa impressão que o outro percebe e pensa como você e portanto tem uma interpretação igual a tua, e passa pela impressão de que o ouvinte também compreende o discurso de maneira homogênea, desconsiderando que há diferentes formas de se engendrar o imaginário, a partir do esquecimento e da relação implícita com a memória (Orlandi, 2001; Peuchaux, 1985).

Assim como a percepção é atravessada por construções sociais, existe um imaginário que é compartilhado por pessoas de um mesmo grupo (Lacan, 2005). Quanto mais as pessoas têm modos de vida e hábitos em comum, maior a tendência de possuírem imaginários povoados por elementos semelhantes. Este fato é importante na comparação da percepção de grupos com características distintas, como se propõe a fazer a presente pesquisa.

O imaginário, conforme é descrito por Lacan (2005) torna-se um artefato que nubla a visão que o sujeito tem da realidade, assim, tende-se a pensar que a sociedade é na verdade um espelho para a percepção do indivíduo. O contato com a realidade tende ser diminuído, quanto maior for o imaginário. A realidade, por sua vez, representa aquilo que não faz sentido, ou o inominável, o estranho acaso que não se encaixa nas narrativas pessoais e/ou individuais (Lacan, 2005).

Já Maffesoli (2004), vê o imaginário como uma força vital que une as pessoas através de mitos, rituais e símbolos compartilhados. Nesta visão, aproximamo-nos mais ainda aos Valores Culturais de Natureza, dentro da ideia de decolonização do

pensamento ambiental, que valoriza estes aspectos simbólicos e vê nossa relação com o meio ambiente como uma forma de relacionamento calcado na espiritualidade e na emoção (Fernandes-Pinto, 2017).

O termo "decolonial" refere-se a uma perspectiva crítica que desafia e procura desconstruir os legados do colonialismo e imperialismo que ainda afetam sociedades contemporâneas. O pensamento decolonial visa questionar e reformular as estruturas de poder, conhecimento e identidade que foram estabelecidas durante e após o período colonial (Quijano, 2000). Walter D. Mignolo, um dos principais teóricos do pensamento decolonial, destaca que esta perspectiva crítica busca desafiar e dismantelar as estruturas de poder e conhecimento estabelecidas pelo colonialismo e imperialismo, promovendo a valorização dos saberes e práticas das culturas subalternas (Mignolo, 2002).

Esta visão também é diferente da valoração monetária e também das perspectivas dos serviços ecossistêmicos, que se relacionam com a natureza por meio da concepção de recursos ou benefícios que a natureza proporciona aos seres humanos, dentro de um viés mais antropocêntrico. Apesar de haver os SE culturais, a abordagem nesta área do conhecimento também valoriza o valor financeiro e utilitário da natureza.

Concluindo a discussão sobre imaginário e percepção ambiental, é imperativo reconhecer que nossas construções simbólicas e representações sociais desempenham um papel crucial na forma como interagimos com e interpretamos o ambiente. O imaginário, conforme discutido por Castoriadis (1987), configura não apenas nossas visões de mundo, mas também molda nossas atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente.

Essa percepção, influenciada pela memória coletiva e pelas tradições culturais (Halbwachs, 2006), se traduz em ações que podem promover ou prejudicar a sustentabilidade. Portanto, integrar o estudo do imaginário e da percepção ambiental nas políticas de conservação é vital para engajar as comunidades de maneira significativa, respeitando e valorizando seus conhecimentos e práticas tradicionais (Leff, 2001; Ingold, 2000). Essa abordagem holística e interdisciplinar não só enriquece a compreensão teórica, mas também oferece caminhos práticos para a conservação colaborativa e sustentável do nosso patrimônio natural e cultural, fortalecendo o vínculo entre o humano e o ambiental.

No estudo da PA, os locais habitados (lugares) e o espaço compartilhado também têm influência. Ou seja, dois moradores que habitam a mesma área, mesmo que tenham hábitos e modos de vida diferentes, tendem a ter a percepção mais similar que a de duas pessoas que provêm de outros espaços, como turistas por exemplo, ou migrantes. Isso ocorre pois eles compartilham imaginários e memórias provenientes dos locais de onde vêm (Tuan, 1980). Os dois conceitos sobre memória são apresentados na próxima seção, sendo a memória individual e a memória coletiva e discursiva.

3.2 A memória e a historicidade: tramas e teias de significado e a cocriação de realidades possíveis

Segundo Orlandi (2001), a memória discursiva sustenta os dizeres do presente, pois sendo moldada pela historicidade, a memória vai se modificando conforme os deslocamentos ocorrem na linguagem. Dessa maneira, a memória discursiva é um elemento a ser compreendido como uma rede de significados que envolve os dizeres determinando o que pode ou não ser dito, em cada momento, a partir do pré construído e do já dito (Orlandi, 2001; Peuchaux, 1985). Da mesma forma, a memória aparece como uma trama de significados que se refere à percepção social sobre determinados acontecimentos, e apresenta-se maleavelmente conectada ao futuro, como um conjunto de realidades que são co-criadas pelo sujeito e pela sociedade durante a produção discursiva.

Na concepção de Bergson (1999), a memória desempenha papel definitivo, pois, ela direciona e altera a percepção. Bergson (1999) ainda afirma, em sua obra 'Matéria e Memória', não existir percepção pura, pois, no ato de recordar, nós não voltamos ao primeiro registro formado em nossa memória no momento exato em que vivenciamos o acontecido, formador da memória. Pelo contrário, estabelecemos conexões com o meio ambiente e o mundo ao redor, ressignificando e transformando as memórias. Estas, ao mesmo tempo, transformam-se junto com a nossa percepção, num processo interdependente de constante mutação, no qual somos continuamente modificados, modificando também nosso meio.

Dessa forma, em razão da relação dos sentidos com o mundo exterior, também nunca somos os mesmos (Montenegro, 2020). Merleau-Ponty e Moura (1999) explica que

perceber não é recordar-se (Marin, 2003). Segundo ele, o cérebro define, de forma clara, a lembrança do acontecimento real. Nesse caso, as lembranças teriam um significado mais forte no momento da síntese reflexiva.

Apesar deste movimento, deste fluxo transformador existente entre percepção e memória descrito por Bergson e Merleau- Ponty, a memória também aparenta exercer uma função “imobilizadora”, tornando-se impeditivo para a aceitação do novo. Por exemplo, a memória faz repetir escolhas, hábitos e comportamentos que parecem imutáveis de tão automáticos. Sobre este tema, Montenegro (2020), lembra que o historiador alemão Reinhard Koselleck aponta que as experiências vivenciadas durante a vida são fundamentais, no entanto, em certos momentos podem tornar-se empecilhos para compreender e atuar adequadamente nas novas realidades políticas, sociais e econômicas”.

Montenegro (2020), sobre o comentário, argumenta que talvez este seja um dos desafios que estamos coletivamente vivenciando no mundo: o de termos que modificar hábitos arraigados em nossas memórias. Concordamos com esta posição e acrescentamos que a investigação sobre a relação entre percepção e memória dos moradores de áreas florestadas, pode trazer elementos para identificar as memórias arraigadas sobre o uso do espaço, do território e da natureza, que influenciam no status de conservação da área.

Além disso, vasculhando memórias por meio da história de vida dos moradores, é possível ilustrar evoluções e regressões na qualidade de vida da população bem como nas formas de uso e apropriação do espaço físico e simbólico. Assim, o estudo da relação entre memória e percepção traz elementos para apreciação e otimização por Conselhos Gestores de Ucs, de forma que pode servir como inspiração para uma das ferramentas de gestão ambiental.

Já a historicidade pode ser definida como um processo que atua selecionando os discursos que devem ser reproduzidos nos territórios por meio do exercício do poder uns sobre outros (Foucault, 1996) e da influência das redes/teias da memória, com seus respectivos silenciamentos e interdiscursos (Orlandi, 2001). Assim, Orlandi (2001) descreve a historicidade referindo-se ao fato de que os sentidos produzidos em discursos são sempre situados historicamente. Isto é, eles dependem do contexto social, político e cultural em que são gerados. Assim, Orlandi (2001) enfatiza a interação contínua

entre o texto (ou discurso) e seu contexto histórico. Os significados não são fixos, mas mudam conforme as condições históricas e sociais mudam (Orlandi, 2001).

Ao analisar como a memória social, a historicidade e a percepção do espaço se entrelaçam, percebemos que os discursos do passado continuam a influenciar o presente, reforçando ou transformando a maneira como os indivíduos se relacionam com seus territórios. Essa interconexão evidencia a importância de considerar tanto os aspectos históricos quanto os sensoriais e ambientais na compreensão da identidade e do pertencimento em um determinado lugar. Assim, partimos para a próxima sessão com este enunciado em mente.

3.3 Espaços, paisagens e suas conexões com a identidade

A percepção do indivíduo e/ou do sujeito, se relaciona aos constituintes da paisagem e do meio ambiente, a saber: montanhas, florestas, cidades, vilas, praias etc. O entorno tem influência direta no estado de espírito do ser humano, altera seu comportamento e se reflete na forma como ele percebe o seu exterior. Tuan (1980) descreveu, por exemplo, como os pigmeus Mambuti, que vivem em ambiente florestal fechado, no Congo, tinham dificuldade de compreender a perspectiva de objetos distantes, achando que eles eram minúsculos, simplesmente por nunca terem avistado um objeto no horizonte. Eles também mostram o sol, apontando para a luz que ele reflete no chão da floresta, entre as folhagens do sub-bosque (Tuan, 1980). Neste âmbito, é possível afirmar que a paisagem e suas características físicas e imateriais alteram a forma como o ser humano percebe e interpreta o seu redor. Diegues e Arruda (2001), comentam sobre esta relação no seguinte parágrafo:

“Ecólogos da paisagem consideram que a estrutura da paisagem é importante para a manutenção dos processos ecológicos e da diversidade biológica, particularmente em áreas onde vivem comunidades tradicionais diretamente dependentes dos usos dos recursos naturais, e, nesse sentido, a paisagem é fruto de uma história comum e interligada: a história humana e natural” (Diegues e Arruda, 2001. Pág.).

Nesta perspectiva, ampliamos o foco de análise para incluir o espaço físico, o

espaço social e o espaço tempo. O espaço físico se reflete nos atributos da natureza e da paisagem já modificada pelo homem na urbanização ou ainda preservada nas áreas florestadas pelo híbrido cultura e meio ambiente de comunidades rurais e tradicionais. O espaço social se relaciona às representações sociais e construções sociais próprias dos locais de estudo. Já o espaço tempo é vinculado nesta tese de maneira associada ao conceito de historicidade e da memória, significando o quê da história, conforme ela foi contada através dos tempos, permanece viva nos discursos atuais (Orlandi, 2001). Os três conceitos formam a paisagem, que é dotada de simbologia e afeto, sendo assim vista como um lugar (Tuan, 1985).

Na geografia, segundo Santos (1996), a paisagem é definida como um espaço delimitado que é percebido, experimentado e interpretado pelos seres humanos. Ela inclui tanto elementos naturais quanto culturais e pode ser vista como um resultado da interação entre o ambiente natural e as atividades humanas (Santos, 1996). Assim sendo, o resultado da análise aponta para uma compreensão mais ampla da forma como as comunidades se formaram e como interagem, buscando a compreensão sobre a forma com que a paisagem é interpretada pelos moradores durante seu próprio assujeitamento e territorialização. Isto é relevante pois a paisagem contribui para a formação da identidade cultural de uma comunidade.

As características físicas de um lugar, como montanhas, rios e florestas, juntamente com os elementos construídos, como edifícios históricos e monumentos, servem como símbolos culturais que reforçam a identidade coletiva de um grupo (Nora, 1984). Temos também a identidade individual, que, segundo Tuan (1977), são influenciadas pela paisagem. Os lugares onde crescemos e vivemos têm um impacto profundo em quem somos. Experiências e memórias associadas a esses lugares podem moldar nossa percepção de nós mesmos e do mundo ao nosso redor (Tuan, 1977).

A percepção ambiental também desempenha um papel fundamental na formação das territorialidades e identidades individuais e coletivas (Haesbaert, 2004). À medida que os seres humanos interagem com o ambiente natural e construído ao seu redor, desenvolvem uma compreensão subjetiva e emocional do espaço, influenciando a maneira como se relacionam com ele (Tuan, 1980). Essa percepção ambiental molda não apenas a maneira como os indivíduos se identificam com seus lugares e paisagens, mas também como se posicionam em relação a questões ambientais e territoriais.

Além disso, a percepção ambiental também desempenha um papel crucial na construção e manutenção das fronteiras simbólicas e físicas que delineiam as identidades territoriais. À medida que as pessoas atribuem significados e valores distintos aos lugares, esses lugares se tornam marcadores de identidade e pertencimento, tanto individualmente quanto em comunidades (Tuan, 1980). Portanto, conforme mencionado, a relação destes termos com a territorialidade e o território é relevante e importante para a análise das influências da PA. Assim iremos explorar estas conexões na próxima sessão.

3.4 Sobre territórios, territorialidades e identidades

Segundo Raffestin (1993), o termo "território" é amplamente utilizado em diversas disciplinas, como geografia, sociologia, ciência política e direito. A definição de território pode variar conforme o contexto, mas, conforme descreve Raffestin (1993), geralmente inclui os seguintes aspectos:

Figura 6: Características de um território.

Elementos chave para a compreensão do território	
1.	Espaço Delimitado: O território é um espaço geográfico delimitado por fronteiras, que podem ser naturais (montanhas, rios) ou artificiais (linhas de demarcação).
2.	Controle e Poder: O território implica a existência de controle e poder exercidos por um grupo ou entidade sobre essa área. Esse controle pode ser político, econômico, militar ou cultural.
3.	Relação com a Soberania: Em termos políticos, o território é frequentemente associado à soberania estatal, referindo-se à área sobre a qual um estado exerce jurisdição e autoridade.

Fonte: Raffestin, 1993.

Assim sendo, segundo Claude Raffestin (1993), o território é uma construção social onde o poder se manifesta na organização e controle do espaço, refletindo relações de dominação e resistência. Essa construção não é apenas física, mas também simbólica, sendo influenciada por percepções e representações sociais. Maurice Halbwachs (2006) complementa essa visão ao destacar que a percepção do espaço é moldada pela memória coletiva, onde tradições, conhecimentos e valores são transmitidos socialmente, afetando como os indivíduos e comunidades que se relacionam com o ambiente. Assim estamos todos influenciados por estas relações, dentro de diferentes visões de mundo e,

portanto, diferentes formas de nos relacionarmos com o mundo.

Joan Martinez-Alier (2007) argumenta que os conflitos territoriais frequentemente emergem das diferentes valorações do espaço, onde interesses econômicos se chocam com a conservação ambiental e os direitos das comunidades locais. Nesse contexto, a percepção ambiental torna-se um campo de disputa política, onde o reconhecimento e a integração dos saberes tradicionais e das experiências vividas são essenciais para uma gestão territorial mais equitativa e sustentável. O território, por sua vez, é uma construção social onde o poder se manifesta na organização e controle do espaço, refletindo relações de dominação e resistência (Raffestin, 1993).

Já as territorialidades formam um conceito que se refere às práticas e processos através dos quais grupos sociais e indivíduos criam, organizam e mantêm territórios (Haesbaert, 2004). Territorialidades, então, são as práticas e estratégias utilizadas por indivíduos e grupos para afirmar e manter o controle sobre um território, expressando a conexão afetiva e simbólica dos habitantes com seu espaço (Haesbaert, 2004). Este conceito é mais dinâmico do que a noção de território, enfatizando as relações e interações humanas que constituem esses espaços. Haesbaert (2004) discute como as territorialidades são construídas e desconstruídas em um mundo globalizado, através dos seguintes termos:

Figura 7: Características das territorialidades.

Elementos chave para a compreensão das territorialidades	
1.	Práticas e Processos Sociais: Territorialidades englobam as diversas práticas sociais e culturais que definem como os espaços são utilizados, reivindicados e defendidos por diferentes grupos;
2.	Identidade e Pertencimento: As territorialidades estão intimamente ligadas à identidade e ao sentido de pertencimento dos indivíduos e comunidades. Elas refletem como os espaços são percebidos e valorizados.
3.	Dinâmicas de Inclusão e Exclusão: As territorialidades também envolvem dinâmicas de inclusão e exclusão, onde certos grupos têm acesso privilegiado a determinados espaços, enquanto outros são marginalizados ou excluídos.

Fonte: Haesbaert, 2004.

A identidade refere-se ao conjunto de características, crenças e valores que definem um indivíduo ou grupo, frequentemente moldados por experiências e memórias

coletivas (Halbwachs, 2006). Assim, as fronteiras territoriais, sejam elas naturais ou construídas, não apenas definem quem está dentro e quem está fora de determinados espaços, mas também influenciam as relações de poder e os conflitos que surgem em torno da posse e controle desses territórios (Haesbaert, 2004). Ao explorar tais interações, podemos compreender melhor os processos pelos quais os lugares se tornam enraizados na psiquê humana e como essas conexões moldam as relações sociais e políticas em escalas locais e globais (Sousa, 2001).

Com isso, reconhecer e respeitar as múltiplas perspectivas e relações emocionais das pessoas com o ambiente pode promover práticas mais inclusivas e sustentáveis de desenvolvimento, por meio dos Valores Culturais de Natureza (Fernandes-Pinto, 2017), pois ao reconhecer a importância das fronteiras territoriais e identitárias na formação das comunidades e sociedades, os tomadores de decisão podem adotar abordagens mais sensíveis e colaborativas para resolver conflitos e promover a coexistência pacífica em áreas de disputa (Sousa, 2001). Nesse sentido, a integração de conhecimentos sobre percepção ambiental, territorialidades e identidade pode contribuir significativamente para o avanço de agendas de desenvolvimento humano e sustentabilidade.

O estudo dessa temática é crucial para alcançar a Conservação Colaborativa, pois reconhece a importância do conhecimento e das práticas tradicionais na gestão ambiental. Incorporar as percepções e territorialidades das comunidades locais nas políticas de conservação não só promove a sustentabilidade, mas também fortalece a identidade cultural e social dos grupos envolvidos, garantindo uma gestão mais equitativa e eficaz dos recursos naturais (Leff, 2001; Martinez-Alier, 2007).

3.5 Sobre Serviços Ecossistêmicos e Conflitos Socioambientais

Os serviços ecossistêmicos referem-se aos benefícios que os seres humanos obtêm dos ecossistemas, como provisão de alimentos, água limpa, regulação do clima e suporte à biodiversidade. Estes serviços são geralmente quantificados em termos econômicos, o que pode reduzir a complexidade dos relacionamentos humanos com a natureza a meros recursos utilitários (MEA, 2005). Já a perspectiva dos VCN é alinhada com a perspectiva decolonial.

Todavia, os serviços ecossistêmicos estão intrinsecamente ligados aos conflitos

socioambientais, pois estes conflitos frequentemente emergem quando a distribuição e o uso desses serviços são percebidos como injustos ou insustentáveis, exacerbando desigualdades sociais e econômicas (Martinez-Alier, 2007). A quantificação econômica dos serviços ecossistêmicos muitas vezes ignora as valorações culturais e tradicionais dos recursos naturais, gerando tensões entre comunidades locais e interesses corporativos (Leff, 2001). Porém, a gestão dos serviços ecossistêmicos também incorpora uma abordagem interdisciplinar que considera tanto os valores ecológicos quanto os sociais e culturais, promovendo uma governança mais equitativa e sustentável (Costanza et al., 1997).

Já os Conflitos Socioambientais envolvem o uso e disponibilidade de serviços ecossistêmicos, quando há disputa por interesses divergentes no uso dos recursos (Ascelrad, 1999). Eles são definidos por Ascelrad como:

"aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrentes do exercício das práticas de outros grupos" (Ascelrad, 1999).

Nota-se, portanto, que o tema se vincula à justiça ambiental, pois o conflito socioambiental é caracterizado quando a distribuição dos bens ambientais é injusta e causa prejuízo um grupo. Outro conceito do termo conflito socioambiental designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural, sendo que essas situações de litígio, vigentes nos níveis material e simbólico, podem ou não assumir a forma de um embate mais direto (Vivacqua e Vieira, 2005). Logo, o conflito socioambiental é um importante tema para o bem estar das populações humanas e por isso, devem ser tratados pelos conselhos gestores de UCs.

Conflitos socioambientais em APAs derivam da desobediência à proibição do corte de árvores, da prática de queimadas, da caça, conflitos por posses de terras, por restrição de acesso à recursos e atividades impactantes, dentre outros. Estas questões levantam debates sobre direito absoluto: o direito de propriedade, e o interesse coletivo: a

conservação ambiental. Como exemplos desta dinâmica, os processos de turistificação e de especulação imobiliária podem culminar na gentrificação e desterritorialização/reterritorialização dos habitantes tradicionais (Haesbaert, 2004).

Gentrificação é o fenômeno que afeta uma região pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local (Santos, 2014). Tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada (Reid & Adelman, 2003; Grant, 2003).

Já a desterritorialização/ reterritorialização é assim definida como um processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos, a bens (Haesbaert, 2004). No entanto, ao processo de desterritorialização está implícito o processo de reterritorialização, ou seja, são ciclos que nem sempre se concluem. Segundo Haesbaert (2004) apud Lameiras (2013), “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios e fundando outros”. A desterritorialização é o movimento do abandono do território, enquanto a reterritorialização é o movimento de construção do mesmo, são movimentos simultâneos e indissociáveis (Lameiras, 2013).

Após esta descrição, no decorrer da tese, os conflitos serão analisados buscando trazer luz aos processos originários e/ou que condicionam a necessidade de novas políticas públicas ambientais para a gestão dos conflitos locais na APA SFX.

3.6 Os estudos de percepção ambiental em processos de licenciamento ambiental: críticas e desafios

O processo de licenciamento ambiental é um instrumento legal que visa regularizar atividades que possam causar impactos ambientais significativos, estabelecendo critérios e condicionantes para que os empreendimentos possam operar de forma sustentável. Esse processo está regulamentado no Brasil pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei 6.938/1981, e envolve a emissão de licenças (prévia, de

instalação e de operação) pela autoridade ambiental competente (Sánchez, 2008). O objetivo central do licenciamento é garantir que os impactos ambientais sejam devidamente avaliados e mitigados antes da implantação de atividades potencialmente poluidoras (Sánchez e Silva, 2020).

Os requisitos exigidos para o licenciamento incluem a apresentação de estudos técnicos, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Esses documentos devem identificar, descrever e avaliar os impactos ambientais de um empreendimento e propor medidas de mitigação. No conteúdo mínimo exigido para o EIA, a percepção ambiental pode aparecer indiretamente, principalmente na parte em que se exige a avaliação dos impactos sociais e culturais, bem como o envolvimento das comunidades afetadas no processo de avaliação (Ab'Saber, 2004). A PA, nesse contexto, está associada à maneira como os indivíduos e grupos sociais percebem e interpretam os riscos e impactos ambientais em suas vidas.

Um exemplo prático de como a PA aparece é durante as audiências públicas realizadas no contexto do licenciamento ambiental. Nessas audiências, membros das comunidades locais têm a oportunidade de expressar suas opiniões sobre os impactos esperados, sobre os conflitos e sobre suas formas de manejo no local. A participação pública é um canal onde se manifestam preocupações relacionadas ao uso do território, à qualidade de vida e aos possíveis danos ambientais. No entanto, a efetividade desse processo é criticada, pois muitas vezes, as contribuições das comunidades são tratadas como formais, mas não resultam em modificações substantivas no projeto ou nos relatórios técnicos, limitando a influência real da PA no processo decisório (Lima, 2002). Duarte et al. (2016) apontam que, muitas vezes, essas audiências são realizadas apenas para cumprir exigências legais, sem que as contribuições das comunidades tenham impacto significativo nas decisões. A falta de diálogo efetivo entre os atores técnicos e a população local compromete a função democrática do licenciamento ambiental, limitando sua eficácia em prevenir danos ambientais.

O modelo atual de incorporação da percepção ambiental no licenciamento enfrenta desafios consideráveis. Um dos principais desafios é a subjetividade inerente à PA, que muitas vezes é ignorada ou subestimada frente aos critérios técnicos e quantitativos que dominam o processo. Outro desafio é a limitação temporal das audiências públicas e consultas, que nem sempre permitem uma verdadeira participação democrática e

contínua dos atores sociais envolvidos.

Portanto, o modelo atual precisa evoluir para uma abordagem mais inclusiva e participativa, onde a percepção ambiental tenha um papel mais central e influente no processo de licenciamento. Isso requer o fortalecimento de metodologias que valorizem as percepções das comunidades e a implementação de mecanismos de monitoramento social que acompanhem os impactos ambientais ao longo do tempo, permitindo ajustes contínuos e participativos.

Outro desafio significativo é a forma como as percepções das comunidades locais são incorporadas aos relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA). Frequentemente, as percepções dos grupos mais vulneráveis são ignoradas ou sub-representadas, resultando em uma visão distorcida dos impactos reais. Essa distorção nas consultas públicas pode gerar conflitos socioambientais e aumentar a resistência das comunidades locais aos projetos. Isso ocorre porque, muitas vezes, os estudos de percepção são conduzidos de maneira superficial ou sem uma metodologia adequada que permita uma verdadeira participação das comunidades afetadas, o que pode minar a confiança da população no processo de licenciamento (Ascelrad, 2009; Zuccolo, 2020)

Diante desses desafios, é essencial que os estudos de percepção ambiental evoluam para incluir metodologias mais robustas e participativas. O uso de metodologias participativas, como oficinas comunitárias e entrevistas em profundidade, pode ajudar a superar a marginalização dessas percepções e garantir que os diversos pontos de vista sejam considerados. Além disso, o fortalecimento do diálogo entre técnicos, gestores e comunidades pode contribuir para uma maior eficácia e justiça nos processos de licenciamento ambiental (Zuccolo, 2020).

A metodologia proposta na tese, baseada em cinco conceitos-chave — historicidade, identidade, memória social, territorialidade e imaginário — oferece uma abordagem profunda e prática para acessar a percepção ambiental em processos de licenciamento ambiental. Esses conceitos permitem uma análise multidimensional das percepções, indo além da visão restrita de impacto ambiental técnico. A historicidade, por exemplo, permite contextualizar como a relação da comunidade com o ambiente se desenvolveu ao longo do tempo, identificando mudanças nas práticas culturais e modos de vida que podem ser afetados por novos empreendimentos. Esse conceito é fundamental para reconhecer que as percepções não são estáticas e estão intimamente

ligadas às transformações históricas locais.

A identidade, a memória social e a territorialidade contribuem para uma compreensão mais profunda das conexões simbólicas que as comunidades mantêm com o espaço físico, muitas vezes ignoradas em avaliações puramente técnicas. A identidade revela como o ambiente molda o senso de pertencimento e coesão social, enquanto a memória social oferece uma visão dos eventos passados que continuam a influenciar as atitudes presentes em relação ao território. Já a territorialidade explora a relação de poder e o controle simbólico que a comunidade exerce sobre o espaço, informando sobre como diferentes grupos percebem a apropriação do ambiente. Finalmente, o imaginário permite entender as representações coletivas e culturais que envolvem o ambiente, como mitos, crenças e narrativas locais que afetam a percepção do impacto ambiental. Dessa forma, essa metodologia capta não apenas os impactos objetivos, mas também as camadas subjetivas e culturais que moldam a relação entre comunidade e ambiente.

A adoção da metodologia baseada nos conceitos de historicidade, identidade, memória social, territorialidade e imaginário será particularmente útil para alinhar os processos de licenciamento ambiental às preocupações climáticas contemporâneas. Ao capturar as percepções ambientais de forma mais integrada e holística, esta abordagem permitirá que os impactos ambientais sejam analisados não apenas em termos de degradação física do meio ambiente, mas também em como mudanças climáticas afetam as dinâmicas sociais, culturais e territoriais das comunidades.

A ênfase em historicidade e memória social permitirá a compreensão de como os eventos climáticos extremos impactam populações com pouca resiliência histórica, enquanto o foco em territorialidade pode ajudar a identificar áreas particularmente vulneráveis a eventos climáticos devido à sua importância cultural e econômica. Essa metodologia, ao incorporar a voz das comunidades, facilita a criação de planos de mitigação e adaptação que consideram não apenas a eficiência ambiental, mas também a justiça climática, tornando os processos de licenciamento mais aderentes às necessidades de preservação e adaptação frente às mudanças climáticas. Para tal, a adoção de abordagens que integrem os aspectos técnicos e subjetivos, valorizando tanto as evidências científicas quanto os saberes locais, são importantes. Essa integração pode promover uma tomada de decisão mais inclusiva, eficaz e adaptativa, respondendo de forma mais adequada às dinâmicas socioambientais e às preocupações das comunidades

afetadas.

3.7 Pelos meandros da Conservação Colaborativa e dos Valores Culturais de Natureza

A gestão dos conflitos socioambientais pode e deve ser tratada por todos, de forma descentralizada, decolonial e colaborativa. Para tal, faz-se necessário ajustamentos nas formas de gestão e governança, para que estes processos possam usufruir dos benefícios de uma organização multifacetada e participativa. Assim, a investigação sobre os VCN pode nos beneficiar ao ampliar o olhar sobre a experiência humana, de forma alicerçada ao meio ambiente e à emoção. Conforme, diz Gleiser (2017), o reencantamento do mundo em relação à natureza é uma necessidade neste século, pois devemos parar de enxergá-la apenas como recurso natural, para passar a respeitar e cultivar a natureza pelos demais benefícios que nos traz, incluindo sensações, emoções e percepções que temos sobre nosso meio.

Segundo Fernandes-Pinto, (2017), promover os VCN pode levar à práticas de conservação com um diferente paradigma, que não seja somente voltado à questões utilitárias, mas que nomeiem e ajudem na identificação dos valores diversos da relação ser humano- ambiente. É premente que se eleve uma prática de admirar a natureza e respeitá-la com princípios humanos como a ética, a compaixão, a gratidão pelo o valor de ser parte deste fenômeno grandioso como é a natureza. Estes valores podem realmente modificar políticas ambientais, planejamento urbano e desenvolvimento sustentável (Fernandes-Pinto, 2017).

Neste aspecto, ressaltamos a conservação colaborativa como uma iniciativa que vem se estruturando no Brasil, alinhada aos VCN, e que inclui os sujeitos para a ação ambiental, deixando claro que apenas a atuação dos estados e governos não será possível conservar, sendo necessário que os cidadãos se envolvam e atuem com maior colaboração em seus territórios (Maretti, Furlan e Irving, 2021). Esta área de pesquisa chama para uma ação conjunta e ao mesmo tempo individual rumo a este objetivo da conservação socioambiental, pautada na colaboração, e não mais na participação. Segundo os autores, em resumo, enquanto o processo participativo se concentra na inclusão e representação de diversas vozes na tomada de decisões ou atividades, a

colaboração se concentra na cooperação e combinação de esforços para alcançar um objetivo compartilhado, dentro do espectro da governança socioambiental, que pode ser definida como o conjunto de ações coordenadas para a gestão do meio ambiente.

Em muitos casos, os processos participativos e colaborativos podem ocorrer simultaneamente, especialmente em iniciativas que visam envolver várias partes interessadas na realização de uma tarefa ou na resolução de problemas complexos (Maretti, Furlan e Irving, 2021). Assim, a Conservação Colaborativa e os Valores Culturais da Natureza (VCN) são importantes iniciativas científicas da atualidade e que merecem o cuidado de serem examinados e incluídos em trabalhos de percepção ambiental, devido a proximidade teórica e prática dos temas. Quando os VCN são compartilhados e valorizados por comunidades ou grupos, isso pode motivar ações de Conservação Colaborativa, onde diferentes partes interessadas se unem para proteger e preservar o meio ambiente. Este movimento tende a se inspirar na PA e também se embasar em estudos desta área de pesquisa.

A seguinte tabela, mostra os principais componentes da Conservação Colaborativa, no intuito de esclarecer e aprofundar o entendimento do leitor sobre o tema:

Figura 8: Quadro com os componentes da Conservação Colaborativa

Componentes da Conservação Colaborativa	
1. Participação Multissetorial	
○	Descrição: Envolve a colaboração de diversos setores da sociedade, como governos, ONGs, comunidades locais e empresas privadas, cada um trazendo diferentes perspectivas, recursos e conhecimentos.
○	Referência: Berkes, Fikret. Sacred Ecology . 4. ed. New York: Routledge, 2017.
2. Inclusão das Comunidades Locais	
○	Descrição: As comunidades locais são vistas como parceiras essenciais na conservação. Seus conhecimentos tradicionais e práticas de manejo são integrados nos planos de conservação.
○	Referência: Pretty, Jules. Participatory Learning and Action . London: IIED, 1995.
3. Gestão Integrada	
○	Descrição: A gestão integrada das áreas protegidas considera aspectos sociais, econômicos e culturais das comunidades, promovendo uma abordagem holística da conservação.
○	Referência: Carlsson, Lars; Berkes, Fikret. Co-management: concepts and methodological implications . Journal of Environmental Management, 2005.

4. Sustentabilidade e Benefícios Compartilhados
○ Descrição: Busca garantir que os benefícios da conservação sejam compartilhados de maneira equitativa entre todos os atores envolvidos, incluindo benefícios econômicos e sociais para as comunidades locais.
○ Referência: Ostrom, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Fonte: Elaborado pela autora.

A conservação colaborativa é fundamental para promover a sustentabilidade e a justiça socioambiental, garantindo que as políticas de conservação não apenas protejam o meio ambiente, mas também melhorem a qualidade de vida das comunidades que dependem dos recursos naturais. Este modelo também fortalece a resiliência das comunidades frente às mudanças ambientais, sociais e econômicas, criando um sistema de governança mais robusto e adaptativo.

Nesse contexto, a percepção individual e coletiva da natureza influencia diretamente a disposição das pessoas em se envolverem em esforços colaborativos de conservação. Assim, neste primeiro Capítulo, partimos da percepção propriamente dita e nos aproximamos dos demais assuntos socioambientais que serão tratados na tese a fim de introduzi-los. A próxima e penúltima sessão deste capítulo versa sobre as principais ferramentas da atualidade para a gestão e governança colaborativa e participativa em UCs.

3.8 Gestão e governança ambientais: ferramentas para o cuidado com a natureza

Conforme já mencionado no texto acima, a GA pode ser definida como um conjunto de ações envolvendo políticas públicas, setor produtivo e sociedade civil, para garantir a sustentabilidade ambiental, da qualidade de vida e do processo de desenvolvimento, dentro de um complexo sistema de interações da humanidade com os ecossistemas; e, se dá através de três mecanismos ou instrumentos de gestão ambiental, que são: voluntário, de comando-controle e econômico (Bursztyn e Bursztyn, 2012).

O Instrumento Voluntário é feito principalmente por meio da Educação Ambiental (EA). A EA precisa de diagnósticos participativos e prognósticos para busca de ações apontadas pela comunidade como prioritários em suas vidas, sendo que se apropriou dos

princípios, conceitos e métodos da PA para saber como vivem, o que pensam as pessoas, culturas, necessidades e lugares (Cunha & Leite, 2009).

Os Instrumentos de Comando-Controle são mecanismos coercitivos, geralmente regulamentados em legislações, que incidem sobre processos produtivos, por meio de autorizações, normas e sanções (Bursztyn e Bursztyn, 2012). Atuam limitando processos de ocupação e direitos dos indivíduos e das organizações em prol da conservação do meio ambiente. Nesse caso, estudos de percepção podem auxiliar identificando problemas socioambientais que devem ser resolvidos com intervenção pública a partir das demandas da sociedade e para cercear as inconformidades da própria sociedade. Isto, pois, segundo o Art. 1, § 1 da Constituição Federal de 1988, “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Por outro lado, é necessário assegurar o cumprimento de princípios que garantem o direito ao meio ambiente saudável a todos, sendo que interesses individuais nem sempre vão de encontro a este objetivo.

Finalmente, os Instrumentos Econômicos se apresentam, principalmente, na forma de taxas, direitos de poluição e subvenções, onerando os comportamentos que agredem ao meio ambiente (Bursztyn e Bursztyn, 2012). Pode atuar também ao contrário, beneficiando financeiramente aqueles que preservam o meio ambiente, como no caso de Pagamento por Serviços Ambientais. Nesta seara, a PA também é auxiliar na avaliação da disposição a pagar em projetos de valoração econômica do meio ambiente. Logo, considerando o caráter difuso e coletivo das questões ambientais, a participação popular é um instrumento intrínseco à execução da GA (Bursztyn e Bursztyn, 2012). E, assim, especialmente em UCs, a PA possui importância emergente no que diz respeito ao gerenciamento da área, e conseqüentemente, na conservação da biodiversidade.

Já a governança ambiental, abrange não somente estes instrumentos de gestão, como também inclui um processo complexo e dinâmico que envolve a criação de políticas, a implementação de ações, a participação pública, o uso de instrumentos econômicos e o monitoramento contínuo para garantir a proteção e a sustentabilidade do meio ambiente. Os componentes da governança ambiental são amplos, sendo apresentados no resumo a seguir:

Figura 9: Metodologias da governança ambiental.

Componente	Descrição	Referências Bibliográficas
Legislação e Políticas Ambientais	Conjunto de leis, regulamentos e políticas que estabelecem normas e padrões para a proteção ambiental.	OSTROM, Elinor. Governing the Commons. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
Instituições e Organizações	Entidades responsáveis pela implementação e fiscalização das políticas ambientais, incluindo agências governamentais, ONGs e organizações internacionais.	YOUNG, Oran R. Institutional Dynamics. MIT Press, 2010.
Participação Pública	Envolvimento de cidadãos e comunidades na tomada de decisões ambientais, promovendo transparência e responsabilidade.	BULKELEY, Harriet; NEWELL, Peter. Governing Climate Change. London: Routledge, 2015.
Instrumentos Econômicos	Ferramentas financeiras e econômicas utilizadas para incentivar práticas sustentáveis e desincentivar atividades prejudiciais ao meio ambiente.	STAVINS, Robert N. The Economics of the Environment and Natural Resources. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2005.
Monitoramento e Avaliação	Sistemas contínuos de monitoramento e avaliação para verificar a conformidade com normas ambientais e medir o impacto das políticas.	MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen. Limits to Growth: The 30-Year Update. White River Junction: Chelsea Green, 2004.

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, percebemos a amplitude da governança ambiental enquanto produtora de melhorias nos sistemas socioecológicos. Alcançar a plenitude destes processos depende da colaboração de todas as esferas da sociedade, desde governos até cidadãos comprometidos eticamente com o bem estar e com a conservação. A próxima seção discorre sobre as APAs, conforme tem sido enfocada no presente estudo, como a UC que mais traz desafios à governança e gestão ambiental devido a sua característica de permitir

a moradia de comunidades não tradicionais em seu interior. Seguimos...

3.9 A Área de Proteção Ambiental como microcosmo da realidade exterior.

A APA foi a primeira categoria de UC de uso sustentável a ser regulamentada no país, dado que possui algumas vantagens ou desvantagens, dependendo do ponto de vista. Primeiramente, a APA pode ser criada em áreas que apresentem “certo grau de ocupação humana” (SNUC, 2000), o que é útil uma vez que os remanescentes florestais se encontram dispersos entre espaços urbanizados. Assim a APA possui importância na conectividade entre UCs de Proteção Integral ou entre outras áreas mais preservadas, possibilitando o trânsito ou a manutenção de populações viáveis, que seriam impossíveis em cenários de maior densidade de populações humanas.

Em segundo lugar, e não menos importante, a APA engloba terras privadas, e assim, evita o ônus aos cofres públicos para indenizações de proprietários na regularização fundiária. Evita-se também o despejo de povos nativos que já ocupavam a região antes da institucionalização da área. Neste sentido, destacam-se as discussões sobre o direito das comunidades tradicionais de permanecerem nos locais de origem, desenvolvendo-se comunitariamente com o uso sustentável dos recursos (Diegues & Arruda, 2001; Diegues, 2004; Hanazaki, 2003; Bensusan, 2006; Berkes, 1999).

Com a criação da APA, a existência de um Conselho Gestor é outra característica deste tipo de UC que facilitaria a comunicação entre moradores e poder público, permitindo o ordenamento do território mais localizado. Apesar disso, existem APAs que são visadas para usos do território que pressionam os recursos ambientais como por exemplo a mineração ou a instalação de indústrias poluentes. Assim, há descrédito à categoria uma vez que quase todas as atividades produtivas são passíveis de serem realizadas no interior de APAs, nem sempre sendo realizadas de forma ambientalmente desejável ou em acordo com as obrigações da legislação, nem a vontade popular das Comunidades Tradicionais (CTs) (Haesbaert, 2004; Haesbaert, 2001). Estes acontecimentos geram conflitos socioambientais, sendo que este tema é explorado transversalmente nesta tese.

Apesar de terem muitos problemas de gestão; com destaque para os que são vindos da interação da população híbrida com novos e antigos moradores, que exigem

maior atenção para gestão correta e inclusiva, as áreas verdes que estas UCs representam têm valor significativo visto que servem como corredores ecológicos entre Áreas de proteção integral sendo que muitas funcionam como uma zona de amortecimento próximas à pontos com maior vulnerabilidade socioambiental.

Ainda assim, as APAs conservam parte da biodiversidade e auxiliam na regulação da ocupação humana, definindo zonas com proteção diferenciadas em seu interior. Realmente, sabe-se que as APAs desempenham este papel de amortecimento, mas também são ambientes frágeis e podem perder suas funções ecossistêmicas devido ao mal uso. São necessários esforços para que a gestão das APAs respeite os objetivos de conservação, visto que muitas vezes os interesses privados sobrepõem-se sobre o direito coletivo do meio ambiente preservado.

Da mesma forma, a APA não sendo uma UC que prioriza CTs como as RESEX e a RDS, ainda assim são necessárias práticas e ferramentas para que o direito individual dos moradores antigos não seja desrespeitado. Uma vez que uma gestão “top-down” ocorre e se implanta desde o início do processo, fica mais difícil a posterior integração das CTs ou moradores antigos junto às novas normas de gestão e governança. Assim, a manutenção dos serviços ecossistêmicos fornecidos pelas APAs exige uma postura de inclusão dos moradores antigos, ao mesmo tempo que exige a integração dos novos moradores a uma dinâmica respeitosa com o meio ambiente e os povos tradicionais. Estas preocupações têm que estar no cerne do planejamento ambiental e a gestão pelos conselhos de APAs. Acreditamos que o uso da ciência cidadã ou sobre valores culturais de natureza também pode vir a somar esforços produtivos dentro desta área.

Finalmente, exploraremos os resultados a seguir.

CAPÍTULO 4: SÃO FRANCISCO XAVIER: CONSTRUÇÃO E PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO DISTRITO

4.1 A história do Distrito de SFX

Na origem histórica do distrito de São José dos Campos, ao qual SFX pertence, a presença dos indígenas guaianazes em meados de 1563, após a migração forçada destes indivíduos fugidos da comarca de São Paulo, em decorrência da colonização dos jesuítas, encontra-se bem documentada a partir da obra de Júnior (1978). Assim, os indígenas e escravizados resistentes às ideologias impostas, se revoltaram diante da catequização e da disseminação de uma cultura tão diferente da dos nativos, gerando violência, motivo pelo qual muitos indígenas abandonaram suas terras originárias, em Piratininga, antiga São Paulo, e migraram para outras localidades para reestabelecerem em ambiente mais pacífico (Júnior, 1978). Tem-se registros também da etnia puri no local ².

Aos poucos, a partir de 1575, com a chegada dos jesuítas, o convívio dentro da aldeia foi se estabelecendo um híbrido cultural, fruto da transformação surgida com a convivência entre indígenas, escravizados e os jesuítas, formando assim um novo status quo, que foi gerado com influências dos três povos (Júnior, 1978). Esta evolução culminou na fundação da Vila em 1767, que iria posteriormente ser chamada de São José dos Campos em homenagem ao Padre José de Anchieta, que liderava as missões neste local.

Assim, conforme cita o autor Junior (1978), o território de SJC foi reconhecido como Aldeia do Rio Comprido em meados de 1575, sendo que após um longo período de existência, resistência e evolução interna, foi reconhecida como Vila, ocupando um novo lugar, às margens do rio, após uma enchente ter levado à migração dos habitantes. Este local se tornou SJC, e segundo as fontes históricas, ele é fruto de uma colonização dos indígenas e negros escravizados, e ao mesmo uma conquista jesuíta.

Porém, notou-se nas entrevistas e a partir de observação no território, que segundo o senso comum e em alguns dos estudos em história de SFX, o distrito teve origem devido à passagem e pouso dos tropeiros que, vindos de Minas Gerais, iam comercializar em São José dos Campos, e foi oficialmente criado pela Lei nº 59, de 16 de

1- Comunicação Pessoal de entrevistado educador ambiental, com apresentação de jornal da época citando a captura de indígenas Puri no território.

agosto de 1892 (Araujo, 2012). De fato, a história local foi marcada pela forte presença de migrantes mineiros que, principalmente no final de século XIX, ultrapassaram a Mantiqueira, vindos principalmente pelos “boatos” de tropeiros que passavam pela região para fazer seu comércio no Vale do Paraíba e citavam a fertilidade e abundâncias da terra (Santos, 2007).

É importante lembrar que os tropeiros se transformaram no mais importante meio de transporte, comércio e comunicação das regiões brasileiras após a decadência da atividade bandeirante a partir do final do século XVIII (Mattos, 1984).

Tropeiro é a designação dada aos condutores de tropas, assim consideradas as manadas de bois, cavalos e mulas, entre outros animais, entre a região de sua produção e os centros consumidores; num sentido mais amplo também designa o comerciante que comprava tropas de animais para revendê-las, e mesmo o “tropeiro de bestas” que usava os animais, para além de vendê-los, transportar outros gêneros para o comércio nas várias vilas e cidades pelas quais passava, além de veicularem ideias e notícias entre aldeias e comunidades distantes, numa época em que o Brasil não tinha bons acessos. Segundo depoimentos de antigos tropeiros em São Francisco Xavier, durante a época em que as tropas eram mais intensas, a necessidade de paradas, (às vezes longas para esperar que as chuvas parassem e os rios baixassem o nível) exigia pernoites e alimentação aos tropeiros, assim como pastos para alimentar os animais, fazendo com que fossem surgindo moradores que abriam casas de comércio para atender os viajantes, até mesmo ex-tropeiros que se instalavam com fazendas ao longo das trilhas, nascendo assim, pequenas povoações. Durante anos, centenas de milhares de mulas, cavalos e bois foram transportados por essas trilhas, impulsionando o desenvolvimento desses locais, possibilitando a gradativa integração das economias regionais (Santos, 2007).

Assim, até a década de 1950 a força de trabalho era baseada principalmente no setor agrícola ou na criação de animais de pequeno porte, tanto de subsistência como na produção de um pequeno excedente, com ênfase nos seguintes produtos: leite, café, agricultura (Santos, 2007). A partir de 1920 e 1930, a instalação de muitos sanatórios e hospitais para o tratamento da tuberculose em São José dos Campos fez com que o distrito fosse deixado para trás, em termos de investimentos, causando a migração de várias pessoas (Santos, 2007).

Em 1932, com a Revolução Constitucionalista, o local tornou-se refúgio estratégico de 150 soldados, o que fez com que parte da população, assustada com os desmandos dos soldados, também migrasse do local. Já na década de 1940, o grande êxodo de moradores do local leva a prefeitura a fazer obras de saneamento e infra-estrutura como instalação de rede de esgoto e reforma da cadeia. Porém, o êxodo continua nos anos de 50, 60, 70 e 80, pois com desenvolvimento urbano industrial a população passava a se retirar da região e a deslocar-se para os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida. Logo, até meados do século XX, o que se observa é uma queda na agricultura e introdução da agropecuária intensiva, sendo que a produção principal passou do café para o leite. Ressalta-se que as fazendas de café demandavam muito mais trabalhadores do que as de criação intensiva de gado para leite (Santos, 2007).

Já no final do século XX, ocorre o aumento expressivo da demanda turística e de desenvolvimento da atividade turística, com a chegada de diversos moradores que adquiriram terras para segunda residência, ou seja, casas para serem ocupadas apenas nos finais de semana e feriados (Santos, 2007). Nesta época, três legislações estabeleceram a região serrana de São Francisco Xavier como APA: O Decreto 87.561/82 (federal); a Lei nº 165, de dezembro de 1997 (municipal); e a Lei 11.262 de 08 de novembro de 2002 (estadual) (Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2008).

Atualmente, além do núcleo principal, existem no distrito 24 bairros rurais dispersos, com uma população de 2.867 habitantes, onde 1.036 residem na zona urbana e 1.831 na zona rural (IBGE, CENSO 2000). “Os bairros rurais que compõem o distrito de São Francisco Xavier apresentam em sua grande maioria características tradicionais (...): casas dispersas, capela, costumes e organização social bem tradicional” (Ruschmann, 2002, p. 3).

O centro do distrito já possui infraestrutura turística. A especulação imobiliária no distrito é preocupante e foi alertada por Ruschmann já em 2002. Recentemente, o Instituto de Conservação e Manejo da Biodiversidade- ICMBIO e a Fundação Florestal vêm estabelecendo novas diretrizes para a construção de novos imóveis no distrito, a fim de controlar parte dessa realidade como por exemplo, a definição de uma área mínima para os lotes do local, evitando o intenso esquiteamento de propriedades.

Segundo Ruschmann (2002), em relação às atividades produtivas, tem-se, no setor agropecuário, uma parcela muito pequena de plantio de feijão, milho e hortaliças, algumas

frutas exóticas para produção de geleias e Shitake. A produção de leite também é importante no distrito para a economia pecuária. No setor industrial destaca-se a produção de itens variados, tais como o artesanato, a produção de móveis, doces, colchas, linguiças, violas, entre outros. No setor de comércio e serviços, as atividades voltadas para o turismo são mais conspícuas, incluindo campings, chalés, estalagem, pousadas, apiário, cachaçaria, café, doceria, geléia, lanchonete, laticínios, padaria, pizzaria, restaurante, sorveteria, temperos e beleza, artesanato, entretenimento e planta/ornamentos (Ruschmann, 2002).

Figura 10: Placa de estabelecimento de turismo de aventura na praça central do distrito.



Foto: Amanda Prado.

Há uma reclamação na questão da pouca disponibilidade de empregos formais e de instituições que promovam a formação de mão de obra especializada em São Francisco Xavier (Almeida, 2006), que demonstra uma incompatibilidade na questão laboral e produtiva. Se por um lado, a cidade tem empregos na parte turística, ela também tem empregos de artesãos cozinheiros, artistas plásticos, caseiros e piscineiros. Mesmo assim há uma reclamação sobre a falta de emprego e oportunidades.

Outra incongruência é o desejo de que a distrito continue tranquilo e menor, enquanto o desenvolvimento predatório daria conta de iniciar empregabilidade para todos. Porém, conforme visto nas entrevistas, os moradores não querem crescer mais com medo de perderem seu sossego e tranquilidade de uma cidade pequena. Há um temor de que a APA SFX se torne parecida com Campos do Jordão, onde o turismo modificou as

relações da comunidade para com a natureza, a despeito de alguns outliers entre os novos moradores. Todavia, a reclamação sobre a questão laboral persiste.

4.2 Desenvolvimento do distrito

Nos discursos sobre o processo de ocupação do território, não foi citada a etnia Guaianaz de indígenas, que foram os primeiros moradores da região em estudo. Esses primeiros habitantes foram esquecidos ao longo do tempo, de forma que o que é reconhecido e exaltado pela comunidade é a origem tropeira. Assim, a primeira observação, advinda da comparação entre a pesquisa bibliográfica narrativa e a análise das entrevistas com os moradores é sobre a origem da comunidade ou do distrito. Notou-se uma discrepância entre a origem real ou histórica dos primeiros habitantes da região e a origem imaginada, ou construída socialmente, sobre os primeiros habitantes do distrito.

Os indígenas Guaianazes já ocupavam o local com modos de vida tradicionais, ligados a caça, pesca, agricultura e extrativismo. Tais práticas sobreviveram até os dias atuais por meio dos “antigos moradores”, também chamados de “caipiras”, caracterizando-se por uma religiosidade cristã, ligada ao trabalho familiar em vilas e sítios, com cooperação mútua, ligados ao gado, agricultura e ao leite, em sistemas familiares e mutirões.

Antônio Cândido (2001) em sua obra, “Os parceiros do Rio Bonito”, descreve que o caipira brasileiro surgiu a partir dessa interação entre europeus, nativos indígenas e negros escravizados, sendo que o autor reconhece a “extinção” dos caipiras paulistas nos dias atuais, devido à modernização que foi paulatinamente transformando seus hábitos até atingirem uma organização mais similar à da modernidade que da tradição, sendo que o caipira não existe mais no modo puro. Nesse caso, os moradores de SFX possuem traços desta cultura, já modificada por influências modernas e pressões do mercado.

Na análise, a origem indígena não aparece em nenhum dos dispositivos. Os tropeiros, por outro lado, são exaltados e largamente reconhecidos como o povo originário. Enquanto na verdade, os tropeiros eram migrantes, e fixaram residência no local após muitos e muitos anos dos primeiros habitantes originários do local, tanto indígenas quanto jesuítas. Então a narrativa da historicidade do local sofre um esquecimento coletivo, e parece que, no imaginário local, o distrito só começou a se

formar com o advento do tropeirismo, quando na verdade já abrigava uma história, árdua do ponto de vista da motivação dos primeiros indígenas que fugidos foram recolonizados, tanto do ponto de vista dos colonos jesuítas que enfrentaram longos anos de “educação popular” para que os indígenas se acostumassem e reproduzissem os hábitos dos jesuítas, culminando numa cultura mista, em demérito da cultura indígena e seus costumes, ao ponto de acarretar um esquecimento na história oral dos atuais habitantes.

O apagamento foi de tamanha monta, que está ausente na oralidade dos moradores atuais, sendo que alguns deles, ainda mantêm trabalhos em mutirão e religiosidade cristã, elementos centrais da cultura caipira. Todavia, a cultura caipira tem fortes vínculos com a cultura indígena, porém este fato não é mencionado com frequência em todo o território brasileiro, mas que Antônio Cândido relatou em detalhes em seu supracitado livro.

A forma como esse apagamento se engendrou, parte da compreensão da prerrogativa colonizadora jesuíta sobre os indígenas do Brasil, na época da colonização do país, que não será explorada nesta tese, nos enfocaremos em analisar em como a origem imaginária se reflete na PA, pois para os moradores, a origem imaginada é a real, uma vez que houve um esquecimento coletivo com o mito de origem.

Este fato se comprova pela ausência de formações discursivas que envolvam os indígenas e está relacionado a uma construção imaginária relativa à origem do lugar, sendo que o lugar é influenciado por sentimentos topofílicos e biofílicos. A única informação sobre o assunto foi gerada pela indicação de literatura de um morador que é educador ambiental e escritor sobre a história e cultura do distrito, oferecendo um olhar de especialista que difere excepcionalmente do restante dos entrevistados, de todos os grupos, que não citaram os indígenas. Nota-se que é comum que os brasileiros esqueçam a origem indígena, sendo que na maioria dos lugares a história pregressa indígena é esquecida e a história começa com os migrantes, como tropeiros, bandeirantes (Ribeiro, 1985).

É possível associar o acontecido com a existência de um mito de origem, no qual os moradores alteram a memória sobre o lugar, imaginando e criando, a partir de uma construção social, uma história própria, e nem sempre verdadeira, para narrar a forma com que seu território foi fundado e como se deu a evolução cultural e o desenvolvimento local. Existe nessa construção, um forte caráter identitário, que fortalece a comunidade

dentro de uma narrativa influenciada pela historicidade e pelos interesses produtivos e de coesão social (Eliade, 2011). O que ocorre em SFX é a existência de discrepâncias sociais entre os grupos, assim a tendência é que ambos os grupos criem diferentes histórias para descrever seu sentimento de identidade no lugar, conforme veremos mais adiante.

Dentro do mesmo tema, temos a percepção sobre o desenvolvimento no momento atual, que é díspar entre os grupos de moradores, sendo que os antigos relatam desejar que o distrito mantenha seu ar de cidade pequena, com o número de moradores mais estabilizado, além de sustentar o turismo com os visitantes de feriados e fins de semana. Por outro lado, a maioria dos moradores novos relatam, dubiamente que ao mesmo tempo que valorizam o bucolismo da cidade menor, apresentaram ideias de empreendimentos avançados e modernos como um bondinho teleférico e uma fábrica de gin. Mas os grupos concordam no aspecto da conservação ambiental, sendo que a grande maioria nos dois grupos valoriza muito a criação da APA e a forma como os recursos têm sido conservados, salvo algumas excessões que citaram a injustiça na aplicação de leis entre os nativos e os forasteiros e conflitos em relação à higiene e conservação dos corpos hídricos.

A proximidade de São Paulo, tornou o local um balneário da alta renda. O ar de montanha, aliado à culinária, cervejarias e cafeterias, atrai muitos turistas com alto poder aquisitivo, e muitos já adquiriram residências, com grandes construções e pousadas variadas. Os nativos hoje ocupam-se como funcionários deste público ou estão empreendendo sendo a maioria voltado para turistas, como agências de ecoturismo, artesanato, culinária, hotelaria. Segundo relatos dos moradores, somente os moradores dos sub distritos, como Guirra e Graminha, têm algum isolamento do impacto deste tipo de desenvolvimento no local. Este é o tipo de desenvolvimento que está se instalando, já em fase avançada, na APA SFX.

A procura por casas de luxo e o alto fluxo de imigrantes e turistas de feriados e finais de semanas, aliado à resistência e adaptação da sociedade local, desenham o atual cenário socioeconômico e biocultural. Há especulação imobiliária, que levou muitos moradores antigos a venderem suas terras por altos valores, incluindo terrenos com cachoeira particular. É interessante notar que a maioria das cachoeiras do local estão dentro de propriedades privadas. O acesso a este bem natural não deveria ser regulado por pessoas físicas. Já os moradores antigos nem sempre podem acessar estes bens naturais, sendo o controle realizado pelos proprietários, ou novos moradores, infringindo

o direito de acesso livre a este tipo de lazer e/ou serviço ecossistêmico.

Ao longo das narrativas, é possível e interessante perceber como é abordado nos discursos em circulação o fato de que há uma cisão no espaço social, que foi desenhado pela historicidade e influencia o imaginário sobre o local. Na parte final também há a citação sobre as injustiças ambientais em prol dos mais favorecidos, como causa desse atrito, sendo raciocínios apresentados de forma subsequente. Por fim, citamos a aceitação mútua entre os grupos, ressaltando o argumento de Ostrom (1990) de que a auto organização da própria comunidade pode ser mais eficiente do que ações e intervenções pontuais dos gestores. Isto pois os próprios moradores se reterritorializaram em outros espaço diferentes dos originais e assim mantiveram alguma ordem social que se expressa na forma de assujeitamento dos antigos moradores de “donos do paraíso” para “empregados dos novos moradores”.

Esta informação é importante, pois os conflitos socioambientais citados nessa tese têm sido acomodados pelos moradores e gestores de forma a serem geridos de uma forma possível. Porém, a própria auto-organização da comunidade no geral, tem funcionado para manter SFX um lugar bonito e acolhedor, bem cuidada e conservada. A atuação do Conselho Gestor pode ter forte influência neste dado, visto que os gestores são ativos e engajados com os problemas locais. Os próprios moradores, nas entrevistas, destacaram a boa gestão como inclusiva e participativa. Porém, a ausência de antigos moradores no Conselho Gestor da APA ainda é um problema, mesmo que eventos sejam realizados para integrar esse público na gestão.

Em relação à percepção dos moradores antigos, a primeira questão a ser enfatizada para focar no desenvolvimento local, diz respeito ao motivo de morar em SFX. Se por um lado, novos moradores mudaram-se em busca de qualidade de vida e lazer, os moradores antigos mudaram-se por questões familiares, muitos em busca de uma vida mais econômica perto da família. Ou seja, a família sendo nativa de SFX, herdeira de posses de ancestrais, tinha uma qualidade de vida ligada à segurança alimentar e ao direito à terra própria e também a sensação de pertencimento, uma topofilia e também a coesão social favorável. Muitos chegaram a migrar de SFX, porém retornaram devido à segurança, que sobrepuja-se às oportunidades de formação e trabalho na cidade grande, como São José dos Campos. Veja este exemplo no trecho a seguir:

“Entrevistador: Sabe porque mudaram para SFX?

Entrevistado: Situação difícil na época, aí mãe precisou voltar pra São Francisco

Entrevistador: A situação era mais fácil pra vocês em SFX. Por que?

Entrevistado: Aqui minha mãe tinha família dela
que ajudou ela”.

Este dado ilustra o menor poder aquisitivo dos moradores antigos, que são oriundos de famílias locais, e juntamente com análise da renda média individual e familiar advindas das entrevistas, pode-se afirmar que os moradores antigos são mais vulneráveis financeiramente que os moradores novos, que declararam renda de 3 a 20 vezes maior que a média dos antigos, sendo em média 5 vezes maior. A questão da diferença de renda média mensal, reflete-se na percepção ambiental através de alusões e afirmações explícitas sobre o conflito territorial entre ricos e pobres, ou seja, novos e antigos moradores.

A divisão do espaço social entre estes grupos é clara e percebida por ambos os grupos como sendo um importante fator que influencia o bem-estar dos moradores. A fonte do conflito territorial também está relacionada com a aplicação de leis ambientais, com a injustiça ambiental, com a gentrificação e com a turistificação motivada pelos atributos ambientais. Veja no seguinte trecho, um exemplo dessa percepção no discurso de um morador antigo, discorrendo sobre a discrepância citada acima:

“Entrevistador O que você acha que deve ser feito para que SFX seja melhor?
Quem deve fazer?

Entrevistado: Não só aqui, mas em todos os lugares, temos que pensar em todos igualmente independente de religião, formação ou etc

Entrevistador: Sempre fazer algo que me ajude, mas que também eu não prejudique meu próximo

Entrevistado: Cidade turística, infelizmente, nós, os pequenos que não tem poder aquisitivo só pega o rastoio vamos dizer assim

Entrevistador: Empatia com a comunidade, de morador pra morador. Foi isso que o senhor quis dizer?

Entrevistado? Sim morador pra morador aqui tem muitos. Eu falo é quem tem muito dinheiro que rege tudo aqui com os grandes”

Vemos neste curto trecho seguinte a mesma ideia:

“Entrevistador: O que fazer para melhorar SFX?

Entrevistado: Mais respeito, de dentro e de fora. Mas principalmente de fora”

Nota-se que no discurso dos antigos, aparecem formações discursivas que relatam a união dentro deste grupo, com ajuda mútua entre os moradores, em relações de compadrio e apadrinhamento. Esta característica cultural, é uma característica herdada dos modos de vida caipira, que surgiu do contato com índios e jesuítas ainda na formação histórica do distrito (Cândido, 2001). No primeiro trecho citado, o morador afirma que entre eles há bastante coesão. É interessante notar que ele exclui os novos moradores do grupo dos moradores de fato do distrito. Pois refere-se aos moradores, como sendo os pequenos, sendo que estes têm empatia e ajudam uns aos outros, diferentemente dos “grandes”, donos de pousadas e restaurantes, migrantes ou forasteiros, que não estão inclusos no termo “morador” que está dentro da dinâmica de “morador para morador”.

Ou seja os forasteiros, segundo esta percepção, estão de fora da dinâmica de compadrio, apadrinhamento e ajuda mútua dos moradores “locais” ou antigos (Cândido, 2001). Isto ocorre pois ambos os grupos estabelecem relações diferentes com o meio e com o outro, de forma que os antigos moradores mantêm sua coesão grupal por meio de tradições, festejos e espiritualidade. Enquanto os novos moradores têm outras motivações e desejos, calcados na modernização do espaço em vez de valorizarem os “compadrios” conforme é feito pelos antigos. Assim, não há um entrosamento entre os grupos, mas sim uma forma de colaboração onde cada um exerce seu papel, mesmo que estes não sejam justos ou alinhados à conservação colaborativa.

Neste outro trecho, podemos novamente notar como a situação atual do distrito, junto com a desigualdade social, é percebida pelos moradores antigos como algo que impõe a este grupo um modo de vida ligado ao atendimento da dinâmica financeira imposta pelo desenvolvimento econômico, relacionado ao turismo e aos serviços ecossistêmicos culturais que atraem novos moradores. O uso da palavra “aceitar” denota uma certa permissividade ou imposição sobre eles relacionada à uma adaptação nem sempre voluntária ou autodeterminada, que se relaciona às relações produtivas e à divisão do espaço social. A pergunta foi sobre a opinião sobre o desenvolvimento do

distrito.

Entrevistador: Você poderia citar aspectos bons e ruins (relacionados ao desenvolvimento do distrito)?

Entrevistado: Se queremos fazer parte do progresso, temos que aceitar essa abertura e isso só é bom financeiramente. Mas quando se olha para o lado ambiental, isso é ruim, pois a lei é desigual.

Entrevistador: Desigual em que sentido?

Entrevistado: ok, você tem seu sítio e quer fazê-lo produzir, mas pra isso é necessário usar a terra; já um conhecido nosso que possui uma pequena fortuna, uns 5 milhões, pra investir compra um sítio aqui e faz o que quer.

Há moradores com características de novos moradores, porém já ocupam o local há mais de vinte anos, persistindo a sensação de serem forasteiros, mesmo após anos de moradia em SFX. Na realidade são de tribos diferentes dos locais, havendo algum hibridismo de menor monta. Porém estes moradores possuem maior conhecimento e integração com os locais, e estão muitas vezes envolvidos em atividades beneficentes ou solidárias, como o próprio conselho da APA, a ONG de animais domésticos, a Biblioteca Solidária, as escolas e a Fundação Cassiano, que é uma Fundação sociocultural que desenvolve vários trabalhos de cunho educativo e de sensibilização ambiental no distrito.

A feira que ocorre na praça aos finais de semana, reúne uma boa quantidade de artesãos e agricultores locais, tanto novos, mas principalmente os antigos. É possível também observar a cultura local, como a feitura da paçoca salgada, com carne seca e farinha, batida nos pilões de madeira, o turista pode degustar no próprio local. Há venda de mudas e plantas ornamentais, mágicas, medicinais e comestíveis cultivadas pelos próprios moradores. Há também um stand de instrumentos musicais fabricados pelo próprio feirante. A feira recebe a ajuda de organizações locais, como a ORBE, e do conselho da APA.

Este tipo de desenvolvimento e organização produtiva social, lembra a época dos mutirões caipiras (2001), onde todos faziam juntos e é extremamente benéfica para moldar um tipo de desenvolvimento desejável, com mais coesão social e sustentabilidade e já é realidade na APA SFX há muitos anos. Isso mostra a forte capacidade do sistema socioecológico local, sendo resiliente às ameaças de conflitos que ressaltamos nessa

tese, a partir de um auto ajustamento ecológico no local, preservando e evoluindo o lugar de acordo com as aptidões dos moradores. Essa forma de integração, com a colaboração dos moradores em associações, conselhos e cooperativas é desejável, porém é preciso desconstruir os silenciamentos que ocorrem para manter esta aparente harmonia.

Na próxima seção, analisamos o meio ambiente de forma ampla, trazendo conceituações e problemáticas importantes para o manejo por meio da Gestão Ambiental. Assim, vamos a esta proxima parte da leitura.

4.3 Meio ambiente

A partir do viés da sociologia ambiental, o meio ambiente é uma construção social, que pode ser atrelado ao sentimento de pertencimento ao território, incluindo o ponto de vista dos conflitos socioambientais vividos no lugar. O meio ambiente pode também referir-se aos elementos ecológicos e à saúde ambiental, sem deixar de incluir aspectos políticos e sociais que alteram as condições ecológicas, causando a compreensão do meio ambiente enquanto constructo híbrido entre conservação de bens naturais e status quo do espaço social (Leff, 2001; Martinez-Alier, 2007; Beck, 2010). Assim, nesta seção, buscamos discutir brevemente os aspectos centrais da percepção sobre o meio ambiente, entendido em sua complexidade, comprometendo fatores biológicos e sociais.

A historicidade, está fortemente relacionada ao constructo social de meio ambiente, e nesta tese, pode ser abordada a partir da análise da conjuntura socioambiental do momento histórico mundial atual, relacionada ao crescente debate sobre as políticas ambientais internacionais, com a existência de tratados, normas e preceitos ambientais e socioambientais relacionados à emergência climática e ao combate à pobreza extrema, dentre os outros Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS). De forma aliada à gestão ambiental, está a distribuição de recursos, numa perspectiva que se conecta à justiça ambiental.

Encontramo-nos num momento histórico, em que a sustentabilidade é colocada como valor social a partir de uma ética biocêntrica, baseado na boa gestão econômica e socioambiental, conectando-se à elevados preceitos morais. Estamos, toda a humanidade, atrelados ao conceito moderno da sustentabilidade, apesar de que muitas vezes o real significado dela, seja transformado em atitudes anti- sustentáveis (Leff, 2001).

Vale nos questionar se a sustentabilidade está sendo devidamente relacionada à qualidade de vida, sendo importante a adoção de ações que construam bem-estar e coesão social, de modo associado à conservação dos bens ambientais.

Outro aspecto relacionado ao meio ambiente, à historicidade e ao imaginário diz respeito a como os discursos relacionados à capacidade e à “missão” dos novos moradores de promoverem o desenvolvimento sustentável no local, contrasta-se com uma aversão dos antigos moradores, culminando em um conflito socioambiental territorial, que determina uma cisão espacial, discursiva e social entre os dois grupos, havendo, embates realizados e não realizados claramente descritos nas entrevistas. Por outro lado, moradores antigos sentem-se beneficiados pela chegada dos novos moradores, devido ao acesso à itens modernos e financeiros, mas também sentem-se desterritorializados, com fratura do espaço social original e em busca de uma reterritorialização no próprio local, a partir do momento que a tradição local é, por vezes, instrumentalizada, dentro do novo “script” conservacionista que subvaloriza a capacidade de adaptação e de autodeterminação destes povos.

De certa forma, a tradicionalidade é vista como algo estático pelos novos moradores, e a interferência positiva, trazendo consciência ambiental, seja necessária à evolução dos moradores antigos, pois, sob uma visão romantizada do caipira, eles parecem ingênuos, como se precisassem ser salvos e protegidos, tanto da autodestruição, quanto de outros interessados “de fora”, mas nunca eles mesmos, os novos moradores, são uma ameaça aos moradores antigos. Por outro lado, antigos moradores têm se estabilizado em empregos de bons ganhos, como caseiros de casa de veraneio, trabalhadores de pousadas, restaurantes e vêm resistindo à sua maneira, mantendo hábitos e cultivando a cultura agrícola, e mantendo, inclusive alguns hábitos prejudiciais ao meio ambiente como queimadas ou caça, mantendo a narrativa de resistência através de afirmações como: “eu sempre fiz assim”.

A partir da metodologia de acréscimo de informantes, conhecida como bola de neve (presencial e virtual) e da observação in loco, identificou-se que os moradores antigos são todos cristãos, católicos ou evangélicos, enquanto que entre os novos moradores, há representantes de variadas religiões, como espiritismo, umbanda, espiritualistas sem religião, esotéricos, agnósticos e ateus. A pluralidade religiosa trazida pelos novos moradores também tende a ser um ponto de conflito e tem relação com a identidade que

cada grupo social constrói. Nota-se que os novos moradores são distintos dos antigos moradores em importantes elementos da vida social com distintas visões de mundo, que perpassam a religiosidade. E a religiosidade tem influência tanto da historicidade quanto do imaginário.

Tuan (1980) descreve como a cosmologia perpassa a percepção e a religiosidade em povos de diferentes temporalidades e como elas se relacionam à aspectos cognitivos do ser humano. Por exemplo, como certas cores são associadas a sentimentos ou elementos naturais a partir de explicações de bom, ruim ou certo e errado. Esse julgamento é inconsciente e se dá, basicamente, de forma simbólica e anterior à racionalização analítica. Assim sendo, podemos inferir que as diferentes percepções ambientais dos grupos são amplamente influenciados por questões de religiosidade, que influencia na visão de mundo e consequentemente, se reflete no território.

Nas entrevistas, a questão da religiosidade e da discrepância simbólica nas visões de mundo entre moradores novos e antigos aparecem nos discursos de ambos os grupos. Entre os novos moradores, foram selecionados trechos das entrevistas que demonstram um posicionamento cosmológico alicerçado em pensamentos esotéricos, com explicações baseadas em dinâmicas energéticas. Veja este trecho, por exemplo:

Então eu acho que é energético né (...) vão falar, já que nós tão falando, as coisas são energética a gente vai se reunindo, vai encontrando as pessoas que são afins e as coisas vão acontecendo né. Minha vida é assim né. Então assim, o fato de ter encontrado o Renato, ter encontrado você, tá participando dos tropeiros ali. Não é intencional, é uma coisa assim que você abre pra isso e isso tá acontecendo e você continua fazendo força naquela ideia agora, é isso que eu vejo. A solução pra mim é essa. (risos) né, e aí então, como cê vai lembrar a pessoa que ela pode isso né, essa mágica eu quero fazer (Entrevistado 21).

Percebe-se que na parte final do trecho, o entrevistado interpreta a realidade, a partir dos elementos de sua cosmovisão, e utilizando-se de sua função social a partir de sua ocupação principal, sendo a atração de pessoas corretas para parcerias inovadoras ou a capacidade de fomentar encontros com potencial de trazerem frutos positivos que solucionem conflitos socioambientais. Esta é uma posição sujeito ou posição discursiva encontrada em mais de um trecho entre as entrevistas dos moradores novos. O fato de

se sentirem capazes de terem o “poder” de resolver a situação e o “problema” do distrito, em termos de serem os promotores do desenvolvimento sustentável, dentro de uma perspectiva que define este como sendo o tipo de desenvolvimento desejável para SFX.

Esta posição também encontra ênfase nos discursos que fazem alusão à teoria da evolução, com bases no naturalismo, como sendo a reconexão do ser humano com a natureza a última solução para os problemas do homem moderno. Aqui é importante relatar que este pensamento tem origens no romantismo e na reconexão com a natureza como uma finalidade que combate a separação radicalizada pela modernidade entre sociedade e natureza. O movimento hippie dos anos 70 também é representado nas falas dos moradores novos, dentro de uma utopia relacionada à vida natural, sendo este dogma bastante dentro do movimento dos “novos rurais”, dentre os quais se incluem muitos moradores novos. Neste movimento aprecia-se o orgânico, o sustentável, o natural e o minimalismo, em contraposição à interpretações modernistas e exageradas dos modos de vida.

Nesse sentido, os novos moradores, muitas vezes se posicionam como “arautos do meio ambiente”, ou são denominados dessa forma, como especialistas no assunto, que detêm os conhecimentos e a filosofia correta para o desenvolvimento sustentável almejado para o local. Dessa forma também assume-se que este desenvolvimento é o que todos querem, muitas vezes numa projeção ingênua da sustentabilidade, despregada do modo de fazer e de viver que são originais do local, conforme veremos mais adiante.

Ainda assim, as CTs são vistas como povos primitivos e menos evoluídos pelos novos moradores. No trecho de entrevista mostrado a seguir, nota-se a alusão ao novo morador como motor da conscientização ambiental, capaz de reconectar o “elo perdido” entre homem e meio ambiente a partir da sua estadia em SFX. Trata-se na visão deles, portanto, de uma missão espiritual que o novo morador assume perante o sistema socioecológico: o salvador.

Eu sinto que o meu papel em São Francisco é ser uma ponte entre o homem e a natureza. (*) O elo perdido, levar ele para se encontrar dentro da natureza. No momento que o turista vem fazer uma trilha, um cara que tá num escritório na Avenida Paulista, quanto mais difícil é a trilha mais quebra aquela barreira material que ele vem e com isso ele vai se abrindo para o verdadeiro eu natural dele, aquela pessoa que ele nasceu mas foi educado para ser outra. Então é um resgate

de um ser humano verdadeiro, e o ser humano verdadeiro é um ser humano sustentável (Entrevistado 12).

Ao mesmo tempo, o novo morador dá sentido a sua existência, assujeitando-se como “ambientalista”, à medida que opta por viver em SFX, na busca de realizar seu propósito de vida ou sua “missão”, enquanto ideologicamente se alinha à filosofias naturalistas, com influência do grande discurso midiático em prol da sustentabilidade e devido à consequências de superestimulação advindos da modernidade, com base na busca por um “paraíso na terra”, onde há natureza e paz social. Veja o seguinte trecho:

“eu não... não compactuo com toda aquela ideia de que as coisas “devem ficar como estão, isso é o desenvolvimento, crescimento populacional, a movimentação de pessoas no planeta Terra, ninguém para a gente tem os diferentes movimentos, mas o fato de que nós somos seres humanos vamos populando, fazendo, né? Aumentando número de população e a gente se movimenta de acordo com os interesses, as necessidades, a gente vai que nem rebanho, vai pra lá, vai pra cá, então isso... agora essa movimentação é... ela segue algumas ideias, deve a Segunda Guerra Mundial, a pessoa saiu da Europa fugindo da Segunda Guerra Mundial. São Francisco Xavier, o pessoal tá fugindo dos grandes centros urbanos, eles têm o direito de fugir dos grandes centros urbanos também, né? Então assim eu... vejo isso, que é bacana que é positivo, porque vem com uma ideia ainda “eu vou fugir do grande centro urbano porque eu quero ter qualidade de vida, eu quero fazer pão de fermentação natural, mas eu quero respirar o ar da mata”, ponto, você entendeu?” (Entrevistado 18)

Ou ainda as narrativas religiosas sobre a criação da vida e sobre o que é ou não aceito pelos dogmas espirituais, afeta a forma de interpretação dos acontecimentos materiais, além de ser definidor das condutas humanas. Veja este outro exemplo:

“(...) não é festa dos católicos, mas assim, é bacana, é muito bacana ver essas coisas ainda vivas, aqui, eu torço muito para que eles mantenham, porque acrescenta charme, acrescenta identidade. Isso é uma coisa também que aqui em SFX é muito interessante da gente perceber, existe a APA, existe uma comunidade pequena local, mas essa comunidade tem orgulho de São Francisco, tem até raiva dos que chegam, que é o chato, assim raiva é maneira de falar, né, tem aquela resistência para quem chegam e eles fazem questão de manter a

cultura da roça e hoje muitos deles estão vivendo, hoje estão desenvolvendo atividades econômicas, vendendo isso, exatamente a cultura da roça, eu acho isso fantástico, porque esse é o caminho” (Entrevistado 18)

Neste último trecho dessa seção, observa-se a forma como a cultura caipira é romantizada, com elementos que reforçam a teoria de instrumentalização dos antigos moradores como um atrativo turístico, dentro de um viés de sustentabilidade que enfatiza a diferença entre os grupos, tornando o fluir e trocar de experiências menos possível, dadas as diferenças intrínsecas da visão de mundo. As diferenças entre moradores novos e antigos, descritas anteriormente, reforçam o funcionamento de como esses discursos foram engendrados a partir da memória discursiva e do imaginário. O imaginário encontrado nos discursos em circulação entre os novos moradores diz respeito à uma função social e uma missão ambiental de sua estadia no distrito e uma aparente evolução, vinda de seus próprios valores mais desenvolvidos que os dos locais. Sobre o status do meio ambiente percebido, este aspecto simbólico é importante para compreender o conflito ambiental territorial conforme se propõe esta tese.

Todavia, é muito positivo que os novos moradores tragam este discurso da sustentabilidade e tentem aplicar em suas vidas, pois somente com esta atitude, motivada pelos valores humanos, será possível obter uma melhora no status quo socioambiental. Sem esta força trazida pela filosofia dos novos moradores, SFX seria outro distrito muito diferente do atual. A tendência é que esta consciência sustentável traga benefícios ao médio e longo prazo, principalmente se amenizarem os conflitos aqui descritos, por meio de ações e projetos socioambientais.

Já os antigos moradores tem o imaginário marcado pela reterritorialização. Há fortes relatos dos moradores que caracteriza essa cisão espacial e simbólica dentro do distrito. A forma como essa cisão opera no território será analisada e descrita ao longo da tese, pois além do quesito relacionado ao desenvolvimento, existem outras facetas da desterritorialização que se complementam, como a ocorrência de gentrificação e de turistificação. Tais conflitos se relacionam aos outros temas centrais que analisamos a seguir, como a UC e o turismo da forma com que ele vem sendo implementado ao longo dos anos.

4.4 A APA

Em relação a APA- SFX, os novos moradores possuem a percepção sobre o meio ambiente atrelada à existência da APA, sendo conspícuos os motivos pelo quais se mudaram para ocupar o distrito, sendo os serviços ecossistêmicos culturais, incluindo a recreação e a inspiração advinda da observação e proximidade com natureza, principalmente. Já na APA, os novos moradores (não todos) adotaram a posição de salvadores, que dota-lhes de uma capacidade maior, imaginada, de “pensar” e promover o desenvolvimento sustentável do local. Os novos moradores se sentem profundamente representados pela UC, tanto em termos normativos quanto em alinhamento ideológico com a atual gestão. Dessa forma, o conflito relacionado à aplicação de multas iguais para pessoas de classes sociais diferentes e sobre a priorização de pessoas com alto poder aquisitivo na aplicação de leis ambientais, é tratado como um problemas “deles”, ou seja, dos antigos moradores.

Já os antigos moradores apresentam, em seus discursos que são gratos à movimentação financeira aumentada com a chegada dos novos moradores. De maneira oposta, declaram o incômodo pela perda do espaço social que antes ocupavam, os quais hoje são motivos de disputas que atrapalham a coesão social no local, mas que ao mesmo tempo representam um ajustamento local auto determinado. Ou seja, a própria comunidade híbrida se ajustou, gerando uma forma resiliente de coexistência e colaboração, com os antigos mantendo-se como contratados dos novos moradores. Dessa forma, nota-se que a comunidade se se reterritorializou em um novo espaço social, com o advento do turismo e dos moradores novos de alta renda. Conforme cita Ostrom (1990), muitas vezes num conflito socioambiental, a própria comunidade se auto-organiza para delimitar zonas protegidas, os códigos linguísticos são usados para manter a segurança da comunidade e salvaguardá-los de possíveis ameaças estrangeiras. Assim, são mais eficientes do que as leis ou de quaisquer outros instrumentos de gestão implantados por governos ou assistências desenvolvimentistas pontuais.

Associado a este fato, a opacidade da língua acaba por aumentar a coesão social dos grupos. Os duplos-sentidos, e aspectos languageiros são utilizados e provocam a exclusão do migrante do território linguístico, num primeiro momento, e espacial num segundo momento, pois a barreira linguística é capaz de fomentar a migração, de forma

tão eficiente quanto uma legislação poderia ter. A barreira linguística pode vir a forçar ou promover a migração e/ou reterritorialização em outros espaços, mesmo que dentro do mesmo distrito. O migrante pode também adaptar-se à cultura local, sendo acolhido e se tornando apto para contribuir com o território.

Outra questão relativa ao desenvolvimento e à historicidade, mas que afeta diretamente a gestão da APA, diz respeito à dicotomia modernidade *versus* tradição. Em SFX, tal dualidade aparece de forma implícita nas comparações entre hábitos e crenças de moradores antigos e novos. Nesse caso a historicidade parece ter dado forma a uma dinâmica de exaltação/subjugação dos valores do outro grupo. Por exemplo, em relação a percepção dos novos em relação aos antigos moradores, a dinâmica se realiza com uma perspectiva romântica, em um viés de vida bucólica e valores caipiras ligados à vida no campo, que por um lado, valoriza a naturalidade e a tradicionalidade atrelada ao saber-fazer da cultura caipira, e por outro desvaloriza a cultura local, tratando-a como ingênua, ultrapassada e despreparada. Esta passagem em especial ilustra este processo, construído a partir da pergunta sobre se o entrevistado achava o desenvolvimento do distrito algo positivo ou negativo:

Um pouco na parte comercial sim, é negativo, e ela quer fazer feirinha de produtor, coisas rurais, isso é meio furado, as coisas são mais modernas, o cara quer fazer gin, pinga. Essa coisa careta da feirinha, da vaquinha, do queijinho. Os caras só pensam nisso, pensar em gin é muito moderno. E tivemos esse contra-termo, o XXX tinha um lugar lindo, queria fazer um gin, os caras não deixaram. Não em comum acordo, não só a APA, mas a secretaria (Entrevistado 24)

Neste trecho, nota-se que a cultura caipira “da vaquinha, do queijinho” é vista como ultrapassada e pouco próspera, numa intenção de modernizar o espaço social da APA a partir da comercialização de itens modernos e despregados das raízes locais, o gin. Nesta seção vamos explorar a dualidade entre moderno e tradicional, observe que o uso da palavra “careta” e “furado” para descrever as coisas rurais no trecho acima, como a feirinha do produtor, denota uma perspectiva de tradicional como ultrapassado, demodê ou improdutivo. No trecho acima, o “gin” pode ser interpretado como uma metáfora para as novidades modernas, ou desassociadas da cultura tropeira local, e é colocado como novo, inovador, transformador em um sentido positivo, a partir do momento que aproxima

SFX de um ideal monetizado e desenvolvido.

Essa utopia socioambiental, de uma APA habitada por pessoas de diferentes origens, com alto poder aquisitivo e bagagem educacional, empreendimentos inovadores, que causam uma ruptura na experiência do turista, está presente no imaginário dos novos moradores. O tradicional é entendido como promissor, agregando não somente o aspecto bucólico e rural, que nesse caso aparece de forma parcialmente domesticada. Há também a inserção de um viés “descolado”, ou seja, tanto despregado da realidade imediata, causando uma sensação de distopia onde há extremos convivendo em harmonia, quanto despregado da cultura local, que nesse caso, acaba por ser desterritorializada e reterritorializada em um espaço social menor que o original.

O seguinte trecho, mostra o discurso de um morador novo, que discorre sobre a desterritorialização/reterritorialização que vêm ocorrendo em SFX com o desenvolvimento.

Positivo, não tem como crescer sem isso. Isso é só o caminho, o caminho é esse. Porque aqui é passagem né, a região é isso aqui. Tem mel de qualidade, queijo de qualidade, esse queijo do Neo é bacana, do Gin é bacana, do mel. As pessoas pensam vamos lá que é legal. Vai ter que depender da criatividade e o pessoal bacana tá indo embora né, porque os filhos dos caras da geração antiga tão indo embora. Hoje a profissão bacana aqui é ser caseiro, porque esses custos de caseiro são só pra esses ricões mesmo, a mão de obra aqui é cara. Você tem noção do quanto custa uma casa de bacana por mês hoje aqui? (Entrevistado 24).

No discurso do entrevistado, os “ricões” ou novos moradores, tem imposto uma nova dinâmica laboral aos moradores antigos. Que por um lado, abandonam antigas ocupações, ligadas ao uso da terra, e passam a atender ao mercado turístico e de segunda residência. Muitos migram, em busca de outros modos de vida, vendendo as terras por altos valores para os novos moradores e empreendedores, com ocasionamento de especulação imobiliária no local. Nota-se também que os pontos positivos citados como sendo atrativos do local, não são produtos tradicionais.

Do ponto de vista da percepção social, o que é tradicional pode ser equiparado a representações ligadas ao que é primitivo, atrasado, ultrapassado ou ainda selvagem e não- civilizado, principalmente se for colocado em contraposição ao moderno, que seria

representado pelo significado de contemporâneo, desejável, superior, civilizado.

Outra dualidade possível é o tradicional visto como artesanal, orgânico, natural ou ainda lugar de descanso para a vida moderna e solução para os problemas contemporâneos em contraposição ao moderno como artificial, sufocante, excesso de realidade, instável, falta de conexão com as origens. Talvez tais conexões aconteçam, pois, segundo Tuan (1980), as sociedades tendem a organizar os fenômenos observados em pares opostos. A reconexão com a natureza e os VCN, conforme posto anteriormente, podem diminuir a distância entre o tradicional e o moderno, combatendo uma visão radicalizada e, ao mesmo tempo, atuando na construção conjunta de uma realidade híbrida.

Entre os dois grupos de moradores é conspícuo o discurso que reconhece a função da APA como muito positiva, ou seja, os moradores aprovam a ação da APA na defesa e controle do meio ambiente. Várias falas elogiaram a atual gestão, tanto em termos de proteção ambiental como também de boa liderança perante a sociedade. Dessa forma, não houveram críticas agressivas sobre a gestão da UC. No geral os moradores reconhecem a importância e o relativo sucesso das iniciativas de gestão, e nem os antigos nem os novos moradores não se sentem excluídos perante a gestão do meio ambiente e dos recursos naturais devido a ações da APA. De modo geral este tipo de crítica só aparece quando relacionado ao conflito socioambiental entre os grupos de moradores.

Neste caso, outra utopia socioambiental é identificada no imaginário sobre o distrito. A ideia de que a APA é o local para usufruir de uma vida mais desprendida da lógica utilitária da natureza, no qual a principal motivação do ser é reconectar-se com o natural. Esta perspectiva denota um viés simbólico ligado ao esoterismo e ao movimento citado anteriormente dos “novos rurais”, que se coadunam com o modo de vida rural, porém com uma roupagem moderna, que atribui o adjetivo “novos” ao termo. Logo existem duas utopias, ou formações imaginárias, ligadas à vocação socioambiental da área em circulação nos discursos dos novos moradores. As utopias também se interconectam, sendo a primeira um extremo da segunda.

A diferença entre as percepções gera as bases do conflito territorial explorado nesta tese e lidar com estas questões simbólicas abertamente e de forma clara e objetiva junto à população pode ser uma ferramenta de esclarecimento e transformação com bases na Educação Ambiental. Veja, no seguinte recorte, a forma como a cisão do espaço

social é claramente visualizada pelos moradores, tendo sido este tema muito frequente nas demais entrevistas também:

(...) Hoje eu...é uma das coisas que também me incomodam aqui é...eu acho que existe uma cisão, uma separação entre as pessoas que moram aqui desde sempre e as pessoas que estão chegando, há sempre uma reclamação, meio que velada, a perda do espaço? A perda sabe? Eles sentem como se tivessem perdendo aquelas características que tinham né? A política tem que ser pra todos, não podem ser para um segmento nem pra outro. Eu acho que, mas eu vejo que a médio e longo prazo, com certeza essas pessoas que vem pra cá contribui muito. Por quê? Porque elas trazem uma mentalidade legal, elas trazem uma mentalidade da sustentabilidade, elas desejam, olha, eu soube em reuniões aí e vi fotografias de São Francisco antes e de São Francisco depois com relação a cobertura vegetal de São Francisco só aumenta, então a chegada de pessoas não está significando perda de cobertura vegetal. Ao contrário, está significando a recuperação dos pastos antigos da ocupação. Então eu acho isso fantástico. (Entrevistado 18).

O argumento de que a cobertura vegetal aumentou com a chegada dos novos moradores, é várias vezes repetido nas entrevistas para contextualizar os benefícios do desenvolvimento que vem se instaurando no local. Provavelmente os pastos de outrora foram substituídos por mata com a chegada dos novos moradores e o abandono da atividade produtiva tradicional.

Figura 11: Exemplo de morros ocupados por gado, à esquerda, e reflorestado com uma casa de veraneio



. Foto: Amanda Prado.

Ou seja, há nesse caso, um esvaziamento do debate social para o mérito do objetivo ambiental. A APA é tida como uma importante ferramenta de gestão ambiental, e nesse caso, a eficiência da gestão ambiental da APA é conectada mais a fatores ambientais. Na parte social, houveram alusões à boa forma de condução do Conselho Gestor junto aos moradores rurais, com realização de eventos nas áreas mais afastadas do centro do distrito. Veja também a alusão à arte como ferramenta de coesão e união local e a forma como isto se conecta à sustentabilidade ambiental, sendo que ações de lazer também se incluem, junto às iniciativas artísticas.

Existem algumas iniciativas que estão rolando, eu tô a pouco tempo aqui mas eu vejo alguma coisa, tenho participado é...(...) surgiu uma oportunidade de inscrever um edital para teatro, então a gente fez um...chama um outro cara que também já peça de teatro meio que pronta, que essa peça na verdade ela vai até os bairros mais remotos, resgata histórias das pessoas de lá que são essas histórias valiosas eles contratam um dramaturgo ele cria uma peça em cima disso e essa peça vai ser itinerante mostrando a história dos moradores de São Francisco é...com essa associação criada a gente vai conseguir é...bater de frente com a prefeitura pra ela...é...dar um apoio que precisa pra pessoa vir, porque hoje é muito independente, a feira acontece pelo ...pela iniciativa e pela vontade própria de quem tá participando e cada vez mais as pessoas não estão participando da feira por conta disso, existe esse movimento da associação e essa associação é uma maneira de bater na porta e falar: “ olha, você pode ter vantagem, eu vou ensinar você a cultivar os seus produtos melhor, pra você conseguir alcançar um número maior de pessoas e com isso ganha visibilidade de quem produz e tá lá na roça e não sabe qual o próprio produto” (Entrevistado 06).

É interessante notar como um movimento de pessoas da cidade está planejando formas de dar assistência ao desenvolvimento sustentável no local. A dificuldade do tipo de iniciativa vêm da própria adesão de moradores de ambos os grupos passarem a frequentar lugares híbridos, em vez de continuarem isolados.

4.5 Turismo

O turismo em São Francisco Xavier, distrito de São José dos Campos, São Paulo,

desempenha um papel crucial na valorização do patrimônio natural e cultural da região. Conhecido por suas paisagens deslumbrantes, montanhas e clima ameno, o distrito atrai visitantes em busca de tranquilidade e contato com a natureza. Além de promover a economia local, o turismo estimula a preservação do meio ambiente e incentiva a valorização das tradições locais, como a gastronomia típica e o artesanato. Com uma infraestrutura crescente e uma variedade de atividades, desde trilhas até festivais culturais, São Francisco Xavier se destaca como um destino que une sustentabilidade e desenvolvimento, beneficiando tanto os visitantes quanto a comunidade local

Porém, o seguinte trecho,

Com o turismo veio para cá para, pra você ver, pessoas que vieram para cá oferecer um turismo e acabou meio que se perdendo a identidade, não é um lugar por exemplo que se você vai para um lugar em Minas, que você sabe que você vai tomar um café com doce de leite, que o café é da região e que o doce de leite é produzido por uma pessoa lá é... as coisas daqui não tem uma identidade talvez por conta dessa imigração que rolou para cá, e a identidade é uma coisa que a gente estava conversando com... eu tava conversando com... uma outra pessoa que você entrevistou um pouco antes, a gente tava conversando sobre isso agora é... as pessoas que têm talento, que fazem alguma coisa manual, elas não estão aqui, elas estão espalhadas nos bairros longes estão no Guirra, eles estão na Graminha, eles estão sei lá em outros bairros separados e eles não vem para cá, quem vem a São Francisco conhece aqui eu o que a galera que veio de fora está oferecendo, os valores tradicionais da terra estão escondidas nos lugares e não há esse acesso, existe uma falha nesse ponto (Entrevistado 3).

(...) mostra a menção ao afastamento, dentro do espaço social interno do distrito, entre moradores novos e os antigos, que, segundo essa perspectiva, carregam maior “carga cultural local”. Estes por sua vez, são tido como “inertes” ou “não-envolvidos” com a nova perspectiva de desenvolvimento turístico em curso, caracterizando uma espécie de racismo ambiental em relação aos antigos moradores. Neste outro trecho, a seguir, observa-se que na percepção dos migrantes que se mudaram há mais de 20 anos, há uma visão mais realista dos modos de vida dos antigos, o turismo na verdade pouco influencia no dia a dia dos moradores com mais características “tradicionais”, sendo que estes são colocados como se estivessem à parte da dinâmica “evolutiva” turística do

distrito, morando em locais mais afastados.

SFX é uma cidade turística, tudo aqui gira em torno do turismo, salvo algumas exceções, principalmente aqueles que moram mais longe do centro. Para eles, parece que o turismo não afeta em nada suas vidas (Entrevistado 20).

Neste outro trecho, observe como o uso repetitivo do sufixo “inho”, no diminutivo, entra numa alusão da ingenuidade dos antigos moradores:

(...) da fala dos próprios caipiras mesmo, assim jovens, eles têm convivido com o pessoal da cidade, eles tem uma percepção melhor do, de que na cidade pode ser muito terrível quando ele for pra lá. Então, eles nem vão para a cidade. Eles ficam aqui e eles podem ficar porque eles tão bem remunerados, eles vão trabalhar pra esses turistas, de caseiro, de jardineiro, piscineiro, o que for né, adestrar animal e tal. E ainda consegue manter a galinha, eles conseguem plantar a mandioquinha, abóbora, feijão, o milho, o porquinho eles tem as duas coisas. Então foi legal, ne. Não é mais aquela economiade agricultura de subsistência que eles tinham, então eles relaxam ne, mas eles ainda não têm porque é importante pra eles tá, eles querem ter aquela caminha melhor (Entrevistado 24).

Veja novamente neste trecho, como em certos lugares, os moradores antigos se tornam “reféns” da dinâmica turística, que se relaciona à migração de novos moradores para o local.

Acho que o desenvolvimento é bom, já que vivemos do turismo. Precisamos do turismo ou nossa vida pára, estou sentindo na pele (Entrevistado 15).

Por outro lado, entre os moradores que revelaram ser ruim o desenvolvimento do local, há justificativas relacionadas à gentrificação. O termo usado é: “eles querem transformar SFX em cidade grande” (São Paulo).

Acho o desenvolvimento ruim, pois as pessoas estão modificando o lugar, querem trazer São Paulo pra cá.

A gentrificação ocasionada pela migração de novos moradores e turistas, está relacionada à visão de modernidade, progresso e desenvolvimento econômico de ambos os grupos, que se difere no sentido de que novos moradores veem a dinâmica mais como positiva, desejável, evolução, desafio e missão; por outro lado moradores antigos veem a dinâmica do desenvolvimento dentro do termo “aceitar”, ou imposição, oportunidade de sobrevivência, adequação necessária, inevitável. Estes termos fazem referência à dinâmica top-down dos processos de gestão do espaço territorial e ao choque de visões simbólicas dentro do espaço físico e social.

É como se novos e antigos habitassem “lugares” distintos dentro do espaço compartilhado do distrito. Todavia, ambos podem ser vistos como o paraíso na terra, dentro das diferentes visões simbólicas explicitadas no início desta seção. Se por um lado novos moradores habitam um paraíso esotérico, relacionada ao contato do homem com a natureza, num sentido energético de reconexão do ser humano com suas raízes e à sua própria natureza, tendo no contato com as montanhas e a floresta, uma fuga da falta de sentido da vida urbana e do sufocamento da modernidade; por outro lado, estes mesmos novos moradores, impregnados da lógica progressista das sociedades modernas, carregam consigo uma visão de inovação ligada à ruptura e remodelagem do tradicional, sob uma roupagem ligada às novas ruralidades.

Moradores antigos, por outro lado, habitam o paraíso comunal, ou um paraíso no qual há pertencimento a partir do momento que são terras herdadas e ainda há muitos traços de compadrio e padrinhamento entre eles. O progresso é visto como algo perigoso e que traz transformações ligadas à especulação imobiliária e à consequente desterritorialização/reterritorialização dos moradores antigos, conforme explicitado nos trechos a seguir:

Eu cito sempre o exemplo de Sr. Sebastião Rosa que uma vez falou, é meu filho, fui fazer entrevista com eles., ele disse assim: O turismo é bom, trás emprego pro povo aqui. Mas vem gente com muito dinheiro. E onde tem dinheiro o ladrão vem (Entrevistado 19).

Então teve um aumento, um certo aumento da marginalidade, né? Por um lado preservou, mas por outro, é muita gente captando água de forma não muito adequada, que tem vazamento de mangueira pelo caminho, se perdendo água de

nascente...a concentração populacional aumentou um pouco, ne, mas também não acredito que seja nada ruim. Mas assim, inflacionou demais o preço de terrenos, ne? Hoje em dia se uma pessoa que não tenha muita condição, não tem uma área assim que sobrou para a população local conseguir comprar e de repente viver no lugar...Pode haver um complicador nesse sentido. Eu acho que tinha que haver um meio termo, encontrar uma alternativa para ter a população local, até os que trabalham ne, para segunda residência, para que trabalhe no comércio, para outro...também precisa sobreviver precisa ter sua casa, ne. E não as casas precárias, de meio lote, muito pequenas e urbanizadas, né? Eu acho que tinha que haver um plano de residência para as pessoas que não têm condição de bancar (Entrevistado 02).

No trecho seguinte, o entrevistado revela como a chegada de novos moradores e dos novos empreendimentos é vista como motor de degradação ambiental, na visão dos moradores antigos. Nota-se que o uso do pronome “você”, ilustra a cisão entre “eles” e “nós”, que está no imaginário dos moradores antigos. Nesta cisão, os moradores novos são aqueles que empregam e aqueles que podem transformar o ambiente para seu usufruto, enquanto os antigos não têm o mesmo impacto sobre a natureza, ou ainda não têm autorização para usufruir do meio ambiente do mesmo modo que os antigos, por partes dos órgãos ambientais gestores e normativos.

Entrevistador: Você observa alguma degradação ambiental em SFX? Quais?

Entrevistado: Sim, cada nova residência que é feita na serra onde vocês adoram caminhar demanda uma grande movimentação de terra, um grande volume de água que será usada pra sempre, produção de lixo de toda espécie.

Por outro lado, a dinâmica de especulação imobiliária no local também mostra-se como alternativa com aspectos positivos para os moradores locais, que têm acesso a monetização através da venda, trazendo também opções de escolha de novos modos de vida, desta vez menos conectados ao “saber-fazer” artesanal, e mais ligados à praticidade e segurança da vida urbana moderna.

Outro efeito que ocorre concomitante à turistificação e gentrificação é a mercantilização, ocorre quando as tradições das comunidades locais se tornam um atrativo pago. Em SFX percebemos tentativas neste intuito, com os moradores e seus

modos de vida sendo vendidos como produtos. Há de estar atento em ações top down tentando mercantilizar os saberes tradicionais de comunidades locais. Segundo Saraiva (2009) ações erradas neste âmbito pode levar a uma crise de significados que desterritorializa o morador e enfraquece seus laços com a comunidade.

Um outro efeito é a demonstração, que ocorre, segundo Saraiva (2009), quando os moradores começam a copiar os hábitos e cultura dos turistas, em detrimento ao estilo de vida local. E ainda outro é a negociação cultural, que caracteriza a resistência sobre um valor cultural ou bem cultural, que deve ser vendido pelo morador ou turista, visto que a assimilação cultural não é algo passivo mas negociado e vendido (Saraiva, 2009). Todos três ocorrem simultaneamente ou isolados.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Como resultado do trabalho, reunimos as principais Formações Discursivas (FD) encontradas nos discursos da comunidade sobre os temas centrais, sempre levando em consideração os conceitos descritos no início da tese sendo: imaginário, memória, historicidade, território e identidade, como forma de selecionar os trechos mais significativos das entrevistas.

Apresentamos uma breve contextualização para cada uma das FD. Estas FD ilustram os pontos focais das principais percepções ambientais sobre o meio ambiente em SFX. Sua análise traz elementos importantes para o relacionamento com a comunidade, de forma a ampliar as compreensões sobre as prioridades da comunidade. O manejo deste cenário, virá da sua consideração quando da gestão ambiental territorial. O aprofundamento no entendimento das FD pode levar a uma maior participação e colaboração com o uso da percepção da comunidade sendo respeitada, valorizada e manejada para ampliar o bem-estar social e a conservação ambiental local. Assim serão apresentadas as principais percepções ambientais recorrentes no território.

5.1 O mito de origem: esquecimento sobre os indígenas

O imaginário desempenha um papel fundamental na construção dos mitos sobre a natureza, atuando como uma ponte entre o mundo tangível e as narrativas simbólicas que as sociedades criam para explicar fenômenos naturais. Maffesoli (2004) por exemplo, enfatiza a importância do imaginário na formação de comunidades e na expressão da identidade coletiva, argumentando que ele desempenha um papel central na vida social e na cultura contemporânea.

Logo, do imaginário, surgem os mitos que frequentemente personificam elementos naturais, atribuindo-lhes características humanas e divinas, o que permite uma compreensão mais íntima e emocional dos eventos naturais. Dessa forma, os mitos, criados a partir do imaginário, desempenham o papel de aproximar os seres humanos das divindades e do meio ambiente natural, sendo esse ambiente natural pode ser fruto, por exemplo, de um imaginário romântico que vê a natureza como algo perfeito, similar ao Éden.

Assim, um mito surge da necessidade intrínseca dos povos do mundo todo de criarem um relato da origem, da conformação e formação do céu e da terra e do bem e do mau. Da mesma forma são construídos mitos sobre cidades e regiões, como expressões identitárias de seus povos. Essa mitologia, cheia de simbologia, retrata e influencia a identidade local e mantém os grupos coesos. Em sua totalidade, o mito serve a alguma classe ou grupo de forma a manter tal coesão social. Assim, a identidade de um povo está fortemente arraigada à história de seu surgimento e formação (Freund, 2008).

Importante adicionar que, segundo Favele (2012), a estetização da natureza, junto com a visão romântica do meio natural, nos aproxima do que é sublime e pitoresco, sendo o sublime seria uma manifestação do máximo e do ilimitado, nos causando sentimentos de horror e/ou de deleite. Assim, a natureza nos faz sentir minúsculos e ao imaginar deuses, espíritos ou forças sobrenaturais que governam o sol, a chuva, as florestas e os oceanos, as culturas moldam suas percepções e interações com o meio ambiente e com Deus .

O autor Freund (2008), explica em seu livro a forma com que o mito está associado à arte e filosofia, ciência primitiva e história literal. Assim, os mitos são fontes válidas de conhecimento e de empoderamento de grupos ou comunidades, chegando às sociedades. Porém, quanto mais tribal a comunidade, maior é o peso do mito em sua conformação social. Acrescentamos que o imaginário não apenas enriquece o tecido cultural com histórias e crenças, mas também influencia atitudes e práticas ecológicas, destacando a interdependência entre humanidade e natureza. Além disso, nosso imaginário estetizado da natureza, promove uma preservação da natureza, em seu sentido desconectado do conservacionismo, no qual as paisagens e os valores humanos e naturais convivem (Favele, 2018).

Em SFX, o mito de origem está relacionado ao surgimento do distrito a partir dos tropeiros, que chegaram apenas em meados do século XIX e XX. Este mito está em consonância com a cultura dos habitantes nativos, que com traços remanescentes dos caipiras e dos tropeiros, mantém sua identidade conectada ao território, a partir da reprodução de hábitos como a criação de gado, as roças e o transporte à cavalo, por exemplo. Assim, nota-se uma forte sentimento de amor à terra entre os nativos, que reproduzem ainda a história dos tropeiros que se assentaram e fizeram aldeamentos na região.

Esta conformação diz respeito ao passado não tão distante da região. Basta compreender também que antes dos tropeiros chegarem, já existiam no local, povoados de indígenas com negros, catequizando-se através da ação dos jesuítas, conforme relata Ribeiro (1995) em seu célebre livro brasileiro, que conta sobre a formação de nosso povo. O autor relata a fuga dos indígenas da capital paulista, após muito guerrear, em busca de terras mais calmas no interior do estado. Estes indígenas ainda foram, posteriormente, catequizados pelos jesuítas junto com os negros, os mamelucos, os europeus e uma quantidade considerável de gente mestiça, cujo futuro transformaria no povo brasileiro, vindo dessa miscigenação destes troncos étnicos (Ribeiro, 1995). Júnior (1976) relata os pormenores do surgimento da região neste passado mais distante, conforme descrito, e constituem-se as principais obras que relatam o passado histórico mais remoto da região.

Este esquecimento da nossa origem indígena se dá em todo território nacional e se caracteriza por ter sido moldado ao longo da história do Brasil, desde 1500, quando os lusos “fundaram” o país registrando-o como uma descoberta portuguesa. Os milhões de indígenas que existiam aqui antes do descobrimento cultivavam uma vida cultural, com muita dança e música, e trabalhavam apenas o necessário, sendo que suas principais atividades eram as festas e as guerras (Ribeiro, 1995). A agricultura rudimentar que praticavam era suficiente para manter a tribo, sendo as mulheres designadas ao plantio colheita e preparo dos alimentos e os homens eram responsáveis por caçar, pescar e construir.

Ribeiro (1995), destaca a formação do nosso povo brasileiro vindo da miscigenação de três povos sendo: indígenas brasileiros das mais variadas etnias, europeus, incluindo portugueses, e negros africanos. Segundo o autor:

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação.

Todavia, o autor destaca que para que se mantivesse esta conformação, muito sangue foi derramado e muitas ações autoritaristas se impuseram diante dos indígenas e negros escravizados, sendo que para se manter essa igualdade, a diferença de classes passou a controlar os territórios e as forças sociais (Ribeiro, 1995). Assim, passou-se da escravidão para um trabalho “voluntário” assalariado, o que renegou gerações de mestiços ao trabalho exaustivo sob a égide dos coronéis, chefes, herdeiros e demais atores das classes mais abastadas. O Brasil pode até ser um povo só, mas é um povo que se divide em pontos extremos dentro das classes sociais, é um povo mantido por uma massa trabalhadora, com características fenotípicas de indígenas e escravizados, e uma minoria rica, de fenótipo mais europeu, tendo a classe média como os principais mantenedores do status quo, almejando a riqueza e negando a pobreza (Ribeiro, 1995), e assim negando também sua propriocepção ou seja, a percepção de si mesmo enquanto formado pela mestiçagem e escravidão.

5.2 A criação da UC e o paraíso na terra

Um outro viés, que pode ser inserido dentro dos aspectos relacionados à historicidade, é que a natureza conspícua do local, junto com a criação da APA, fez com que o distrito passasse a ser visto por moradores e turistas como um verdadeiro paraíso na terra, onde seria possível viver em paz e abundância, perto da natureza, e longe das dificuldades e da liquidez da modernidade, mais conspícua em cidades maiores. Existe, então uma espécie de retorno a natureza, incluindo o meio rural e o ambiente ambiental ecológico.

Essa interpretação toma como verdadeiras as percepções romantizadas do espaço natural e recebem a própria influência do romantismo enquanto movimento artístico cultural, por meio de obras que se cristalizaram em nosso imaginário, como o do índio Peri, o bom selvagem, ou o Guarani, com sua bravura e coragem. Mesmo nas religiões, há um reconhecimento de que a vida perto da natureza é mais bela e honrada, sendo possível louvar a Deus em todas as suas manifestações (Thomas, 2010).

Assim, a interpretação romântica perpassa também a romantização da vida no campo e do indígena, e a aversão à cidade criada após a Revolução Industrial, conforme conta Thomas (2010) em seu livro: “O Homem e o mundo natural”. O autor discorre sobre

as afetadas cidades européias após a revolução industrial, que acumulavam fuligem, vapores tóxicos e fumaça, poeira em demasia, sendo que a cidade passou a ser repulsiva, levando os milhares de moradores londrinos a buscarem refúgios em casas de campo, onde o ar era mais agradável, pelo menos nos fins de semana (Thomas, 2010).

Favele (2018) descreve também que a estetização da percepção da natureza, fruto do encantamento pelo natural após a Revolução Industrial, traz traços românticos em seu cerne, e surgiu dentro do preservacionismo da ciência ecológica que, na época, começou a se estabelecer mais massivamente nos Estados Unidos. Nessa época ocorreu a criação do Parque Nacional de Yellowstone, a primeira UC dos tempos modernos, desalojando várias tribos e indígenas locais.

Já no distrito de São Francisco Xavier também foi e está sendo tomado por uma classe de moradores de segunda residência que vêm de São Paulo, devido à proximidade entre as duas cidades, em busca de ar puro e contato com a natureza. Pode ser feito um paralelo entre os londrinos narrados por Keith Thomas e os paulistas que vêm a SFX nos fins de semana. Porém o grupo dos moradores antigos é mais afastado da vida política do distrito, de forma que os moradores novos somam quase a totalidade dos conselheiros do Conselho Gestor da APA. Dessa forma, principalmente os novos moradores e os de segunda residência, mas também os antigos, começam a cultivar uma espécie de bolha dentro do espaço social, onde não há interação profícua à união de diferentes interesses. De fato, houveram relatos de que eventos sociais de um grupo não são frequentados pelo grupo oposto, de forma que essa separação começou a ser respeitada e na ocasião de dois grupos estarem presentes, relataram a existência de desconfortos que se traduziram em discussões mais acirradas ou ainda em baixa participação social.

Além dos discursos dentro do viés romântico, existem, também, percepções da questão socioambiental, nas quais o meio ambiente é interpretado de forma cindida e mais urgente e importante do que o meio social. Esta circunstância é comum nos espaços onde são criadas UCs, sendo que os moradores antigos são vistos também através do olhar romantizado dos migrantes, nos quais os antigos precisam de salvação e evolução, ou ainda são “utilizados” como atrações turísticas ligadas ao bucolismo e à vida na roça. Além disso, eles são vistos como mão de obra para atender aos turistas nos hotéis, restaurantes e pousadas, esvaziando possibilidades de implementação de um turismo socioambiental comunitário, por exemplo, que é mais responsável e provoca menos a

estabilidade dos antigos moradores.

As circunstâncias citadas e seus efeitos recaem sob essa almejada paz social, que não ocorre no local, mas que são simuladas dentro do espaço social, sem deixar de atuar no uso dos recursos, pois a sensação desconexão e de injustiça tende a gerar comportamentos não sustentáveis como descarte irregular de lixo e falta de comprometimento com os espaços públicos de discussão e melhoria do bem-estar comum. Isto ocorre pois não existe união de esforços de ambos os lados. E, principalmente, isso ocorre pois fatores como identidade e territorialidade aparecem relacionando-se de forma pouco coesa. No próximo tópico explicaremos com mais detalhes como tais conceitos aparecem conectados aos anteriores. Porém, é importante destacar que identidade e territorialidade estão fortemente relacionados com fatores como imaginário, memória e territorialidade.

Além disso, é possível perceber que os sujeitos possam se notar como injustiçados ou depositos em seus direitos de participação, garantidos pelo espaço de fala e pela possibilidade de participarem ativamente de iniciativas de gestão ambiental, pois sentem-se deslocados e desligados de um objetivo comum, ou seja, não possuem sentimentos de pertencimento. A sensação de pertencimento é interligada à identidade dos indivíduos que se sentem reconhecidos e transformadores ativos do território, no caso de migrantes e segundas residências.

5.3 Os moradores antigos x os “forasteiros”

As diferenças expostas no final do último tópico, culminam num conflito socioambiental territorial ocasionado no local, e a desconexão que este conflito gera em termos de participação social na GA da APA- SFX, vem sendo mencionado desde o início nesta tese e se tipifica como o conflito mais conspícuo observado nas entrevistas. Este conflito ocupa um lugar de destaque para o cultivo da sensação de pertencimento dos moradores com o local e que tende a gerar maior bem estar social se manejado com atenção, tendo em vista o alto grau de incômodo que este conflito ocasiona.

Nesse aspecto, é relevante esclarecer que os conceitos de identidade, território e territorialidade estão intrinsecamente vinculados ao pertencimento e à memória de forma dinâmica e multifacetada. A identidade de um grupo ou indivíduo é profundamente

influenciada pelo território que ocupa. Este território não é apenas um espaço físico, mas um lugar carregado de significados culturais, históricos e emocionais que são constantemente construídos e reconstruídos pela memória coletiva. A territorialidade, que refere-se às práticas e estratégias usadas para afirmar e manter o controle sobre um território, também está imbuída de significados identitários. Ela manifesta a conexão afetiva e simbólica que os habitantes têm com seu espaço, refletindo e reforçando suas identidades culturais e sociais.

A memória desempenha um papel crucial neste processo, pois é através dela que as narrativas do passado são mantidas vivas, moldando a compreensão contemporânea do território e da identidade. A memória coletiva preserva histórias, mitos e tradições que definem a relação de uma comunidade com seu território. Esse processo de rememoração fortalece o sentimento de pertencimento, ao fornecer um senso de continuidade e coesão social. Ao recordar e celebrar eventos significativos, os membros de uma comunidade reafirmam seus vínculos com o lugar e uns com os outros, solidificando uma identidade compartilhada que é continuamente renovada e adaptada. Assim, a identidade e a territorialidade não são fixas, mas evoluem em resposta às mudanças sociais e ambientais, sempre ancoradas no rico solo da memória e do pertencimento coletivo.

É relevante mencionar também que este tipo de conflito territorial se repete em diversas UCs, sendo um artefato comum de processos que se baseiam em evoluções top down de projetos de cunho socioambientais. Analogamente, processos políticos durante a gestão da UC podem reproduzir a exclusão das demandas dos locais, ou antigos moradores, mantendo a baixa participação social e podendo ainda criar barreiras que tornam -se intransponíveis, dificultando ainda mais a existência de espaços co-criados, que atuam aumentando a coesão entre e dentro dos grupos.

No caso da representatividade política, no outro extremo, o principal problema para a gestão ambiental compartilhada destes espaços advém da baixa representatividade dos moradores mais tradicionais na gestão compartilhada de espaços públicos como em conselhos gestores, bem como na inaptidão dos conselhos em adotar aspectos da linguagem para englobar os modos de fazer de comunidades com características mais tradicionais do local. Sabe-se que a linguagem extremamente técnica ou acadêmica deve ser sempre evitada, de modo a munir-se de tecnologias e técnicas sociais participativas dentro do planejamento das ações políticas e durante as reuniões oficiais (Diegues, 2001).

Henrique (2023) apresenta uma discussão e uma prática para diminuir o abismo social observado no distrito, buscando formas de equilibrar os trade-offs de valores da natureza entre os diferentes grupos sociais. Assim sendo, a autora observou uma discrepância nos valores que os diferentes moradores dão aos serviços ecossistêmicos e propõe que estes valores sejam discutidos e aprimorados por meio de práticas da gestão ambiental, incluindo os trade-offs destes valores.

Concordamos com este posicionamento e acrescentamos que as ferramentas a serem utilizadas nesses trade-offs incluem desde valores de multas até a proposição de espaços e ações de educação ambiental voluntária, incluindo a arte, conforme sugerimos neste trabalho. Mais especificamente, falamos da Arte Educação Ambiental, conforme praticada por Michele Sato (2010) uma expoente nacional. A autora enfatiza o reencantamento do olhar pela natureza e sua celebração enquanto indivíduos que se expressam das mais variadas formas, inclusive através de linguagem artística (Sato, 2010)

Da mesma forma, a abordagem por meio dos Valores Culturais da Natureza, se encaixa nos assuntos tratados na tese e têm sido tomado como ponto de partida em diversas comunicações científicas (Fernandes-Pinto, 2017). Os VCN também tratam do re- encantamento humano pela natureza, abrangendo outros valores simbólicos e afetivos, além dos convencionalmente tratados como o valor monetário e o valor biológico da biodiversidade. Os VCN têm um perfil mais decolonial em contraposição aos Valores de Natureza, que incluem os valores monetários.

Segundo esta linha de pesquisa, houve uma biologização da natureza, principalmente a partir do ensino compartimentalizado da questão natural, na qual o meio ambiente é visto como recurso ou matéria prima. Nessa nova abordagem a natureza se apresenta como um valor cultural muito conspícuo, como por exemplo nesta presente tese, onde a maioria dos entrevistados afirmou que o que eles mais gostam em SFX é a natureza, celebrando valores como lazer, fonte de inspiração estética e religiosa, tranquilidade e a prática de esportes no ecoturismo. Tais serviços ecossistêmicos costumam ser conectados ao bem-estar e ao divino, sublime e belo, assim como as representações românticas de natureza. Isto se conecta ao próximo tópico, que se relaciona à uma utopia socioambiental romântica dos tempos modernos.

5.4 A sustentabilidade como redenção

O principal imaginário presente na maioria das entrevistas está relacionado à utopia socioambiental na qual a sustentabilidade é vista como a principal função das sociedades atuais. Neste imaginário, os seres humanos são vistos como guardiões e salvadores do meio ambiente, ou também podem ser taxados de destruidores ambientais. Neste contexto, a consciência ecológica é um pré-requisito para ser considerado um bom ser humano, mais “evoluído” do que aqueles que causam prejuízos ambientais e sociais. Esta relação direta entre valores humanos e conservação da sociobiodiversidade vem sendo veiculado pela mídia com o efeito de auxiliar as sociedades a alcançarem as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ou ODS’s (Porto, 2001).

Este imaginário não é novo, foi fundado tendo como seu aliado, o romantismo conforme especificamos no item dois desta seção. O romantismo fundado após a revolução industrial e que teve como expoentes o imaginário das florestas e do Novo Mundo como

verdadeiros paraísos onde podiam prosperar sentimentos mais nobres do ser humano (Thomas, 1995). A imagem do índio surgiu naquela época como surgem hoje os arquétipos dos antigos moradores, mais caipiras e menos evoluídos que os moradores novos ou de segunda residência, bem como os próprios turistas.

Existe também uma projeção ou expectativa sobre os moradores antigos, a partir do entendimento de que estes são detentores de conhecimento tradicional e, assim, tornam-se fonte de informações sobre o meio ambiente aliado à sua cultura própria, com expectativas da sociedade relativas à benefícios para a qualidade de vida, por meio da divulgação e utilização do CT.

Porém, essa visão pode ser turva, diante da pouca informação do segundo grupo em relação ao primeiro e uma subjugação do primeiro em relação ao segundo grupo citado. Como consequência indesejada, pode ocorrer um outro viés e a superexposição da pobreza e vulnerabilidades destes povos mais tradicionais, trazendo comportamentos de cunho paternalista ou romantizados visando salvar essas comunidades. Todavia, é preciso exaltar a autonomia e a autodeterminação destas populações, sem esvaziar a potência dos CTs, evitando que sejam colocados apenas como mão de obra ou inaptos a mudar o próprio percurso.

Nestes aspectos os trabalhos participativos e colaborativos (Maretti, Furlan e Irving, 2021) podem auxiliar a tornar a interação menos custosa e/ou danosa para os grupos sociais, uma vez que a responsabilidade de melhorar o status quo ambiental é papel de todos, sem exceção, e analiticamente, sem dar mais poder aos novos moradores, que não são mais aptos a realizar esta mudança, sendo necessários trabalhos que mesclam estes grupos e promovam uma construção igualitária entre os moradores das UCs.

Neste contexto, iniciativas voluntárias podem ser vistas como ferramentas que aumentam a coesão social, incluindo a criação de associações ou cooperativas produtivas que podem mesclar os conhecimentos e aptidões de novos e antigos moradores, aproveitando-se dos conhecimentos de ambos para o sucesso das iniciativas que irão, a médio e longo prazo, integrar a potencialidade laboral de ambos os grupos, gerando soluções autênticas para os territórios e populações.

É necessário se conscientizar também que riqueza e pobreza não se relacionam apenas a finanças mas também à qualidade de vida, de modo que a sustentabilidade

envolve mais o segundo termo que o primeiro. A premissa socioambiental tem se tornado, nas últimas décadas como uma moeda, algo que é crucial e inevitável. De forma que todos têm sido convocados a agir em prol desta bandeira, acima de todas as outras de viés ideológico. Neste aspecto, nenhuma ideologia supera a necessidade de sermos agentes de sustentabilidade em nosso próprio meio ambiente, isso envolve relações saudáveis, tanto afetivas quanto políticas e laborais, e uma necessidade também de que nos tornemos militantes politizados, que respeitam diferentes pontos de vista, uma vez que a pauta é transversal e não se tipifica como exclusiva de uma classe ou outra de seres humanos, apesar de as classes mais vulneráveis sentirem os efeitos do processo com maior intensidade, estando bem mais vulneráveis que as classes mais abastadas..

5.5 O progresso no território: oportunidades que conduzem para novos paradigmas

Os diferentes tipos de progresso – econômico, tecnológico, social e ambiental – estão intrinsecamente relacionados às utopias socioambientais. Progresso econômico, por exemplo, quando orientado por princípios de sustentabilidade, pode promover a justiça social e o uso responsável dos recursos naturais, alinhando-se com visões utópicas de sociedades mais equitativas e ecológicas. Já Amartya Sen (1999), argumenta que o verdadeiro progresso deve ser medido pela expansão das liberdades e capacidades das pessoas, não apenas pelo crescimento econômico. Ele destaca a importância de considerar aspectos sociais, políticos e ambientais no desenvolvimento, promovendo uma abordagem integrada e sustentável

O avanço tecnológico, por sua vez, oferece ferramentas inovadoras para mitigar impactos ambientais e fomentar práticas sustentáveis, como a energia renovável e a agricultura de precisão. Socialmente, o progresso nas áreas de educação, saúde e participação cidadã fortalece comunidades, capacitando-as a engajar-se em práticas ambientalmente responsáveis e a exigir políticas públicas que protejam o meio ambiente.

Por fim, o progresso ambiental, que abrange a conservação da biodiversidade e a restauração de ecossistemas, é fundamental para alcançar as utopias socioambientais, proporcionando um ambiente saudável e resiliente para as gerações futuras. Esses tipos de progresso, quando integrados, podem transformar utopias socioambientais em realidades tangíveis, criando sociedades que valorizam a coexistência harmoniosa entre

desenvolvimento humano e conservação ambiental.

Além dos diferentes tipos de progresso, os diversos enfoques de desenvolvimento também desempenham um papel crucial na realização das utopias socioambientais. O desenvolvimento econômico, muitas vezes associado ao crescimento do PIB, pode ser repensado em termos de desenvolvimento sustentável, que busca equilibrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Esse paradigma reconhece que o crescimento econômico não deve ocorrer à custa da degradação ambiental ou do aumento das desigualdades sociais, mas sim promover a inclusão, a equidade e a conservação dos recursos naturais.

Por sua vez, o desenvolvimento social visa a melhoria da qualidade de vida das pessoas, garantindo acesso a serviços básicos, como saúde, educação e moradia, enquanto promove a igualdade de oportunidades e a coesão social. Ao incorporar valores socioambientais, o desenvolvimento social torna-se uma ferramenta essencial para a realização das utopias socioambientais, ao fortalecer a conexão entre as comunidades e o meio ambiente.

Por fim, o desenvolvimento ambiental, centrado na conservação dos ecossistemas e na proteção da biodiversidade, é fundamental para garantir a resiliência dos sistemas naturais e a sustentabilidade das atividades humanas. Ao integrar esses diferentes enfoques de desenvolvimento, as utopias socioambientais podem ser transformadas em realidades concretas, proporcionando um futuro mais justo, equitativo e ecologicamente sustentável para as gerações presentes e futuras.

Também de maneira aliada aos assuntos anteriores, têm-se a crença, no distrito, de que é necessário aceitar as condições de desterritorialização que o progresso impinge aos territórios. Essa “certeza” entre ambos os grupos de moradores pode ser considerada uma falácia que imobiliza novas ações, a partir do momento que sendo a desterritorialização vinda com o progresso considerada como uma verdade absoluta, referente à perda do espaço social dos antigos para os novos moradores, não há iniciativas que se proponham a romper essa barreira trazendo soluções para ambos os grupos, sendo sempre mais alinhados à uma ou outra filosofia ou modo de vida. Nem tampouco os moradores locais mais antigos chegam a liderar os espaços de gestão ambiental ou ocuparem lugares de maior importância dentro da política local.

É de suma importância devolver esses espaços de fala aos antigos moradores,

sendo que neste quesito sugerimos fortemente a composição do conselho gestor com pelo menos 50% de moradores locais antigos, sendo necessários esforços do atual conselho gestor, de forma a transmitir os conhecimentos básicos relacionados à gestão ambiental e que são necessários à maior participação dos antigos moradores na gestão ambiental local. Além disso, é necessário atrair os moradores antigos e deixar explícita a diferença positiva de sua participação, adequando as ferramentas e os debates para promover inclusão.

Esta afirmação sobre a falta de igualdade de aplicação de leis e multas é importante e deve ser analisada em minúcias junto ao conselho gestor. A reclamação se relaciona ao fato de multas ambientais não serem proporcionais aos ganhos, de forma que moradores novos não são “lesados” pois os valores para eles são irrisórios, já os antigos moradores, por terem menor renda, não conseguem honrar a dívida sem afetar sua qualidade de vida.

5.6 Não queremos ficar igual a Campos do Jordão

Esta fala está presente em diversas entrevistas de diferentes moradores. Campos do Jordão tornou-se uma metáfora para um futuro indesejado, no qual o desenvolvimento socioeconômico e a invasão do turismo tomaram conta de todos os espaços sociais, tornando-se insuportável, na visão dos moradores de SFX. Assim toda vez que se projeta verbalmente a possibilidade de ampliação no turismo do local, a analogia à Campos do Jordão é citada, ilustrando ou exemplificando o que é indesejável para SFX. Esta afirmação demonstra o desejo dos moradores de SFX em permanecerem num ambiente mais bucólico que desenvolvido, mantendo as relações de compadrio ao invés de abrir o distrito para um número grande de turistas e novos moradores, bem como não têm intenção de que os comércios se multipliquem sobremaneira, mantendo assim a tranquilidade e o sossego de SFX, como citam nas entrevistas.

Mesmo entre os novos moradores, essa fala é bastante reproduzida, demonstrando que eles próprios vieram à SFX justamente devido a este desejo de lugar calmo para conviver e viver com certa tranquilidade. É um pouco incongruente com um outro discurso dos moradores, que versa sobre a falta de emprego para os locais, sendo que é mencionado o desenvolvimento do turismo na APA afim de diminuir a lacuna laboral do

distrito, que possui poucos empregos diretos. Alguns moradores reclamaram também que SFX só tem turista nas férias e festas locais, de forma que normalmente os turistas não são suficientes, em número de indivíduos, para manter os comércios abertos frequentemente, sendo que muitos permanecem fechados quando não há feriados, festas, ou abrem pelo menos nos fins de semana.

Portanto, é uma posição que apresenta certa dubialidade, mas que exprime uma ressalva sobre o excesso de turistas. Assim, compreende-se que o desejo seria tornar-se um tipo de UC que regula a entrada de novas pessoas e empreendimentos. Além disso, os discursos sobre o condomínio que está se instalando no local, revelaram a indisposição dos moradores para um crescimento de tal monta, conforme comentado nas seções anteriores. Dessa forma, sugerimos a consulta pública antes da aprovação de projetos de ampliação da capacidade de carga do local também, pois já existe, há alguns anos, uma crítica sobre a capacidade de suporte dos sistemas de esgotamento e sanitários, sob o argumento de que o tratamento não é adequado, sendo que os moradores relatam que existe um mal cheiro no rio, onde parte do esgoto é despejado, e que em datas comemorativas este problema se agrava.

Segundo Jeniffer (2023), alguns dos muitos problemas que Campos do Jordão enfrenta são a falta do emprego e renda na baixa temporada, serviços extenuantes e mal pagamento de funcionários na alta temporada, trânsito excessivo nas férias escolares, alto preço dos produtos alimentícios, favelização de parte da cidade, especulação imobiliária forte, criminalidade e abuso e comércio de drogas, dentre outros. Esta descrição explica o temor dos moradores de SFX de que em breve, se continuar crescendo sem medida, se torne algo parecido com este cenário descrito acima ou que se agravem a injustiça ambiental, conforme explicaremos no próximo tópico

5.7 Injustiça ambiental e economia: os ricos podem tudo

Este é o discurso mais danoso identificado. Inicialmente foi necessário compreender como funcionam às críticas relacionadas à gentrificação e desterritorialização/reterritorialização dos moradores antigos, sendo que o lugar de defensores da sustentabilidade tem sido direcionado aos novos moradores, com o esquecimento relativo da capacidade dos antigos moradores de também serem

promotores dessa nova ordem que se instalou no local. Todavia, é relevante destacar que os antigos persistem com alguns modos danosos ao meio ambiente, oferecendo uma resistência a esta lógica no local. Estes aspectos vêm relacionados com o histórico de gestão ambiental da APA SFX, que segundo os moradores desde a sua criação já dava sinais de ocorrência de conflitos, visto que a consulta pública não foi suficientemente participativa, pois foram declarados nas entrevistas que conflitos na época da criação entre novos e antigos moradores persistem até os dias de hoje.

Soma-se a estes fatos, o discurso bastante conspícuo sobre o fato de que a APA privilegia os novos moradores dando licenças ambientais para desmatamento com fins de construção das mansões, condomínios e hotéis luxuosos aos novos moradores. E ainda que a multa para esse público é relativamente baixa, fácil de pagar, pois os novos moradores são de classes mais altas se comparados aos antigos. Assim se a mesma multa oferecida a um novo morador, for direcionada a um morador antigo, com certeza o morador antigo terá muito mais dificuldade de cumprir com o débito porque os ganhos monetários deste grupo são bem menores que os dos novos moradores.

Como os itens específicos já foram explorados com acuidade durante o texto, a compreensão da injustiça ambiental e como ela afeta a economia em APAs já está bem descrita, oferecemos um outro modo de coligar as informações através de quadros demonstrativos que organizam representam de forma mais visual, os principais temas tratados aqui. Veja a seguir.

Figura 12:Quadro dos principais conflitos socioambientais em SFX e seus conflitos secundários ou adjacentes.

Tema	Principais Conflitos	Conflitos Secundários/Adjacentes
Desterritorialização/ Reterritorialização	- Disputa por terras entre comunidades tradicionais e interesses de desenvolvimento urbano. - Perda de identidade cultural e econômica das comunidades locais devido à expansão urbana.	- Conflito de gerações e valores entre os mais velhos, que buscam manter tradições, e os mais jovens, que buscam oportunidades na cidade. - Tensões entre novos moradores urbanos e antigos residentes rurais, resultando em conflitos de uso da terra e recursos naturais.

Gentrificação	- Aumento dos preços imobiliários, expulsando residentes de baixa renda. - Descaracterização da cultura local devido à influência de novos moradores e estabelecimentos comerciais.	- Tensões entre moradores locais e investidores imobiliários. - Conflitos geracionais relacionados à visão divergente sobre o desenvolvimento urbano e seus impactos sociais.
Conflito Territorial	- Disputas entre proprietários de terras, comunidades locais e empresas em expansão. - Conflitos de uso da terra entre atividades agrícolas tradicionais e novos empreendimentos urbanos.	- Conflitos étnicos e culturais entre diferentes grupos de residentes e proprietários de terras. - Tensões entre conservacionistas e desenvolvedores sobre o uso de áreas naturais.
Turistificação	- Sobrecarga de infraestrutura devido ao aumento do turismo. - Impactos negativos na qualidade de vida dos residentes locais devido à transformação da área em um destino turístico.	- Conflitos de interesse entre empresas turísticas e comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo. - Tensões entre os benefícios econômicos do turismo e a preservação da cultura local e do meio ambiente
Especulação Imobiliária	- Aumento dos preços dos imóveis, dificultando o acesso à moradia para residentes locais. - Transformação do ambiente urbano e rural devido à construção de novos empreendimentos.	- Conflitos entre moradores locais e investidores imobiliários sobre o uso da terra e o desenvolvimento urbano. - Tensões entre a necessidade de crescimento econômico e a preservação do patrimônio ambiental e cultural.
Abandono da Atividade Produtiva Rural	- Declínio da agricultura familiar e da produção rural devido à urbanização e à falta de incentivos governamentais. - Perda de empregos e de identidade cultural nas comunidades rurais.	- Conflitos familiares relacionados à sucessão de propriedades rurais. - Tensões entre os interesses econômicos das indústrias urbanas e a preservação das práticas agrícolas tradicionais.

Poluição de Corpos Hídricos	- Contaminação de rios e mananciais devido à atividade industrial e urbana. - Conflitos sobre a responsabilidade e a gestão dos recursos hídricos.	- Tensões entre indústrias, governo e comunidades locais sobre os padrões de poluição e medidas de mitigação. - Conflitos entre diferentes usos da água, como abastecimento público, agricultura e lazer.
Diferentes Valores de Natureza	- Conflitos entre abordagens de conservação e desenvolvimento econômico. - Tensões entre aqueles que valorizam a natureza como recurso econômico e os que a veem como intrinsecamente valiosa e a ser protegida.	- Disputas sobre o uso de áreas naturais para turismo, agricultura, conservação ou desenvolvimento urbano. - Conflitos entre grupos de interesse com diferentes visões sobre a relação entre humanos e meio ambiente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Esses são alguns dos principais conflitos socioambientais em São Francisco Xavier, e é importante abordá-los de forma holística, considerando as interconexões e as raízes socioeconômicas e culturais de cada um. Este quadro pode ser trabalhado com mais objetividade dentro do conselho gestor, que também serão inspirados na próxima seção, onde sugerimos os instrumentos de gestão ambiental sugeridos para a APA.

5.7 Instrumentos de gestão ambiental para os conflitos socioambientais

Os instrumentos de gestão ambiental desempenham um papel crucial na mediação e resolução de conflitos socioambientais, garantindo um desenvolvimento sustentável e a proteção dos direitos das comunidades. Nos próximos parágrafos vamos falar brevemente sobre as principais ferramentas de gestão compatíveis com os conflitos de SFX. Espera-se que a relação possa auxiliar o conselho gestor na aplicação de muitas ou algumas destas ferramentas a partir dos conflitos diagnosticados nessa tese. O seguinte quadro, ilustra e informa as relações entre os tipos de conflitos de SFX e sugestões para o manejo dos mesmos, por meio de instrumentos de gestão ambiental relacionados.

Figura 13: Quadro com as características dos conflitos ambientais e respectivas ferramentas de gestão ambiental.

Conflito socioambiental	Características	Ferramentas de Gestão Ambiental
Desterritorialização / Reterritorialização	Quebra ou fratura no sentimento de pertencimento com um território e realocação em outro território, exercendo a territorialidade	Consulta Prévia e Informada, Regularização Fundiária, Planos Diretores Participativos, Políticas de Compensação e Reassentamento, Zonamento Ecológico-Econômico (ZEE)
Gentrificação	Transformação de áreas urbanas que resulta na expulsão de moradores de baixa renda devido à valorização imobiliária.	Políticas de Habitação Inclusiva, Regulamentação de Aluguéis e Preços de Imóveis, Planejamento Urbano Participativo, Incentivos Fiscais para Habitação Popular, Criação de Zonas de Interesse Social (ZEIS)
Turistificação	Aumento do turismo que causa Impactos negativos nas	Planejamento e Gestão do Turismo Sustentável, Zoneamento

Conflitos Socioambientais	Características	Ferramentas de Gestão Ambiental
	comunidades locais e no meio ambiente.	Turístico, Capacidade de Carga Turística, Educação e Sensibilização Ambiental para Turistas, Criação de Áreas de Proteção mais sensíveis ao impacto antrópico
Abandono da Atividade Produtiva Rural	Êxodo rural e abandono das práticas agrícolas tradicionais.	Incentivos Fiscais e Subsídios para Agricultura Sustentável, Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Mercados de Produtos Orgânicos e Locais, Educação Rural e Capacitação Técnica
Diferentes Valores de Natureza	Discrepâncias na valorização dos serviços ecossistêmicos entre diferentes grupos sociais.	Mapeamento e Valoração dos Serviços Ecossistêmicos, Diálogos Interculturais e Participativos, Ferramentas de Educação Ambiental, Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), Gestão Integrada de Recursos Naturais
Poluição de Corpos Hídricos	Contaminação de rios, lagos e outros corpos d'água por atividades humanas.	Licenciamento Ambiental, Monitoramento da Qualidade da Água, Tecnologias de Tratamento de Efluentes, Programas de Recuperação de Áreas

Conflitos Socioambientais	Características	Ferramentas de Gestão Ambiental
		Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Educação e Conscientização Ambiental
Injustiça Ambiental na Aplicação de Multas e Leis	Aplicação desigual de multas e leis ambientais que afeta desproporcionalmente comunidades vulneráveis.	Fiscalização Ambiental Equitativa, Transparência e Participação Pública na Gestão Ambiental, Revisão de Leis e Políticas para Inclusão Social, Auditorias Independentes e Controle Social, Programas de Justiça Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora.

Esclarecendo sobre o quadro, a Consulta Prévia e Informada é fundamental para assegurar que as comunidades afetadas por projetos de desenvolvimento tenham voz ativa nas decisões, prevenindo conflitos relacionados à desterritorialização e reterritorialização. Este processo de diálogo respeita os direitos das comunidades tradicionais e indígenas, permitindo que suas necessidades e preocupações sejam levadas em conta. A Regularização Fundiária e os Planos Diretores Participativos são igualmente essenciais para resolver disputas de posse de terra e promover um desenvolvimento urbano equilibrado, garantindo que os moradores, especialmente os de baixa renda, tenham segurança jurídica sobre suas terras e habitações.

Para lidar com a gentrificação, instrumentos como Políticas de Habitação Inclusiva, Regulamentação de Aluguéis e Preços de Imóveis, e a Criação de Zonas de Interesse Social (ZEIS) são implementados para proteger os moradores de baixa renda da expulsão devido à valorização imobiliária. Esses mecanismos ajudam a manter a diversidade socioeconômica nas áreas urbanas, promovendo a justiça social. Em áreas afetadas pela turistificação, o Planejamento e Gestão do Turismo Sustentável, juntamente com o Zonamento Turístico e a definição da Capacidade de Carga Turística, são essenciais para

equilibrar o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais e culturais. A Educação e a Sensibilização Ambiental para Turistas também é vital para minimizar os impactos negativos do turismo, promovendo práticas responsáveis e sustentáveis.

No campo rural, a prevenção do abandono da atividade produtiva rural é abordada por meio de Incentivos Fiscais e Subsídios para Agricultura Sustentável, Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Esses programas incentivam a continuidade das práticas agrícolas tradicionais, promovendo a sustentabilidade e a segurança alimentar. Para mitigar conflitos decorrentes dos diferentes valores de natureza, ferramentas como o Mapeamento e Valoração dos Serviços Ecossistêmicos, Diálogos Interculturais e Participativos, e Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) são utilizados. Essas estratégias reconhecem e valorizam os diversos benefícios que os ecossistemas proporcionam, facilitando um entendimento comum entre diferentes grupos sociais.

No combate à poluição de corpos hídricos, o Licenciamento Ambiental, Monitoramento da Qualidade da Água, e as Tecnologias de Tratamento de Efluentes são essenciais para garantir que as atividades industriais, agrícolas e urbanas não comprometam a qualidade da água. Programas como o PRAD (Programas de Recuperação de Áreas Degradadas) também são implementados para restaurar ecossistemas aquáticos degradados. Finalmente, para abordar a injustiça ambiental na aplicação de multas e leis, a Fiscalização Ambiental Equitativa, a Transparência e Participação Pública na Gestão Ambiental, e os Programas de Justiça Ambiental são essenciais para garantir que todas as comunidades, especialmente as mais vulneráveis, sejam igualmente protegidas e beneficiadas pelas políticas ambientais, promovendo a equidade e a justiça social.

Uma vez que haja o devido balanceamento, é importante pensar na integridade do meio ambiente, de forma que os Pagamentos por Serviços Ambientais podem atuar como instrumentos que além conservar os recursos, empodera os sujeitos e grupos que se envolvem na conservação ambiental e engajando os moradores que se vêem desencorajados a preservar o meio ambiente e que em sua maioria, vivem desconectados das discussões locais relacionadas à conservação.

Além disso, acreditamos que o entendimento vindo da conscientização da população sobre os indígenas como originários do local, desde SJC até SFX, pode auxiliar no florescimento de uma nova perspectiva social, menos conflituosa que a atual. Isto pois com o esquecimento sobre os indígenas, o fato de apenas os tropeiros serem mencionados como colonizadores causa um cisão mais abrangente, pois os moradores tradicionais ainda resguardam características destes povos, o que os colocam na posição-sujeito de herdeiros do legado tropeiro, sendo necessário oferecerem resistência frente às ameaças trazidas pelos novos moradores, dentro de um sentimento de invasão.

Apesar de os indígenas do local não tenham mais relação com o território, com o destaque para o papel dos indígenas na história do lugar, há a tendência de os dois grupos de moradores se conscientizarem de que o ciclo de migração sempre existiu e faz parte da dinâmica socioambiental desde que o distrito ainda nem existia. Além disso, todos podem se considerar herdeiros dos indígenas, unificando a origem dos dois grupos, uma vez que a grande maioria do brasileiro tem sangue indígena na família, assim a herança que deixaram para a população atual é grande. O modo de vida dessas comunidades indígenas encontra-se vivo em parte da cultura local, porém é necessário que haja divulgação com valorização das características intrínsecas, visto que hoje o que predomina é o esquecimento dos indígenas.

A divulgação de obras educativas e artísticas sobre a formação do povo brasileiro (Ribeiro 1995) e informações sobre a miscigenação dos povos (Tarazona- Santos, 2015), bem como a obra de Santos (2014) e Júnior (1976), que dizem sobre a região específica em estudo, podem ser acessados pelos moradores por meio de ações educativas e apresentações artísticas que narrem a história dessa miscigenação até a chegada dos tropeiros.

Para tratar de temas neste escopo junto aos moradores, sugerimos a produção e veiculação de obras educativas e artísticas, como livros, peças de teatro, poemas e filmes que recontem a história do distrito incluindo a participação dos indígenas e o processo de construção da identidade caipira, que ainda hoje está fortemente relacionada à natureza. Nossa sugestão traz a integração de ferramentas artísticas e educativas como ferramentas de gestão ambiental, assim como é feito em trabalhos de Arte- Educação Ambiental (Sato, 2000). A sugestão seria melhor aproveitada se for distribuída também dentro das escolas de educação formais, no programa transversal de Educação ambiental

interdisciplinar. Podem ser feitos planos de aula para as diferentes turmas que unam a História, a Geografia, Ciências e Artes, abordando a formação de SFX a partir da chegada dos indígenas. Além disso, a Fundação Cassiano pode ter por finalidade adotar este tema dentro do desenho do escopo anual, para seleção e fomento de trabalho de locais que versem sobre este tema de colonização da região.

Figura 14: Fundação Cassiano na praça central do distrito, com detalhe para quadra de esportes ao lado direito



Foto: Amanda Prado.

Já Sato (2010) em seu artigo “Arte Educação Ambiental”, rompe barreiras por meio da linguagem poética e imagética através da qual se expressa. A autora diz que “Não há mudança, nem aprendizagem isentas de paixão”. Suas publicações envolvem haicais, desenhos e pinturas, principalmente no campo do surrealismo. Sobre ele e a EA, Sato teoriza:

“Mas para muito além de significados de desordem, o surrealismo caracteriza-se como uma filosofia de vida que não se limita à arte, mas abrange opções, escolhas e diversas outras linguagens que possam revelar nossas alternativas de vida. Linguagens que mostram o contraverso das coisas e que também nos convida a repensar modelos de desenvolvimento, conflitos socioambientais ou identidades em transe nos territórios de lutas” (Sato, 2010. Pág. 21).

Concordamos com esta sugestão e acrescentamos que o uso da arte educação

ambiental pode vir a promover um re-encantamento do público alvo em relação à natureza e ao meio ambiente, facilitando a troca de valores culturais de natureza. Em SFX, por exemplo, a minimização do conflito territorial entre novos e antigos moradores pode ser abordada a partir dos diferentes valores dos grupos, conforme explicitado nesta tese, quando da descrição do conflito territorial, envolvendo a utopias socioambientais de ambos os grupos de moradores.

Neste caso, compreender e desvelar a existência destes diferentes imaginários tornou-se útil para a relativização dos discursos, com possibilidade de criar ações e projetos com abrangência maior, a partir de uma comunicação que permita a expressão dos sujeitos a partir de seus imaginários díspares e complementares. Ou seja, ações que consideram as diferentes posições sujeito, utilizando um número maior de estratégias que contemplem os diferentes imaginários sobre o meio ambiente.

Para além deste fato, a compreensão do imaginário de moradores de UCs pode ser usada para o desenho de projetos de conscientização e na realização de diagnósticos territoriais, tendo em mente que o próprio agente educador, que interpreta os imaginários para a criação de ações conscientizadoras, também possui seu próprio imaginário que, na maioria das vezes, será diferente do imaginário dos moradores. Neste aspecto, a criação de espaços de comunhão de ideias, é vantajosa, a partir do momento que permite aos sujeitos entrarem em contato com diferentes percepções e ainda permite a fusão e remodelagem dos imaginários, conforme preza a Educação Ambiental. Assim, o fomento aos locais híbridos, com criação de eventos educativos e de lazer, é interessante para a diminuição de mal entendidos entre os grupos, bem como estimula a expressão das demandas e desejos dos moradores, por meio de uma prática que coligue os discursos com auxílio de ferramentas voluntárias como oficinas, workshops, opções formativas e eventos culturais como a feira agroecológica.

A Fundação Cassiano também, pois possui forte influência entre os moradores, estando colocada na praça principal, onde promove atividades e exposições sobre o local. Com a existência da Fundação, há maior facilidade de se promover uma cultura de paz e colaborativa em termos de conservação socioambiental. Dessa forma, entendemos que a Fundação Cassiano pode se beneficiar ainda mais de financiamentos para realização dos referidos eventos, com uso e disseminação de ferramentas e tecnologias socioambientais. Por outro lado, nos voltando novamente à economia, a gestão ambiental pode acessar

este contorno do território ao ponderar multas e taxas ambientais conforme a classe socioeconômica a que o infrator pertence. Assim os pequenos proprietários pagariam um valor mais justo, relativamente à classe social a que são territorializados. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) também pode ser aliado a justiça ambiental, neste caso, remunerando aqueles que preservam áreas verdes e florestas.

Assim uma das sugestões seria a ponderação relativa de multas e taxas ambientais, oferecendo um desconto para os moradores antigos. Da mesma forma seria interessante que as taxas pagas pelos novos moradores fossem revertidas em melhorias aos antigos moradores, ou direcionadas para a diminuição do abismo social e financeiro entre estes grupos. Acredita-se que uma ação como esta viria a arrefecer os ânimos que impingem o mal-estar no espaço social, melhorando a qualidade de vida dos moradores, sem disputas e com maior justiça ambiental.

Reforçando a resiliência do sistema socioecológico, para alcançar o objetivo da sustentabilidade, sugerimos a criação de associações mistas, desenvolvendo técnicas participativas de educação ambiental e tecnologias sociais abrangendo maior integração e desvelamento de conceitos comuns dentro dos grupos, realizando ações que estimulem a cooperação entre os grupos de maneira horizontal. Além das associações, a circulação de dinheiro é mais útil a partir de trocas, sendo que a remuneração inclui aspectos de confiança dentro da rede de relações locais, deliberando sobre benefícios econômicos também de forma separatista entre os grupos. De maneira oposta, nota-se que quanto maior a confiança de ambos os lados, maior será também a resiliência do sistema, rumo à sustentabilidade.

A formação de associações e grupos de estudos híbridos, com moradores antigos e novos, também é uma iniciativa que pode auxiliar na divisão de responsabilidades, sendo necessário a utilização de ferramentas mais adaptadas para a conexão linguística e de propósitos. Sugerimos a realização de mapas temáticos e a confecção de pôsteres ilustrados com os propósitos de cada grupo dentro da APA e dos subgrupos ilustrados, que promovem maior envolvimento em oficinas.

É preciso transformar a relação atual, na qual, na visão dos entrevistados, o conselho gestor, apesar de bastante ativo, beneficia mais os novos moradores, aplicando leis ambientais de forma menos rígidas do que ocorre com os antigos moradores, sendo que em diversas entrevistas foram citadas situações de injustiça na aplicação de leis, que,

segundo os moradores beneficia os novos moradores liberando alvarás para novas construções, enquanto os antigos são preteridos, mesmo havendo a necessidade de corte de vegetação, por exemplo, para manejo de roças e hortas locais.

As sugestões finais são sobre Valores Culturais de Natureza, num exercício de encontrar ferramentas para a melhoria do status quo relacionado à esta temática. No caso, sugerimos a utilização da Arte-Educação Ambiental, conforme exerce Sato (2010), como forma de transformar entendimentos conflitantes por meio de peças de teatros, livros, filmes, poesias, desenhos, músicas, exposições fotográficas, pinturas e artesanato, que divulguem, enalteçam e cultivem os Valores Culturais de Natureza na população. A arte educa pela emoção e pode ser muito eficaz por trazer elementos simbólicos concatenados à nossa ação pelo mundo, enquanto seres humanos dotados de cultura e participantes de um único ambiente, o planeta Terra.

Além disso sugerimos a confecção e uso de materiais de Comunicação pelo Conselho Gestor da APA, buscando informar a população sobre os Valores Culturais de Natureza e incentivar a atenção sobre estes valores, promovendo ampliações das consciências individuais e coletivas sobre o meio ambiente. O mesmo deve ser cuidado em reuniões ampliadas, fortalecendo uma forma de comunicação que dota a natureza de emoção e encantamento, que se distancia dos aspectos puramente técnicos. Assim a colaboração e o respeito aos conhecimentos locais devem ser conceitos chave de educação dos moradores e gestores.

Já em relação à Gestão Colaborativa, sugerimos que o Conselho Gestor tenha pelo menos 50% de comunidades tradicionais/locais ou antigos moradores como participantes. A presença deste público nas reuniões de gestão tende a contribuir para a decolonização do saber na APA, a partir do momento que as visões de ambos os grupos estarão bem representadas e de forma equânime. Além disso, sugerimos que as reuniões utilizem materiais e métodos de educomunicação e educação popular socioparticipativa, como produção conjunta de mapas, realização de dinâmicas em grupo e confecção de posterres ilustrados para interação com os moradores. Estas ações podem melhorar a comunicação entre os grupos, facilitando que os moradores antigos consigam interagir melhor por meio das imagens e das construções de modelos teóricos práticos, com participação.

Sugerimos também que sejam adicionados ao conselho gestor, os representantes

das ONGs e outros atores do terceiro setor, que atuam na APA, como a Fundação Cassiano, por exemplo, e a ORBE. Esta participação de entidade beneficentes do local tende a gerar parcerias para demandas atuais e futuras da APA, além disso divide a responsabilidade e aumenta as probabilidades de sucesso das iniciativas. Sugerimos também que representantes dos comércios participem da gestão, bem como das pousadas e hotéis que recebem os turistas. Esta gestão irá possibilitar melhores ações e projetos, mais aderentes às necessidades do lugar.

CAPÍTULO 6: CONCLUSÕES: Reflexões e sugestões

Os conceitos analíticos utilizados neste trabalho (historicidade, imaginário, memória, identidade, territorialidade), revelaram-se indispensáveis para a compreensão das percepções ambientais. Por meio dessas categorias, foi possível mapear os significados simbólicos que os moradores atribuem ao seu território, identificando as dinâmicas socioambientais e os conflitos emergentes. Estes insights oferecem subsídios valiosos para o planejamento de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, orientando órgãos ambientais no fortalecimento da participação e colaboração comunitária em processos de gestão ambiental. Assim acreditamos que os objetivos da tese foram alcançados, de forma que criamos um conteúdo mínimo para os estudos de percepção ambiental, que pode ser adotado em diferentes recortes geográficos e com múltiplos objetivos secundários, passando pela Educação Ambiental, a pesquisa científica e a Gestão Ambiental.

A metodologia aqui apresentada é capaz de tornar os estudos de PA mais profundos e práticos, transcendendo a simples padronização de opiniões em porcentagens. Assim, conforme demonstramos na tese, os conceitos analíticos, juntamente com a análise de conteúdo, auxiliam a responder o porque e o como as populações se relacionam o ambiente. Portanto defendemos a tese de que tais conceitos devem ser adotados por terceiros (academia, Ongs e associações, governos, empresarial e educacional), tornando os estudos de PA com maior qualidade técnica e, portanto, mais eficientes no que se propõem a fazer, utilizando a percepção de públicos alvo.

No distrito de São Francisco Xavier, os conflitos entre diferentes grupos sociais podem ser mitigados por meio de iniciativas de gestão ambiental. Os cinco conceitos analíticos discutidos foram fundamentais para entender profundamente a percepção ambiental dos moradores em áreas protegidas. Ao aplicar esses conceitos nas entrevistas e analisar seus conteúdos, obtemos uma visão mais multifacetada e estruturada sobre como as pessoas percebem seu ambiente e os impactos socioambientais que enfrentam. Esses resultados podem ser úteis para orientar órgãos ambientais e fortalecer a participação das comunidades no processo de gestão ambiental.

Os conflitos socioambientais nas comunidades em áreas protegidas são importantes indicadores de bem-estar e devem ser monitorados de perto. A avaliação

continua desses conflitos permite a implementação de ações de educação ambiental e a priorização de políticas que atendam diretamente às necessidades das comunidades locais. Ao focar em ações demandadas pela população, o governo pode otimizar recursos e garantir que as soluções realmente beneficiem tanto o meio ambiente quanto os moradores.

Os conflitos socioambientais observados no distrito de São Francisco Xavier evidenciam a necessidade de estratégias integradoras, colaborativas e participativas de gestão ambiental que respeitem e valorizem a diversidade de percepções e experiências dos diferentes grupos sociais. Esta tese propõe a adoção de instrumentos que transcendem os tradicionais, incorporando abordagens legais, econômicas, educacionais, culturais e artísticas para promover coesão entre os grupos locais. Práticas como festivais, turismo sustentável e hortas comunitárias não apenas fortalecem os laços comunitários, mas também estimulam um sentido mais profundo de pertencimento e responsabilidade ambiental.

Conflitos socioambientais em áreas protegidas não são meros desafios locais; eles refletem questões mais amplas sobre bem-estar social e justiça ambiental. A literatura analisada aponta para a importância de metodologias contínuas de monitoramento desses conflitos, com o objetivo de priorizar ações educacionais e políticas que realmente atendam às necessidades das comunidades. O foco em demandas explicitadas pela população não apenas otimiza recursos públicos, mas também promove uma gestão ambiental mais democrática e equitativa.

A **conservação colaborativa** surge como uma abordagem essencial para tornar as Unidades de Conservação (UCs) espaços de diálogo e co-construção. Segundo Maretti, Furlan e Irving (2021), a conservação da natureza não deve ser vista como responsabilidade exclusiva do governo; ela depende de um esforço coletivo que incorpore as perspectivas e soluções das populações locais. O trabalho da **IUCN** ("Cultural and spiritual significance of nature", 2021) reforça que integrar valores culturais e espirituais da natureza nos processos de conservação contribui para a ressignificação desses espaços e para o fortalecimento do vínculo entre comunidades e áreas protegidas. A **gestão colaborativa**, ao valorizar saberes locais e promover o empoderamento comunitário, cria condições para que a conservação seja não apenas mais inclusiva, mas também mais eficaz.

Neste contexto, os **Valores Culturais da Natureza (VCN)** desempenham um papel central. Ao reconhecer a dimensão cultural e espiritual da natureza, os VCN ajudam a alinhar os objetivos de conservação com os interesses e identidades das comunidades locais. Práticas que conectam arte, espiritualidade e educação ambiental, como as sugeridas nesta tese, reforçam a **topofilia** — o amor pelo lugar — e incentivam uma territorialidade que se traduz em proteção e cuidado. Inspirados pelo relatório da IUCN, propomos que a arte e a educação ambiental sejam exploradas como ferramentas para promover esse reencantamento, transformando as UCs em espaços que celebram não apenas a biodiversidade, mas também a diversidade cultural.

A **Percepção Ambiental (PA)**, como esta pesquisa demonstrou, é uma ferramenta poderosa para compreender os vínculos entre pessoas e territórios, bem como para diagnosticar demandas socioambientais. No entanto, para que a PA seja mais efetivamente incorporada ao licenciamento e à gestão ambiental, é necessário superar a superficialidade que ainda marca muitos estudos nessa área. A metodologia desenvolvida nesta tese, com base nos cinco conceitos analíticos, oferece um caminho robusto para o aprofundamento dos estudos de PA, garantindo maior complexidade e sensibilidade às realidades locais.

Finalmente, enfatizamos a importância de ampliar os estudos de PA para incluir grupos ainda pouco explorados, como moradores de segunda residência e populações rurais, enriquecendo as análises de conflitos e percepções no território da APA. Ações integradoras, como conselhos gestores participativos e colaborações intersetoriais, podem fomentar uma gestão mais colaborativa e inclusiva. Além disso, iniciativas de **Arte Educação Ambiental** devem ser fortalecidas, conectando artistas e ambientalistas locais para sensibilizar comunidades por meio de experiências culturais que ressoem com suas identidades e valores.

Concluimos que a resolução de conflitos socioambientais em áreas protegidas requer abordagens que combinem **conservação colaborativa**, valorização dos **VCN** e educação ambiental transformadora. Este conjunto de ações, ancorado em um entendimento profundo das percepções e identidades locais, pode tornar as UCs não apenas espaços de preservação ecológica, mas também territórios de inclusão, diálogo e resiliência socioambiental. Além disso, é crucial que as Unidades de Conservação (UCs) se tornem espaços de colaboração entre os diferentes grupos sociais.

Assim, afirmamos que a resolução dos conflitos socioambientais em áreas protegidas não deve se restringir a legislações e regulamentações. É fundamental criar um re-encantamento pela natureza, que pode ser promovido por meio dos VCN, da arte e da educação. Sensibilizar cada morador para o seu papel como parte do ambiente em que vive é essencial para fomentar uma relação mais harmoniosa entre as pessoas e o meio natural. Isto se conecta aos sentimentos de toponímia, ou seja, ao ser sensibilizado o morador aumenta sua toponímia com o território, facilitando a construção de uma identidade e de uma forma de territorialidade que está ligada ao sentimento de amor pelo lugar. Este processo deve ser fomentado e estimulado como forma de Educação Ambiental, tornando os moradores mais participativos e colaborativos com os processos da comunidade.

Concluimos também, ao dizer que a PA está fortemente conectada à GA, sendo uma ferramenta de diagnóstico, proporcionando a construção de planos e programas maiores e com base nas necessidades explicitadas nos estudos de Percepção Ambiental. Para que a PA retome um lugar de destaque nos projetos socioambientais e dentro do licenciamento, sua profundidade precisa ser abrigada pelos estudiosos e técnicos no assunto, haja visto a superficialidade e a falta de métodos que grande parte dos estudos de PA têm. A metodologia aqui apresentada pretende se tornar um facilitador para o estudo da PA e apresenta os termos analíticos que são capazes de promover esta melhoria e aprofundamento nos estudos de PA. Por fim, o fomento à participação e colaboração virá de uma série de ações de sensibilização socioambiental, partindo da participação no conselho gestor até a colaboração de distintos grupos em prol de objetivos comuns.

6.1 Referências bibliográficas

AB'SÁBER, A. N.. Os Domínios de Natureza no Brasil. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

ALMEIDA, J. A insustentabilidade do turismo no entorno de Campos do Jordão, SP. Aspectos da relação turista- residente nas novas destinações serranas à luz da fenomenologia. Tese de doutorado ECA/USP. São Paulo, 2006.

ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. Capital natural, serviços ecossistêmicos e sistema

econômico: rumo a uma “Economia dos Ecossistemas”. Texto para Discussão. IE/UNICAMP.Nº 159, maio 2009.

ARAÚJO, R. S. P. Contradições do Planejamento Territorial do Turismo no Brasil - O Distrito de São Francisco Xavier, São José dos Campos (SP). 2012.Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

ASCELRAD, H. Conflitos ambientais no Brasil - Rio de Janeiro : Relume Dumará : Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e Cidadania: O desafio das comunidades periféricas em disputas ambientais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. Vida Líquida. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34. 384 p. 2010.

BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2006.

BERGSON, Henri. Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERMAN, Morris. The Reenchantment of the World. Ithaca: Cornell University Press, 1981.

BERKES, F. Sacred ecology: traditional ecological knowledge and management systems. Pihiladelphia and London: Taylor & Francis.1999.

BITTERBIER, S. Percepção e memória em Bergson: Um questionamento acerca das criticas sartrianas em matéria e memória. Dissertação de mestrado. UFSCar, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias. Brasília: MMA. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011.

BURSZTYN, M; BURSZTYN, M. A. Fundamentos de política e gestão ambiental : os caminhos do desenvolvimento sustentável – Rio de Janeiro : Garamond, 612p. 2012.

CARLSSON, L.; BERKES, Fikret. Co-management: concepts and methodological implications. Journal of Environmental Management, 2005.

CARNEIRO, A. C. Acesso a recursos genéticos, conhecimento tradicionais associados e repartição de benefícios. Revista Da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, 88. 2007.

CÂNDIDO, A. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Livraria Duas Cidades/Editora 34, São Paulo, 2001 (1. ed.: 1964).

CLAVURIER, Vincent. Real, simbólico, imaginário: da referência ao nó. Estud. psicanal., Belo Horizonte , n. 39, p. 125-136, jul. 2013 .

COX, P.A. & ELMQUIST, MEDEIROS, J. Desenvolvimento urbano e meio ambiente no distrito de São Francisco Xavier- Subsídios ao ordenamento territorial. 146f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – UNIVAP, São José dos Campos, 2005.

CUNHA, A. SANTOS; LEITE, E. B. Percepção ambiental: implicações para a educação ambiental. Sinapse Ambiental, p. 66–79, 2009.

DAILY, G. C.; et al. The Value of Nature and the Nature of Value. Science, v. 289, p. 395–396, 2000.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Carlos: Studio Nobel, 1999.

DIEGUES, A . C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec. 2001

DIEGUES, A. C. S. ; Arruda, R. S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. São Paulo: USP. 2001.

DOMINGUES, J. M. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 14(40), 83-91. 1999.

DURKHEIM, Émile. The Elementary Forms of Religious Life. New York: Free Press, 1995.

ELIADE, M. Mito e Realidade. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FAGGIONATO, S. Percepção Ambiental. Material de Apoio – Textos, 2009. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br>. Acessado em 12 fev. 2019.

FAVERO. O romantismo e a estetização da natureza. DAPesquisa, Florianópolis, v. 7, n. 9, p. 206–217, 2018.

FONSECA, P. R. G. [Recensão a] WILSON, Edward O. A criação. um apelo para salvar a vida na terra Tradução de Maria Adelaide Ferreira. Biblos: Revista da FLUC, [s.l.], v. 7, p.599-606, 2009. Coimbra University Press. Disponível em: Acesso em: 05 de fevereiro de 2024.

FRANCO & GAMBIAGI. Antologia da maldade, volume I: Um dicionário de citações, associações ilícitas e ligações perigosas. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2015.

FERNANDES-PINTO, E. F. Sítios naturais sagrados do Brasil: Inspirações para o re-encantamento das áreas protegidas. Tese de Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo, SP: Loyola, 1996

FREUND, Philip. Mitos da Criação: As origens do universo nas religiões, na mitologia, na psicologia e na ciência. São Paulo: Cultrix, 2008. 248p.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. O decrescimento: entropia, ecologia, economia. Apresentação e organização: Jacques Grinevald; Ivo Rens. São Paulo: Editora Senac, 2012.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. Unesp.1991.

GIDDENS, Anthony. Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age. Stanford: Stanford University Press, 1991. GIDDENS, A. A política da mudança climática. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar. 2010.

GUIMARÃES, S. T, L. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. Geosul, Florianópolis, v.17, n.33, p 117-141, jan./jun. 2002.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à Multiterritorialidade. Bertrand Brasil. 2004.

HANAZAKI, N. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. Biotemas, Florianópolis, 1 (16): 23-47. 2003.

HENRIQUE, R. Área de Proteção Ambiental (APA) como instrumento de planejamento territorial e regional para o desenvolvimento sustentável: o caso da APA de São Francisco Xavier. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.univap.br/jspui/handle/11690/976>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HENRIQUE, R.; VOGT, N. D.; TONIOLO, M. A.; GOMES, C. Equilibrando os trade-offs entre valores de natureza para uma gestão mais participativa das Unidades de Conservação: O caso da Área de Proteção Ambiental, São Francisco Xavier. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 24, n. 92, p. 71–89, 2023

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IUCN. Cultural and spiritual significance of nature: Guidance for protected and conserved area governance and management. IUCN Library. 2021.

ISSA, Y. S. M.; DENCKER, A. F. M. Processos de Turistificação: Dinâmicas de inclusão e exclusão de Comunidades Locais. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul, RS, Brasil. 2006.

INGOLD, Tim. The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill. London: Routledge, 2000.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES. Dicionário básico de filosofia, Zahar. P269. ISBN 97885-

378- 0341-7. 1993 GRANT, B. PBS Documentaries with a point of view: What is Gentrification?. Public Broadcasting Service. 2003. Disponível em : . Acesso em 03 set 2018.

JENIFER,L. Desafios sociais em Campos do Jordão: uma realidade que precisa de atenção - A Verdade. Jornal a Verdade. 2023. Acessado em 21/05/2024.

JÚNIOR, H. A. S. Modernidade e tradição: aspectos de um debate sociológico sempre retomado. Revista Políticas Públicas. 9(2): 19-39. jul./dez. 2005.

Júnior, A. São José dos Campos e sua história. Prefeitura de São José dos campos. 1978.

KADRY, V. Percepção de Serviços Ecosistêmicos por agricultores familiares em transição agroecológica e sua contribuição para a conservação. Dissertação de mestrado no Programa de Pós graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, na UFSCar. São Carlos, 2017.

KADRY, V. O.; PIÑA-RODRIGUES, F. C.; PRIRATELLI, A. J. 2017. Percepção de agricultores familiares de Ubatuba – SP sobre serviços ecossistêmicos . Biotemas, 30 (4): 101-115

LACAN, J. O Simbólico, o Imaginário e o Real, p 45. Nomes-do-Pai. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LAMEIRAS, A. Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais: o caso do desemprego. Ensaio metodológico. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, 2013.

LEFEBVRE, H. The Production of Space. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, E. Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Editora Vozes. 2001.

LIMA, G. T. Licenciamento Ambiental: Aspectos Conceituais e Metodológicos. São Paulo: Annablume, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XI (2). p. 237-253. 2008.

MAGALHÃES, W. L. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. Revista de História. vol. 8, n. 16. jul.-dez./2016, p. 92-110.

MARIN, A. A. Percepção ambiental e imaginário dos moradores do município de Jardins/MS. 2003. 306 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

MARIN, A. A.; OLIVEIRA, Haydée T.; COMAR, Vito. A educação ambiental num contexto de complexidade do campo teórico da percepção. Interciência, Caracas, v. 28, n. 10, p. 616- 619, out. 2003.

MARTINEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MAFFESOLI, M . O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004.

MARETTI, C.C.; A, FURLAN, S.; IRVING, M. de A. (orgs.). Conservação colaborativa em áreas protegidas: um novo paradigma de gestão? (curso de extensão). 2021. São Paulo, Universidade de São Paulo. Aulas disponíveis em: www.youtube.com/playlist?list=PLldVwmawP_TO672S5SxjOb3X_bc09h76a. Acesso em 06 de março de 2023.

MARETTI, C. "A conservação colaborativa e a gestão integrada das áreas protegidas". In:

BENJAMIN, A. H. (org.). Direito ambiental das áreas protegidas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 129-144.

MARQUES, A. R. Ordenamento e Governança Territorial: Estratégias para Proteção Ambiental na APA de São Francisco Xavier São José dos Campos SP. 2014. 113f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2014.

MARQUES, L. Capitalismo e colapso ambiental. - Campinas. SP: Editora da Unicamp; 2015.

MATTOS, M. Fases da prosperidade e de declínio do tropeirismo. São Paulo: Fundação Ubaldo Amaral, 1984.

MEA. Millenium Ecosystem Assessment. Ecosystems and human well-being: synthesis. Washington: Island Press. 2005.

MEDEIROS, J. Desenvolvimento urbano e meio ambiente no Distrito de São Francisco Xavier- subsídios ao ordenamento territorial. 2005. 146f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2005.

MERLEAU-PONTY, M.; MOURA, C. Fenomenologia da Percepção. Martins Fontes. São Paulo. 1999.

MIGNOLO, W. D. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. The South Atlantic Quarterly, vol. 101, no. 1, 2002, pp. 57-96.

MIRANDA, Ary Carvalho de. Reflexões acerca da situação e dos problemas referentes à crise socioambiental e seus reflexos à saúde humana: uma contribuição a partir do materialismo histórico e dialético. 2012. 263 f. Tese (Saúde pública e Meio Ambiente) -

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2012.

MINAYO, M. C. S. Amostragem E Saturação Em Pesquisa Qualitativa: Consensos E Controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(n.7), 1–12. 2017.

MONTENEGRO, A. Pandemia: Percepção e memória. *Cidadão Cultura*. Disponível em : <https://www.cidadaocultura.com.br/pandemia-percepcao-e-memoria/>. Acessado em 05 de fevereiro de 2024.

MUHAMAD, D.; OKUBO, S.; HARASHINA, K.; PARIKESIT; GUNAWAN, B.; TAKEUCHI, K. 2014. Living close to forests enhances people's perception of ecosystem services on forest- agricultural landscape of West Java, Indonesia. *Ecosystem Services*, Amsterdam, (8):197- 206.

NAESS, A. *Ecology, Community and Lifestyle: Outline of an Ecosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

OLIVEIRA, M. R., & SATO, M. *Percepção ambiental e processos de licenciamento: Uma análise crítica*. *Revista Brasileira de Estudos Ambientais*, 7(1), 45-59. 2012.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 61-161.

PETTY, Jules. *Participatory Learning and Action*. London: IIED, 1995.

PRADO, C. F. *Participação comunitária em processos de licenciamento ambiental: propostas metodológicas*. *Revista de Gestão Ambiental*, 15(4), 89-102. 2020.

OLIVEIRA, L. 2012. Percepção Ambiental. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, 6 (2).

OSTROM, E. Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action, Indiana University, University Press, Cambridge. 1990.

QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. Nepantla: Views from South, vol. 1, no. 3, 2000, pp. 533-580

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. Raffestin explora a relação entre território, poder e as dinâmicas sociais que moldam o espaço geográfico.

RIBEIRO, Darcy (1995). O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil (PDF). São Paulo: Companhia das Letras. 480 páginas. ISBN 9788571644519. Formato PDF. Acervo digital do Portal IPHI. Consultado em 9 de abril de 2014.

RODRIGUES, M. L. et al. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. Saúde Soc., v. 21, 2012.

RUSCHMAN, D. M. (Coord.). Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - São Francisco Xavier. Ruschmann Consultores: 2002.

SÁNCHEZ, L. E.. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANDHU, H. S.; WRATTEN, S. D.; CULLEN, R. From poachers to gamekeepers: Perceptions of farmers towards ecosystem services on arable farmland. International Journal of Agricultural Sustainability, Abingdon, (5): 1-12. 2007

SANTOS, R. B. Formação histórica e transformações socioculturais no distrito de São Francisco Xavier, SP. Dissertação de Mestrado. UNIVAP, São José dos Campos, 2007.
SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo:

Editora Hucitec, 1996.

SARAIVA, L. A. S. Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais. 2009. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9BDKCV>. Acesso em: 24 set. 2024

SOUSA, A. A. Território e identidade: elementos para a identidade territorial. Caderno Prudentino de Geografia – número 30 – p.119-132. 2001.

SATO, M. & Passos, L. Arte-educação-ambiental. AMBIENTE & EDUCAÇÃO - Revista de Educação Ambiental 14(1). January, 2010.

SILVA, A. M. Comunidades vulneráveis e a sub-representação nos estudos de impacto ambiental. Estudos de Impacto Ambiental, 10(2), 65-78. 2018.

SOUZA, Z. R. et. al. São Francisco Xavier - SP: um distrito sustentável. In: XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, 2014, São José dos Campos. Anais... São José dos Campos: UNIVAP, 2014.

TARAZONA-SANTOS et al. Brasil e a idiossincrasia da miscigenação. Rev. Ufmg, Belo Horizonte, v. 22, n. 1 e 2, p. 232-249, jan./dez. 2015.

THOMAS, K. O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TIDBALL, et al. (2008). Stake- Holder Asset- based planningg environment (shape). DOD/OSD. Topic 003. Final Technical Report. 2007.

TUAN, Y. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente; São Paulo: Difel; UERJ, vol.3 (5); Rio de Janeiro, Brasil. 1980.

WILSON, E. O. Biophilia, Cambridge, Harvard University Press, 1984)

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

VIVACQUA, M; VIEIRA, P.H.S. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. Política & Sociedade. V. 04. N. 07. Florianópolis, UFSC/ Cidade Futura. 2005.

ZUCCOLO, R. D. Participação Social e Percepção Ambiental em Processos de Licenciamento. Revista de Estudos Ambientais, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2020.

Anexos

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa Projeto Olhares: Percepção Ambiental e de Serviços Ecossistêmicos na Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier”. Esta pesquisa inclui a realização de entrevistas com moradores e turistas da Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier maiores de 18 anos. Assim, a pesquisadora AMANDA CRISTINA COSTA PRADO o(a) convida a fornecer sua colaboração através de uma entrevista, onde o Sr (a) responderá perguntas sobre suas características pessoais, como idade, sobre seu trabalho, renda. Também serão feitas perguntas sobre sua opinião em relação ao meio ambiente, ao turismo e ao desenvolvimento econômico de São Francisco Xavier (distrito de São José dos Campos) e sobre os benefícios que a natureza preservada traz para você. A entrevista será gravada em áudio e, posteriormente, transcrita e analisada, o que permitirá reunir a percepção e a opinião da comunidade sobre os temas abordados nas entrevistas. Este estudo tem como objetivo analisar como a percepção ambiental e de serviços ecossistêmicos podem ser utilizadas na gestão ambiental de Áreas de Proteção Ambiental e compreender as relações de conflito socioambiental entre moradores novos, antigos, de segunda residência, produtores rurais e entre moradores e turistas na APA SFX, buscando beneficiar moradores e natureza ao mesmo tempo. Também serão realizadas fotografias que ilustrarão os documentos finais da pesquisa, artigos, livros, teses e artigos de jornais e sites. Serão realizadas imagens do momento de realização das entrevistas, do Sr. (a) em atividade cotidianas e de sua residência, mas você pode se recusar a realizar imagens sem ônus à sua pessoa ou à sua participação na pesquisa. Sua participação é voluntária, mas se concordar em participar não terá nenhuma despesa ou receberá qualquer pagamento por isso. Durante a aplicação do questionário, você pode sentir constrangimento com alguma pergunta e nesse caso, pode recusar-se a respondê-la. A vantagem de sua participação é apenas de caráter científico. As informações fornecidas serão utilizadas apenas na realização desse projeto. Mesmo após sua autorização terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa,

independente do motivo e sem qualquer prejuízo à sua pessoa. Como disposto na Resolução CNS 466/2012, item IV 3-g e item IV 3-h, você terá direito à indenização diante de eventuais danos referentes à pesquisa e ao ressarcimento de custos que no decorrer da pesquisa não foram previstos. Ambos garantidos por Amanda Cristina Costa Prado, autora principal da pesquisa. Os resultados desta pesquisa serão divulgados, porém sua identidade será mantida em sigilo para sempre. Seu nome será substituído por um pseudônimo aleatoriamente escolhido, a fim de que suas falas não sejam atribuídas à sua pessoa. No caso de aparecer o rosto em alguma imagem, esta não será vinculada à fala do morador fornecida durante a entrevista ou à nenhuma outra informação fornecida. Uma cópia deste Termo será entregue ao (à) Sr. (a). Após o término desta pesquisa, os dados coletados permanecerão depositados no Laboratório do Professor Doutor Juliano Costa Gonçalves, orientador desta pesquisa, na Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos. Se você quiser saber mais detalhes e os resultados da pesquisa, poderá fazer contato com a pesquisadora AMANDA CRISTINA COSTA PRADO, pelo telefone (16) 99210-5955 ou pelo e-mail: amandacprado@gmail.com, ou ainda com o Professor Orientador JULIANO COSTA GONÇALVES, pelo telefone (16) 98148-4464, ou pelo e-mail: juliano@ufscar.br. Você também pode tirar suas dúvidas ou realizar reclamações relativas a esta pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos por meio do e-mail cephumanos@ufscar.br ou do telefone: (16) 3351-9685. Ou ainda no endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, São Carlos - SP, CEP 13565-905, buscando pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, residente no distrito de São Francisco Xavier, entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e atesto que me foi entregue uma cópia desse documento.

Impressão digital

() Concordo ou () Não concordo em ceder o uso de imagem

Assinatura do entrevistado

Anexo 2

Nº:

Data: / /

QUESTIONÁRIO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA APA SFX

- a) Nome:
- b) Sexo: () Masc () Fem
- c) Idade:
- d) Estado civil:
- e) Tem filhos? () Sim () Não.
- f) Quantos?
- g) Profissão: Renda média individual (sm):
- h) Renda média familiar (sm):
- i) Para residentes efetivos:
- j) Tempo de moradia em SFX:
- k) Mora na zona rural ou urbana?
- l) Antes de morar em SFX, você morava onde
- m) Era zona rural ou urbana?
- n) Porque se mudou para SFX?
- o) Para segunda residência e turistas:
- p) Tempo que adquiriu um imóvel em SFX:
- q) Fica na zona rural ou urbana?
- r) Em qual cidade mora?
- s) É zona rural ou urbana?
- t) Porque escolheu SFX para adquirir uma segunda residência ou passear?
- u) Para todos:
- v) O que você mais gosta em SFX?
- w) E o que você menos gosta?

- x) Você sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental (APA)? Em caso positivo, pode me explicar com suas próprias palavras?

Se não souber, ou souber parcialmente, explicar e pular para a pergunta 13: Por definição a APA é um tipo de unidade de conservação da natureza, uma área de valor ambiental, cultural ou paisagístico, sob legislação especial, criada com o objetivo de disciplinar a ocupação e proteger o meio ambiente, buscando o desenvolvimento sustentável. A APA engloba terras privadas e possui um conselho gestor que participa da administração, junto com os gestores da área protegida.

- a) Qual a APA mais próxima que você conhece?
- b) SFX está dentro de uma APA. Quais vantagens você vê neste fato?
- c) E quais desvantagens?
- d) Você já foi informado, direta ou indiretamente, ou participou de alguma ação ou atividade da APA SFX? Em caso positivo, qual foi e o que achou?
- e) SFX recebeu muitos novos moradores, moradores de segunda residência e turistas a partir da década de 80. Você considera este fato positivo ou negativo? Por que?
- f) De 0 a 10, quanto você acha que o turismo influencia a vida dos moradores de SFX? Por que?
- g) Na sua opinião, quais os principais desafios para a conservação ambiental na APA SFX?